

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DOS AÇORES  
NA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA DURANTE  
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Trabalho realizado por Luis Manuel Vieira  
de Andrade no âmbito da prestação das Pro  
vas de Aptidão Pedagógica e Capacidade  
Científica em conformidade com o disposto  
no artº 58º nº 2, alinea B do Estatuto da  
Carreira Docente Universitária.

PONTA DELGADA  
MAIO DE 1988

UNIVERSIDADE DOS AÇORES  
PONTA DELGADA

54012

## NOTA PRELIMINAR

Ao deparar-se-me a questão da escolha de um tema destinado à prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, optei por uma área de investigação que dissesse respeito aos Açores e à sua importância geoestratégica.

O período que decidi estudar foi o da Segunda Guerra Mundial, altura em que os Açores desempenharam um dos papéis mais importantes, do ponto de vista geoestratégico, em toda a sua história e no âmbito da política externa portuguesa.

A fim de tentar levar a cabo tal objectivo, baseei-me fundamentalmente na documentação publicada pelo Ministério português dos Negócios Estrangeiros, Dez Anos de Política Externa (1936-1947) - a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, relativa a essa época e em outras fontes documentais como, por exemplo, Foreign Relations of the United States - Diplomatic Papers e British and Foreign State Papers.

Recorri ainda para o efeito a diversos livros e revistas onde se aborda ou referencia a problemática açoriana dessa altura.

Como é óbvio, este trabalho tem muitas limitações resultantes não só da complexidade da temática abordada, mas também pelo facto de, por diversas razões, não ter tido acesso directo a outra documentação existente.

Foi exactamente devido a esses condicionalismos, que me fundamentei principalmente na documentação portuguesa anterior -

mente referida.

Todavia, por outro lado, quero aqui expressar o meu profundo agradecimento ao Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, pela orientação e apoio que sempre me dispensou, apesar dos seus inúmeros afazeres, na elaboração deste trabalho. Como grande Homem de Ciência e Cultura que o é, dotado de grandes qualidades humanas, a sua constante disponibilidade e apoio científico foram fundamentais para a consecução dos objectivos a que me propus.

Quero ainda agradecer ao Senhor Professor Doutor José Enes inicialmente como Director do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, e, actualmente como Director do Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia, o seu constante apoio e incentivo desde que ingressei na Universidade dos Açores.

Manifesto ainda o meu sincero agradecimento à Dr. Graça Almeida Lima, Directora dos Serviços de Documentação desta Universidade, ao Senhor Professor Doutor Francisco Carmo, actual Director do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, aos meus colegas do CERIE e à Dora que dactilografou este trabalho.

## CAPITULO I

### INTRODUÇÃO

#### 1- A ESTRATEGIA E OS AÇORES

O arquipélago dos Açores ocupa uma posição privilegiada no Atlântico Norte, na medida em que fica situado entre a América do Norte e a Europa, facto que o torna ponto de passagem obrigatório para os navios e aeronaves que circulam não só entre aqueles dois continentes, como também destes para a África, a América do Sul e o Médio Oriente.

Já nos séculos quinze e dezasseis este arquipélago desempenhava um papel de grande relevância nas viagens de exploração empreendidas nomeadamente (mas não exclusivamente) por navegadores portugueses, na perspectiva de descobrirem novas paragens.

Desde essa altura até aos nossos dias, a sua importância aumentou consideravelmente, atingindo o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, muito embora continuasse aquele arquipélago a desempenhar importante papel após o termo daquele conflito.

Com o aparecimento das armas nucleares e a bipolarização das relações internacionais durante o período geralmente conhecido por " guerra fria ", através nomeadamente da formação de dois pactos antagónicos de natureza militar — NATO e Pacto de Varsóvia —, os Açores mantiveram, pelo menos em alguns aspectos, essa importância, proveniente primordialmente da sua situação geográfica que originou e determinou o seu valor geopolítico e geoestratégico.

É, portanto, fundamental, ao iniciar este trabalho, ter em consideração vários conceitos, os quais em nosso entender são imprescindíveis a fim de melhor compreendermos a problemática referente à importância geopolítica e geoestratégica do arquipélago, que se prendem essencialmente com várias teorias desenvolvidas nos finais do século dezanove e nos primórdios do século vinte, sem as quais não seria possível uma compreensão efectiva no âmbito desta matéria.

Como é evidente, não poderemos referir todas, mas analisaremos aquelas que em nossa opinião nos parecem relevantes a fim de concretizarmos o nosso objectivo.

A geopolítica surgiu com o actual conceito científico, no último quartel do século dezanove, sendo o seu autor o professor sueco Rodolfo Kjellen da escola alemã. O seu intuito foi o de conceder um cariz político, e não meramente geográfico, à geopolítica como disciplina que estuda as relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados. No entanto, o critério geopolítico "...não considera o Estado e a sua dimensão do ponto de vista das possibilidades do bom governo" (1). O que

visa, e na perspectiva organicista fundamentada na obra de Ratzel intitulada Geografia Política, é desenvolver " uma explicação do comportamento das sociedades políticas em função do meio físico..." (2). Nessa perspectiva, a geopolítica tem como objetivo a segurança e a força do Estado, assentando para o efeito no estudo do Estado como organismo geográfico.

A partir destes conceitos, poderemos afirmar que a geopolítica tem como objectivo primordial analisar a conduta externa de um estado com base na sua situação geográfica. É, pois, essa situação geográfica que irá determinar a importância geopolítica e geoestratégica de qualquer país. No caso português, e particularmente no que diz respeito ao arquipélago dos Açores, a sua situação geográfica concedeu-lhe uma relevância fora do vulgar no que concerne especificamente à geopolítica e à geoestratégia.

Porém, é necessário recorrer-se a outros teóricos a fim de obtermos uma perspectiva mais ampla deste assunto.

Foi Halford Mackinder, em 1904, com o seu trabalho intitulado " The Geographical Pivot of History ", quem fez alusão pela primeira vez ao denominado " Heartland ", ou seja à vasta massa continental que constitui a Europa Central e a Rússia, e que se estende do Volga ao Yangtze e dos Himalaias ao Oceano Ártico. Fora desta área pivot, Mackinder refere três outras áreas; uma a que chamou " Crescente Interior " e que inclui a Alemanha, a Áustria, a Turquia, a Índia e a China; outra que recebeu o nome de " Crescente Exterior " englobando a Inglaterra, a África do Sul, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão; e ,

por último, a que foi designada por " World-Island ", composta pelos continentes europeu, asiático e africano.

Com base nesta estrutura geográfica da geopolítica mundial, poderá concluir-se que " quem comanda a Europa do leste comanda o "Heartland "; quem comanda o "Heartland" comanda o " World Island" e quem comanda o " World-Island " comanda o mundo" (3).

Foi a partir desta teoria que a designação de "potência continental" foi atribuída inicialmente à Alemanha do primeiro e do segundo Reich e, posteriormente, à URSS, devido ao facto de tanto o primeiro como o segundo país terem sido neste século os grandes perturbadores da estabilidade mundial.

Por outro lado, e ainda relacionado com o pensamento de Mackinder, existe uma área que foi denominada por N.J.Spykman de " Rimland ", constituída pelos espaços periféricos do " Heartland ", espaços esses que são essenciais " para que as potências marítimas possam dominar as potências continentais que ocupam a área central da Eurásia ( " Heartland ") " (4).

Contudo, existe um ponto crucial, quanto a nós, que se prende com a noção de espaço vital e que é fundamental para que um estado se possa expandir. O seu princípio básico "... foi o de que cada nação tem a sua existência dependente da posse de um espaço adequado e que a proteção desse espaço deve determinar a sua política. Quando o espaço é pequeno tem de ser alargado"(5). Foi exactamente isto o que aconteceu nas últimas duas grandes guerras. A Alemanha tentou a todo o custo alargar o seu território, entrando desta forma em conflito com outros países europeus arrastando a Europa e, posteriormente, o mundo para a guerra ge-

neralizada.

É, por um lado, com base nas directivas do pensamento de Mackinder, e, por outro, tendo em consideração as teorias desenvolvidas por Cohen e Mahan, que a problemática entre a potência marítima e a continental se fundamenta.

Cohen desenvolveu a tese de que as teorias geopolíticas clássicas mantêm a sua actualidade, apesar das alterações provenientes de factores tecnológicos e ideológicos. Afirma aquele pensador que prossegue a luta contra o " Crescente Exterior " de Mackinder aliado às ilhas que rodeiam a Eurásia e as potências do " Heartland ", com uma zona de indecisão e de guerra mais ou menos fria nas terras e espíritos dos povos do " Rimland ", que ambos os contendores pretendem dominar ou aliar (6).

Classificou ainda aquele pensador a comunidade de nações livres de " Mundo dependente do tráfico marítimo " que está profundamente ligada ao mar, " como avenida principal do seu comércio, fonte de matérias primas e via de expansão da sua influência mundial " (7).

Por último, é indispensável referir a teoria desenvolvida por Mahan, na medida em que se reveste de uma importância vital para o mundo ocidental, nomeadamente para os E.U.A.. Afirmou ele que o domínio dos mares é imprescindível se um país marítimo dotado de uma longa costa quiser sobreviver como nação independente. Para além disso, e referindo-se especificamente aos E.U.A., acrescentou que um país com as especificidades deste último, necessitaria igualmente " de um poder naval apoiado

em bases militares e estratégicas ultramarinas" (8).

É exactamente nesta perspectiva que se compreende que existisse, durante a Segunda Guerra Mundial, a necessidade por parte de algumas potências marítimas de adquirirem facilidades no arquipélago dos Açores,

Como é sabido, o primeiro país a solicitar o uso de facilidades militares naquele arquipélago, durante o último conflito mundial, foi a Inglaterra invocando para o efeito a aliança multissecular que a une a Portugal. Todavia, posteriormente, tais facilidades foram igualmente concedidas aos E.U.A..

Tendo como ponto de referência as teorias expostas anteriormente, poderemos chegar à conclusão que os factos as potências marítimas necessitavam de obter bases de apoio no Atlântico Norte, área vital para a garantia das comunicações entre o continente norte-americano, a Europa, a África e o Médio-Oriente.

Portanto, apercebemo-nos do valor geopolítico e geoestratégico do arquipélago açoriano, valor esse que foi imediatamente percebido pelas potências marítimas da altura, facto que explica a sua necessidade de obter as facilidades aéro-navais com o objectivo essencial de preservarem e de garantirem as comunicações marítimas entre o continente norte-americano e a Europa ameaçada pela potência continental expansionista.

É importante referir que a Alemanha nazi utilizou alguns conceitos desenvolvidos por Mackinder, nomeadamente o que diz respeito ao espaço vital, a fim de aumentar o seu território. O desejo de Mackinder de evitar uma aliança entre a Alemanha

ha e a Rússia, através da formação de um "cordón sanitaire" não se veio a concretizar, na medida em que se efectivou a aliança ( embora de pouca duração ) entre a Alemanha e a Rússia em 1939 pouco antes da invasão alemã da Polónia.

Tendo isto em atenção, o território português, nomeadamente o arquipélago dos Açores, desempenhou um papel fundamental para os Aliados no desenrolar dos acontecimentos durante a última guerra mundial. Assim, é o arquipélago açoriano que "pela sua situação geográfica serve de complemento estratégico ao porto de Lisboa, constituindo com este a linha de intercepção natural da navegação e portanto das comunicações para o Atlântico Sul, cuja posse nos convém assegurar, para garantia da continuidade das relações da metrópole com as nossas colónias e das relações comerciais com a América do Sul, n' um caso de guerra em que estejamos envolvidos" (9).

Era, pois, importante para Portugal, como país manifestamente marítimo, e possuidor de territórios ultramarinos, nomeadamente em África, que as comunicações entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul se processassem sem obstáculos.

Urge referir igualmente neste contexto, a importância que o Brasil desempenhava e continua a desempenhar nesta matéria.

Como afirma o general brasileiro Golbery do Couto e Silva: " não há Estratégia Nacional que valha se não buscar enquadrar-se numa objetiva (sic) da conjuntura mundial, que só poderá ser fornecida pela análise estratégica do antagonismo dominante do momento " (10). Por conseguinte, devido à conjuntura

internacional vivida durante a Segunda Guerra Mundial e ao facto de tanto Portugal como o Brasil, os E.U.A. e a Inglaterra serem países marítimos por tradição, seria natural que tivessem existido interesses mútuos que poderiam ter sido preservados.

As relações entre os governos daqueles países eram boas, não se tendo verificado, no entanto, qualquer desenvolvimento de uma estratégia comum.

É verdade que Portugal, durante o último conflito mundial, foi um país neutral, e, por conseguinte, teve forçosamente que adoptar uma conduta, no que se prende com a condução da sua política externa, muito cautelosa. Só que, os seus interesses, nomeadamente a sua integridade territorial, não só europeia ( e atlântica), como também ultramarina, tinham que ser preservados.

A acrescentar a este facto, um outro objectivo importante do governo português durante aquela altura, assentava na contenção do comunismo, como aliás ficou perfeitamente claro durante a Guerra Civil de Espanha. Por último, mas não menos importante, era o respeito pela Aliança luso-britânica. Estes eram para Portugal o que o general Golbery do Couto e Silva designaria por Objectivos Nacionais Actuais, que são " de natureza nitidamente estratégica que resultam da reacção da Conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas Premissas Básicas ( pressões contrárias dominantes e valor do Potencial Nacional) sobre os próprios Objectivos (sic) Nacionais Permanentes" (11).

Consequentemente, poderemos afirmar que os Objectivos Nacionais do governo português durante a Segunda Guerra Mundial

eram os seguintes: a manutenção da neutralidade (posteriormente denominada de colaborante), tendo como objectivo primordial evitar que o país entrasse naquele conflito. Ainda relacionado com este ponto, pensamos que é importante referir o papel desenvolvido pelo governo português em evitar que a Espanha entrasse na guerra, facto revelador não só da defesa dos interesses portugueses, como também dos da Espanha e da própria Inglaterra,

O segundo Objectivo Nacional do governo português consistia na preservação do seu território quer europeu quer ultramarino. O terceiro residia na contenção do comunismo, nomeadamente o internacional. O último objectivo assentava na salvaguarda da aliança luso-britânica.

Tendo em conta o que acaba de ser referido, poderemos afirmar que este foi o Conceito Estratégico Nacional seguido por Portugal ao longo do último conflito mundial (12), o qual, consistiu essencialmente em "evocar as melhores e mais realistas aspirações do povo..." (13), no âmbito das relações externas do país.

No que se refere aos E.U.A., assistiu-se igualmente a um crescente interesse pelos Açores, o que ficou perfeitamente demonstrado pelo discurso do presidente Roosevelt em Maio de 1941 ao afirmar que o seu governo tinha anunciado que "a linha de divisão entre os hemisférios oriental e ocidental ficaria de marcada pelo meridiano 26 °W que delimitaria a fronteira marítima dos Estados Unidos e incluía na esfera de interesses daquele

país todo o território britânico no ou perto do continente americano, a Gronelândia e os Açores e foi pouco depois alargada para Este a fim de incluir a Islândia " (14).

Com base nestas afirmações, apercebemo-nos da importância que o presidente norte-americano atribua ao arquipélago açoriano, na medida em que compreendia que quem o controlasse poderia garantir " a segurança das comunicações por via Açores e a necessidade de prevenir o perigo de o arquipélago cair na posse de alguma potência inimiga da América" (15).

É o general brasileiro Meira Mattos quem faz as seguintes afirmações: "... a segurança afastada dos Estados Unidos , principal centro político, científico e militar do mundo democrático, encontra-se nas costas atlânticas da Europa e da África ( no que tangê (sic) a sua segurança face ao Atlântico ) e sua segurança aproximada nas regiões N e NE do Brasil e arco continental que envolve o Caribe (sic). No que se refere ao nosso país, a vertente atlântica da África apresenta-se como limite da nossa segurança estratégica afastada " (16).

Com base nestas afirmações, constatamos que a costa ocidental europeia é de facto fundamental para a segurança dos E.U.A., como o prova, por exemplo, as várias renovações dos acordos referentes à base das Lajes no arquipélago açoriano o que só vem dar maior credibilidade ao pensamento geopolítico de Mahan que foi referido anteriormente. Aliás, o que se tem passado desde a Segunda Guerra Mundial, no que se refere aos Açores por parte dos norte-americanos, verifica-se nas ilhas Hawaii, no oceano Pacífico, território que já durante o último conflito

mundial era utilizado como base aéro-naval.

Por outro lado, Mackinder tinha como objectivo primordial " conservar a supremacia britânica, impedindo a emergência, no continente, de um poder capaz de controlar o " Coração do Mundo" (17).

Após o termo da Segunda Guerra Mundial, o poderio que até essa altura estava concentrado no Império Britânico, passou para os E.U.A., país que, a partir da segunda metade da década de quarenta e durante parte da década seguinte, deteve o domínio exclusivo das armas nucleares, facto que lhe concedeu o estatuto de maior potência, não só militar, mas também económica e financeira do mundo.

Contudo, posteriormente, a URSS conseguiu desenvolver o seu arsenal nuclear, o que em parte justifica a bipolarização militar e até mesmo a paridade em algumas áreas, a que se assistiu a partir da segunda metade da década de cinquenta e princípios da de sessenta, e, por outro lado, a multipolarização política que se operou essencialmente devido ao facto de se ter desencadeado o processo de descolonização europeu em África e na Ásia, o que por sua vez originou um aumento considerável do número de países independentes que subsequentemente vieram a aderir à Comunidade Internacional através da ONU.

Isto para demonstrar que o dilema entre a potência continental e a potência marítima persiste nos nossos dias, embora numa conjuntura mundial muito diferente da vivida durante o último conflito mundial.

Tanto Mackinder como Mahan, mantêm a sua actualidade

na medida em que tanto os E.U.A. como a URSS tentam a todo o custo, no âmbito das suas políticas externas, adquirir bases ultramarinas para melhor atingirem os seus objectivos. É o que poderemos denominar de uma Estratégia global a que vimos a assistir após a Segunda Guerra Mundial, o que, no entanto, não parece ter diminuído significativamente a importância estratégica dos Açores, pois não há muito tempo este arquipélago voltou a ser utilizado por forças norte-americanas destinadas a ajudar Israel durante a guerra que opôs este país ao Egipto em 1973.

Foi Swadesh Rana quem, num artigo intitulado "Determination of Strategic Interests" afirmou: " a strategy has been broadly defined as a plan to gain maximum advantage from resources that are insufficient to provide complete security for the nation and to serve all its positive ends" (18). Com base nesta afirmação, e aplicando-a aos Açores durante a Segunda Guerra Mundial, apercebemo-nos de que o governo português, a fim de garantir os seus interesses fundamentais e numa conjuntura muito complexa, como foi a que se viveu ao longo daquele conflito, durante o qual Portugal, embora neutral e aliado da Inglaterra, mantinha contudo relações, nomeadamente no plano económico, com a Alemanha, viu-se coagido, através de pressões políticas e económicas ( bloqueio inglês), a tornar-se mais " colaborante" com a Inglaterra e, por consequência, com os Aliados, facto que se revelou mais notório, como já foi referido, após o desembarque das tropas aliadas no norte de África e Salazar estar convicto de que as tropas alemãs não invadiriam a Península.

Foi exactamente devido a todos estes factores que o governo português resolveu ceder as facilidades inicialmente aos ingleses e posteriormente aos norte-americanos.

A Estratégia seguia pelo governo português, pelo menos durante os primeiros anos do último conflito mundial, foi em primeiro lugar a defesa dos seus interesses vitais, figurando em primeiro plano a tentativa de evitar a todo o custo que o país entrasse na guerra.

Portugal adoptou sempre, ou pelo menos quase sempre, uma política externa de cariz ocidental, nomeadamente no que concerne à Inglaterra, devido à aliança que nos unia e continua a unir àquele país.

Pressionado por vicissitudes várias, Portugal adoptou uma "neutralidade colaborante" no que diz respeito principalmente à Inglaterra, em detrimento das suas relações bilaterais com a Alemanha nazi (salvo no campo económico em que as exportações portuguesas para aquele país subsistiram, mesmo após várias tentativas por parte do governo inglês de pôr cobro a tais actividades, nomeadamente no que diz respeito ao fornecimento de volfrâmio). Portanto, a estratégia desenvolvida pelo governo de Portugal foi extremamente cuidadosa, o que de facto não nos permite concluir que, apesar de Portugal ter mantido no decurso da guerra relações bilaterais a vários níveis com a Alemanha, o corporativismo português fosse definido como sendo totalitário.

Portugal, muito embora mantivesse aqueles contactos, nunca deixou de ser, no plano externo, um país manifestamente atlântico com uma história muito mais ligada às potências marítimas do que às continentais.

De igual modo, não nos podemos esquecer que as províncias ultramarinas portuguesas constituíam um factor da maior importância no âmbito das relações exteriores do país, factor esse que determinou em grande medida a condução da nossa política externa não só durante a última guerra civil do século, para utilizar uma expressão do professor Adriano Moreira, como também até Abril de 1974. E foi de igual modo no âmbito dessa política externa, que o arquipélago açoriano desempenhou um papel da maior relevância, na medida em que permitiu às potências marítimas controlarem o Atlântico Norte e, conseqüentemente, facilitar a vitória dos Aliados frente à potência continental expansionista.

A afirmação do general Golbery do Couto e Silva "... a Estratégia veio a ser, afinal, toda a política de Segurança Nacional" (19) coaduna-se perfeitamente com a posição portuguesa durante o último conflito mundial. Portugal, necessitava de facto de defender os seus interesses, inserido numa conjuntura mundial muito instável e por vezes imprevisível.

Se para salvaguardar esses mesmos interesses (nomeadamente a sua integridade territorial) foi necessário ceder facilidades aos ingleses e, posteriormente, aos norte-americanos, nos Açores, assim se procedeu mas com a garantia expressa por parte dos Aliados de salvaguardarem a integridade de todo o território nacional em caso de ataque por parte das potências do Eixo. Assim, assistiu-se ao facto da geopolítica visar " a segurança e a força do estado" (20) portugueses.

Ainda no que diz respeito aos E.U.A., a sua Estratégia-

gia até à Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se por ser iso-lacionista, evitando desta forma participar em conflitos inter-nacionais, contando para o efeito com o " vigor do Império Bri-tânico do século dezanove para proteger o Hemisfério Ocidental de invasões hostis" (21).

À excepção da intervenção norte-americana na Primeira Guerra Mundial, os E.U.A. continuaram a adoptar uma política isolacionista e de neutralidade durante os anos trinta. Era, na realidade, a continuação da doutrina de Monroe, com a qual os E.U.A. evitavam participar em conflitos que ocorressem fora dos limites do continente americano.

Tal como afirma Henry Kissinger: " Through the greater part of its history - until the Second World War -, the United States possessed the resources but not the philosophy for a global role " (22). Ora, isto deixou de acontecer a partir do ataque japonês a Pearl Harbour a sete de Dezembro de 1941, data em que os E.U.A. entraram na guerra.

É, pois, necessário ter isto em conta a fim de melhor percebermos o interesse por parte dos E.U.A. em assegurar a sua defesa e, conseqüentemente, a defesa do Ocidente na Segunda Guerra Mundial, ao longo da qual verificou-se que " o nacionalismo expansionista, responsável pelas tensões e alimentando-se delas, valorizou extraordinariamente o território, como elemento de acção do Estado" (23). É exactamente nesta perspectiva que podemos perceber de uma forma mais adequada, a importância estratégica dos Açores na defesa do Ocidente, não só durante o período específico que se está a analisar, como também numa

fase posterior àquele.

Acerca disto, afirmou Augusto de Castro: " Napoleão es creveu proféticamente que o futuro da Europa se decidiria no Me diterrâneo. É possível. Mas, sejam quais forem as vicissitudes e cenários dos grandes conflitos da Civilização que se desenrolam e se preparam em quaisquer hemisférios, é no Atlântico que, por fim, e nas suas horas decisivas, terá verosimilmente de se resolver o futuro do mundo. E, porque a história atlântica é inseparável, geográfica e politicamente, da nossa História, todas as perspectivas internacionais, ligadas a essas contingências oceânicas, nos interessam directa e primacialmente" (24).

O facto da Europa Ocidental e dos E.U.A. serem banhados pelo oceano Atlântico, concedem-lhes uma importância fundamental nos destinos do mundo ocidental. Aliado a isso, juntavam-se o Brasil e (até ao 25 de Abril de 1974) as províncias ultramarinas portuguesas, constituindo no seu todo uma área que permitia o controlo efectivo do Atlântico Norte e Sul e, conseqüentemente, das comunicações marítimas que são vitais para a sobrevivência de muitas nações.

Existia portanto " um paralelismo entre o conjunto E. U.A. - Europa, no Atlântico Norte e o conjunto Brasil-Africa Austral, no Atlântico Sul, com relevância para a costa de Angola; também se nota a posição privilegiada que ocupam, os arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores na estratégia do Ocidente... (25).

No que concerne especificamente aos Açores, verificou-se que este arquipélago tem tido uma importância muito signi-

ficativa através dos vários conflitos que opuseram várias potências europeias através dos séculos. A título de exemplo, poderemos citar as guerras entre a França e a Inglaterra ou entre esta e a Espanha, ao longo das quais existiu sempre o interesse por parte da Inglaterra de usufruir de facilidades no referido arquipélago.

Como é sabido, a última solicitação nesse sentido foi feita pela Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, invocando para o efeito a aliança multissecular que a une a Portugal.

Assistiu-se, de igual modo, ao longo dos tempos, ao facto de que " a posse e domínio de tais bases " ( militares e estratégicas), ter sido " um ponto de rivalidade ou de conflitos constantes entre os poderes ocidentais até ao fim da Segunda Guerra Mundial" (26).

Aliás, tal ocorreu no que concerne aos Açores, quando ingleses e norte-americanos tentavam obter as facilidades que pretendiam. Poder-se-á, por conseguinte, denominar os Açores por "área estratégica" pois é uma zona geopolítica"... de maior sensibilidade onde se irá aplicar a Política de Consecução dos O.N.A...." (27).

Ainda relacionado com esta matéria, urge referir a importância do triângulo estratégico constituído pelos territórios do Continente, Açores e Madeira.

## 2- TRIANGULO CONTINENTE/AÇORES/MADEIRA

Basta olhar para um mapa para nos apercebermos da relevância que tem, dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico, a área marítima delimitada por aqueles três territórios que constituem os vértices do referido triângulo.

Analisando com atenção aquela área marítima chegamos à conclusão de que é muito importante "... para fins de vigilância e de controlo aero-naval, designadamente no domínio da radiogoniometria, o que é extremamente importante para uma região marítima de tão elevado potencial estratégico " (28).

Possui, pois, o país, uma extensa área marítima, que é de um extremo valor em caso de conflito entre a potência marítima e a potência continental. Foi exactamente isto o que se verificou durante o último conflito mundial.

Os Açores eram, até 1942 pelo menos, vistos como "... fronteira das potências marítimas perante o imperialismo terrestre, e só a partir do êxito da invasão, por tropas aliadas, do norte de África, em 1942, é que aos Açores é atribuída a sua função de articulação entre o continente americano e a Europa"(29).

Salazar, no entanto, só decidiu conceder as facilidades pretendidas pela Inglaterra em Outubro de 1943, quando as possibilidades de se efectuar uma invasão alemã à Península e, conseqüentemente, a Portugal, eram diminutas. Aliás, era igualmente do interesse inglês que a Península Ibérica se mantivesse neutral durante o conflito, o que veio a acontecer na realidade

(30).

O perigo para os aliados seria substancialmente maior se a Península ficasse sob o domínio alemão, pois desta forma poderiam controlar de imediato o estreito de Gioraltar e, a partir do continente português, ameaçar seriamente a soberania das ilhas portuguesas do Atlântico ( Açores e Madeira), o que, se se viesse a concretizar, dificultaria significativamente o esforço das potências marítimas na luta contra a potência continental expansionista, não possivelmente no que concerne ao desfecho do conflito, mas no que diz respeito ao seu prolongamento. Relacionado com este ponto está intimamente ligado o problema, referente ao abastecimento à Europa, que era na altura vital para a sobrevivência dos países aliados daquele continente.

Mais recentemente, a importância do supracitado triângulo estratégico foi novamente referida pelo embaixador Calvet de Magalhães, que, ao responder a uma questão posta por um jornalista acerca da importância concedida pelos Estados Unidos da América àquele triângulo, referiu: "Absolutamente.(...) os americanos vincaram sempre a grande importância estratégica das posições portuguesas, e não só da Base das Lajes, mas do conjunto do nosso território..." (31).

Como é do conhecimento geral, grande parte dos transportes marítimos provenientes do norte da Europa e com destino ao Mediterrâneo, à África e à América Central e do Sul, têm forçosamente que passar por aquela área marítima, facto que concede ao arquipélago valor indiscutível.

Foi ainda durante o último conflito mundial que os

Açores desempenharam um papel fundamental na luta anti-submarina, a qual foi durante alguns anos de uma importância vital para a vitória dos Aliados.

O triângulo estratégico português permitia ainda uma fiscalização eficiente daquela área geográfica, a qual possuía e possui melhores condições atmosféricas do que outras áreas nomeadamente as situadas para norte daquela. Isto significou que os Aliados não teriam que utilizar a rota da Islândia que é mais longa e apresenta condições climatéricas menos favoráveis, condicionamentos que prejudicariam seriamente o abastecimento à Europa ocidental, para já não mencionar os custos inerentes em combustíveis e em vidas humanas envolvidas nestas operações.

Foram pois essas particularidades que ajudam a explicar o crescente interesse por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos pelo referido arquipélago, que constitui uma componente fundamental do triângulo estratégico português. O interesse chegou a tal ponto que tanto ingleses (nomeadamente o primeiro - ministro Winston Churchill), como norte-americanos (presidente Roosevelt), manifestaram-se a favor da ocupação daquelas ilhas se necessário fosse, facto que por si só demonstra perfeitamente a necessidade dos Aliados de ali usufruírem de facilidades.

Esta problemática será abordada mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Por outro lado, o triângulo estratégico Continente - Açores - Madeira, poderá ser visto como complemento no hemisfério norte, ou no Atlântico Norte, de um triângulo maior que

abrange " o conjunto triangular da América do Sul, da África e da Antártida..." que constitui a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente" (32).

Éra, e é, por conseguinte, muito importante para o mundo ocidental não descurar a preservação da liberdade marítima no Atlântico Sul, pois grande parte do comércio internacional era, e continua a ser canalizado por aquela área, especialmente durante conflitos generalizados como foi o caso da Segunda Guerra Mundial e posteriormente como se verificou durante o conflito relacionado com o Canal do Suez em 1956.

É, em suma, o que Claude Delmas denominou por " mundo atlântico " ou seja uma área geográfica que assenta nas mesmas concepções de vida e que faz com que "...a cidade do Cabo se pareça mais a Buenos Aires, a New York, a Montreal, a Londres ou a Paris do que a Meca, a Moscovo ou a Pequim - é que a História caminhou no mesmo sentido em toda a zona atlântica o que leva a dizer que as bases de partida foram comuns " (33). É este mundo atlântico que está na base da formação da NATO em 1949, altura em que a potência continental deixou de ser a Alemanha para ser a URSS.

Porém, mesmo neste período do pós-guerra, a importância do referido triângulo estratégico adquiriu um sentido diferente, mas possivelmente não menos significativo para os Estados Unidos da América e para os restantes países da NATO. Aliás " quando Portugal se decidiu, em 1949, a aceitar a adesão à Aliança Atlântica não fez mais do que reiterar a confirmação da sua vocação euro-atlântica que factores geopolíticos, geoestra-

tégicos e culturais historicamente lhe determinam " (34).

De igual modo não nos podemos esquecer que Portugal tinha em seu poder durante a Segunda Guerra Mundial ( e até 1974 ) vários arquipélagos não apenas no Atlântico Norte, como no Atlântico Sul, que concediam uma importância de tal maneira acentuada ao nosso território que, no que concerne à Inglaterra, até essa altura a potência marítima de primeiro plano, a sua necessidade de obter apoios nessas ilhas era constante, facto que por si só demonstra o valor estratégico dos referidos arquipélagos.

Para além disso, as restantes províncias ultramarinas , tanto no Atlântico como no Índico, concediam à Nação acrescido valor na medida em que Portugal controlava ( com a África do Sul) o tráfico marítimo que passava pelo Cabo da Boa Esperança.

No que concerne ao arquipélago da Madeira, este tem igualmente um papel importante a desempenhar na medida em que a partir dele pode-se controlar o estreito de Gibraltar, que é fundamental em caso de conflito no Mediterrâneo. Não podemos de forma alguma subestimar a importância do estreito de Gibraltar na medida em que a potência que o tiver em seu poder, poderá controlar todo o tráfico marítimo de e para o Mediterrâneo. Ainda hoje é a Inglaterra que ali possui uma base marítima.

Para além disso, é o arquipélago da Madeira que ocupa o lugar mais a sul da área abrangida pela Aliança Atlântica, facto que lhe concede uma importância significativa na medida em que possibilita o acesso rápido ao Norte de África, especialmente à região de Magreb.

Do que acaba de ser referido apercebemo-nos do contribuy

to que foi e está a ser prestado por Portugal às potências marítimas não só durante a Segunda Guerra Mundial como desde essa altura até aos nossos dias. Porém, convém referir de novo que durante o último conflito mundial, as facilidades só foram concedidas aos Aliados após o Governo português ter a certeza de que a Alemanha não interviria na Península (35); de se ter efectivado a invasão alemã à Rússia, e depois de se ter operado o desembarque dos Aliados no Norte de África. Além disso, Salazar teve a preocupação de obter garantias por parte dos países Aliados (nomeadamente da Inglaterra (36), Estados Unidos e África do Sul), de que a integridade territorial das suas províncias ultramarinas seria preservada, o que de facto veio a acontecer.

O governo português tentou e conseguiu salvaguardar, no âmbito da sua política externa, os interesses fundamentais da nação portuguesa durante o último conflito mundial, e foi dos poucos países europeus que após o termo daquele conflito manteve intacto o seu território quer europeu quer ultramarino.

Assim, não seria demasiado afirmar que o triângulo estratégico português foi, é e continuará a ser fundamental para a fiscalização aeronaval, principalmente anti-submarina, de comunicações, de transporte e de desembarque.

### 3- A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS AÇORES ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Como já foi brevemente referido anteriormente, o arqui-

pélago açoriano desempenhou, ao longo dos séculos, um papel importante de apoio aos navios que demandavam novas paragens. O seu próprio povoamento " foi determinado pela necessidade de estabelecer nestas ilhas uma base naval para as carreiras da Guiné e da Índia e que o seu ritmo dependeu da evolução do estabelecimento definitivo daquelas rotas" (37).

Ao longo dos séculos XV e XVI, as ilhas que compõem aquele arquipélago eram as únicas que possibilitavam " funções de assistência e de entreposto urgentes devido à sua posição geográfica, (38) a qual explica em grande parte a internacionalização daquele arquipélago. " Ao longo do século XVII, os Açores passam a ser utilizados em proporção crescente mais pelos navios ingleses e, a partir da independência dos Estados Unidos, também pelos americanos do que pelos navios portugueses" (39). Gra, isto permite-nos concluir que as potências marítimas, nomeadamente a Inglaterra, já nessa altura manifestavam o seu interesse pelo arquipélago.

É o período que vai de meados do século XVI até quase ao fim do século XVIII " em que esta sociedade alcança o maior esplendor no exercício das funções de base naval e de entreposto comercial para toda a navegação que cruza o Atlântico Norte... " (40).

No século XIX, e com o advento da navegação a vapor, foram instalados na ilha do Faial depósitos de carvão (41), com o objectivo de reabastecer os navios que nas suas viagens demandavam aquele porto açoriano. Foi igualmente esta ilha que recebeu os cabos submarinos que estabeleciam as comunicações telegráfi -

cas entre os continentes europeu e norte-americano (42).

Foi igualmente nos princípios do século XIX que se operou a internacionalização estratégica do arquipélago dos Açores" durante a luta entre a França e a Inglaterra pelo domínio da Europa, que teve alguns dos mais decisivos episódios nas águas do Atlântico " (43).

A partir desta altura, e até à Segunda Guerra Mundial, a importância estratégica daquele arquipélago aumentou gradualmente.

Durante o início deste século, mais precisamente a partir de 1906, os ingleses " alertavam os governantes portugueses para que não atribuissem a qualquer potência concessões para depósitos de carvão ou de quaisquer outras facilidades nos portos do Atlântico " (44), o que demonstra que a mais poderosa potência marítima via com preocupação a eventualidade de outra potência vir a obter facilidades de qualquer espécie num porto português do Atlântico.

Já durante a Primeira Guerra Mundial, o governo português é informado pelo governo britânico que este " tinha assegurado unilateralmente a defesa dos portos portugueses não continentais" (45).

Pouco tempo depois é a vez dos E.U.A. solicitarem facilidades no arquipélago (nomeadamente em Ponta Delgada), com o intuito de evitar que os submarinos alemães utilizassem os Açores como base para as suas operações navais. Assistiu-se, portanto, nesta altura, à necessidade premente por parte das potências marítimas de beneficiarem de bases de apoio a meio do Atlântico

Norte para mais facilmente poderem deter a potência continental.

É Walter Lippmann que ao escrever na " New Republic " , em Fevereiro de 1917, dois meses antes dos E.U.A. entrarem na guerra, quem dá especial relevo ao Atlântico : " The safety of the Atlantic highway is something for which America should fight. why? Because on the two shores of the Atlantic Ocean there has grown up a profound web of interest which joins together the western world... if that community were destroyed we should then know what we had lost "(46). Anos mais tarde, e já durante o último conflito mundial, Lippmann acrescentaria o seguinte: " the Atlantic Ocean is not the frontier between Europe and the Americas. It is the inland sea of a community of nations allied with one another by geography, history and vital necessity" (47).

Não subsistem dúvidas de que as palavras proferidas por Walter Lippmann correspondiam à realidade. Após o termo da Segunda Guerra Mundial, muito embora a potência continental expansionista se tenha alterado, assistiu-se à formação da NATO, facto que originou por sua vez a formação do Pacto de Varsóvia, tornando-se o Atlântico Norte num mar interior, tendo por um lado o continente norte-americano ( Estados Unidos e Canadá) e por outro os países que constituem a Europa ocidental.

Assistiu-se, portanto, à efectivação de uma Comunidade Atlântica, na qual Portugal figura como um dos membros fundadores, desempenhando os Açores uma função muito importante neste âmbito, como afirmou recentemente o secretário de Estado dos E. U.A. em entrevista publicada pelo jornal norte-americano " The Washington Post" (48).

Conclui-se do que acima foi referido que o objectivo primordial é o de manter de facto a liberdade de navegação nos mares, aliás como já referia o presidente norte-americano Wilson durante o primeiro conflito mundial, fundamentando-se na ameaça submarina ao longo da guerra de 1914-1918.

No que concerne aos E.U.A., foi a 15 de Abril de 1917 que o conde de Alte, ministro de Portugal em Washington, envia um telegrama para Lisboa " em que se faz uma primeira referência ao estabelecimento de uma base naval americana nos Açores..." (49). Aliás, já em Ponta Delgada, Roosevelt havia referido a importância deste arquipélago " a ponto de considerar o apoio concedido pela base naval de Ponta Delgada às forças aliadas, mais importantes que a própria participação militar portuguesa no teatro europeu..."(50).

Ainda em declarações prestadas ao jornal micaelense "Républica", Roosevelt tinha afirmado que era motivado pela sua situação geoestratégica que os Açores tinham prestado uma contribuição especial no transporte de tropas para o velho continente, possibilitando desta forma evitar que o desfecho da guerra se prolongasse (51). Adiantou Roosevelt que " à medida que a guerra continuar, a importância destas ilhas, que tem sido grande, irá sempre aumentando, será cada vez maior" (52), o que de facto veio a acontecer durante a Segunda Guerra Mundial, pois os Açores voltaram a desempenhar um papel muito importante nessa altura, tão importante que estiveram na iminência de serem ocupados caso o governo português não tivesse concedido as facilidades pretendidas pelos Aliados.

No que diz respeito à Península Ibérica, convém referir que durante a Primeira Guerra Mundial, Portugal participou naquele conflito, o mesmo não acontecendo com a Espanha, que permaneceu neutral. Portugal, por conseguinte, ao combater ao lado das potências marítimas já havia dado provas de que a sua política externa caracterizava-se por ser pró-ocidental.

No âmbito das facilidades concedidas aos países Aliados durante aquele período, destacamos as seguintes: a) fornecer dados meteorológicos à Inglaterra e aos E.U.A., apenas negando essas informações aos alemães; b) fornecer carvão e abastecimentos assim como outros combustíveis, e reparar pequenas avarias dos navios aliados; c) ceder aos ingleses o controlo dos cabos submarinos alemães que amarravam na Horta; d) permitir aos ingleses o estabelecimento de uma estação de telegrafia sem fios no lugar das Feteiras; e) autorizar o estabelecimento de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada no segundo semestre de 1917 (53)

Como podemos constatar, foi essencialmente apoio de natureza logística que foi prestado aos Aliados durante o primeiro conflito mundial.

O que interessava, sobretudo, era a preservação da liberdade de navegação nos mares e nesse caso específico, no Atlântico Norte, área onde o perigo proveniente dos submarinos alemães se tornou preocupante principalmente durante o ano de 1917 (54), tendo inclusivamente os arrecifes de Ponta Delgada sido bombardeados por um submarino.

NOTAS

- (1) Adriano Moreira, A Europa em Formação, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1974, p.86.
- (2) Ibid., p. 86.
- (3) Citado por Hans. J. Morgenthau, Politics Among Nations, Alfred A. Knopf, New York, 1978, pp. 164-165.
- (4) José Augusto Barahona Fernandes, " Novo Significado das Posições Portuguesas no Atlântico e no Indico", in Anais do Instituto Superior Naval de Guerra, Separata nº4, Lisboa , 1971,p. 54.
- (5) Adriano Moreira, op. cit.,p.96.
- (6) Ibid., p. 58.
- (7) Ibid., p. 71.
- (8) Citado por Adriano Moreira, op. cit.,p.87.
- (9) José de Sousa e Faro, Posições Estratégicas de Portugal, Tipografia Carmona, Lisboa, 1930, p. 38.
- (10) Golbery do Couto e Silva, Geopolítica do Brasil, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1967, p. 164.
- (11) Ibid., p. 264.
- (12) Ibid., p. 259.
- (13) Ray S. Cline, World Power Assessment, a Calculus of Strategic Drift, Georgetown University, Washington D.C., 1975, p. 134.
- (14) Winston Churchill, The Grand Alliance, Houghton Mifflin Compa-

- ny, Boston, 1950, p. 142.
- (15) Marcelo Caetano, Minhas Memórias de Salazar, Editorial Verbo , Lisboa, 1974, p. 119.
- (16) Meira Mattos, Brasil - Geopolítica e Destino, José Olympio Editora , Rio de Janeiro, 1975, p. 76.
- (17) Golbery do Couto e Silva, op. cit., p.32.
- (18) Citado por Swadesh Rana com base em Robert J. Art e Kenneth N. Waly, " The Use of Force: International Politics and Foreign Policy", in Obstacles to Disarmament and Ways of Overcoming them, The Unesco Press, 1981, p. 49.
- (19) Golbery do Couto e Silva, op. cit., p. 157.
- (20) Adriano Moreira, op. cit., p. 86.
- (21) Ray S. Cline, op. cit., p. 103.
- (22) Henry Kissinger, American Foreign Policy, W.W. Norton Company Inc., New York, 1969, pp. 71-72.
- (23) Adriano Moreira, op. cit., p. 84.
- (24) Gago de Medeiros, Conceitos de Política Atlântica, Parceria A.M. Pereira Lda., Lisboa, 1968, pp.9-10.
- (25) José Augusto Barahona Fernandes, op. cit., p. 82.
- (26) Adriano Moreira, op. cit., p. 87.
- (27) Golbery do Couto e Silva, op. cit., pp. 265-266.
- (28) J. Virgílio de Carvalho, " Importância Estratégica das Regiões Autónomas", in Nação e Defesa, Lisboa, Janeiro-Março , 1980, p.117.
- (29) Medeiros Ferreira, Estudos de Estratégia e Relações Internacionais, Estudos Gerais, Série Universitária, Lisboa, 1981, p. 104.

- (30) Anthony Eden, The Eden Memoirs - The Reckoning, Cassel and Company, London, 1965, pp. 389-390.
- (31) Artigo publicado no "Diário de Notícias" de 9 de Janeiro de 1984 com as declarações do Embaixador Calvet de Magalhães acerca da renegociação do acordo da base das Lajes.
- (32) Golbery do Couto e Silva, op. cit., pp.195-196.
- (33) Claude Delmas, Le Monde Atlantique, P.U.F., Paris, 1958, pp. 26-27.
- (34) Mário Firmino Miguel, Portugal, a Espanha e a NATO, Livraria Portugal, Lisboa, 1979, p. 28.
- (35) Anthony Eden, op. cit., p. 390.
- (36) Ibid., p. 393.
- (37) José Enes, "A dominância das origens na história da sociedade açoriana", in Os Açores e o Atlântico (séculos XIV - XVII), Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol XLI (1983), p. 401.
- (38) Ibid., p. 401.
- (39) José Enes, "O 25 de Abril e a Autonomia Regional dos Açores", Conferência proferida em 25 de Abril de 1984, no Auditório de Ponta Delgada, pelo Professor Doutor José Enes, da Universidade dos Açores.
- (40) José Enes "A dominância das origens na história da sociedade açoriana", in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLI, (1983), p. 403.
- (41) Henrique Alexandre da Fonseca, "O valor estratégico dos Açores", in Salvarte, nº11, Lisboa, Março de 1979, p. 16.

- (42) Ibid., p.16.
- (43) Guilhermino de Magalhães " A importância Estratégica dos Açores", in Revista Militar, nº8/9, Lisboa, 1971, p. 536.
- (44) Medeiros Ferreira, op. cit., p. 103.
- (45) Ibid., pp.103-104.
- (46) Citado por James Robert Huntley, The NATO Story, Manhattan Printing Company, New York, 1969, p. 15.
- (47) Ibid., p. 15.
- (48) Artigo intitulado " US., Portugal renew accord on Azores Base", in The Washington Post de 14 de Dezembro de 1983.
- (49) Artigo intitulado " Facilidades nos Açores: o início", de Medeiros Ferreira in Açoriano Oriental de 18 de Abril de 1985, p. 2.
- (50) Artigo intitulado " Franklin D. Roosevelt nos Açores durante a Primeira Guerra Mundial" in Diário de Notícias de 15 de Dezembro de 1982, p.15.
- (51) Ibid., p.13
- (52) Ibid., p. 4.
- (53) Artigo intitulado " Facilidades nos Açores: o início" de Medeiros Ferreira, in Açoriano Oriental de 18 de Abril de 1985 p. 3.
- (54) A.H.D. Araujo Stott Howorth, A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial, E. N. P., Lisboa, 1956, p. 19.

## CAPITULO II

### AS RAZOES DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS AÇORES AO LONGO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

#### 1- OS ALIADOS E OS AÇORES

Muito se tem escrito acerca da importância geoestratégica dos Açores durante a Segunda Guerra Mundial e o seu papel fundamental para os Aliados, na medida em que lhes foi facultada a sua utilização na luta contra as potências do Eixo, nomeadamente a Alemanha nazi.

É, pois, nossa intenção, não só tentar demonstrar que assim sucedeu, mas também analisar o importante contributo do nosso país para a causa aliada no decorrer daquele conflito, sem, por outro lado, deixar de defender os seus interesses fundamentais como país neutral que foi.

Salazar compreendeu perfeitamente a lógica da geopolítica e utilizou-a não só a favor dos Aliados, nomeadamente da Inglaterra, mas também a favor, como é evidente, de Portugal, na medida em que enquanto os dois países possuissem territórios espalhados pelo mundo, necessitariam um do outro.

A Inglaterra, até essa altura a potência marítima mais poderosa do mundo, tinha necessidade, como aliás já foi referido anteriormente, de portos e de bases em direcção ao Oceano Índico e Portugal precisava da protecção e da ajuda da sua formidável marinha de guerra.

O objectivo fundamental da Grã-Bretanha era o de preservar a liberdade das suas comunicações no Atlântico Norte e

Sul, no Mediterraneo e, através do Cabo da Boa Esperança, para o Oriente.

Portugal, por seu lado, dispunha de portos, quer insulares, quer continentais, dos quais a Inglaterra necessitava a fim de poder levar por diante os seus objectivos.

Neste contexto, não haja dúvida de que " o mais importante contributo de Portugal para a defesa da Europa e do Ocidente é o de natureza geoestratégica"(1). Esta afirmação aplicar-se-ia com certeza aos Açores durante o último conflito mundial. Aliás, o discurso do Presidente Roosevelt, efectuado no dia 27 de Maio de 1941, bem o demonstrou ao afirmar que se o inimigo conseguisse ocupar aquele arquipélago ameaçaria a segurança dos Estados Unidos (2).

Para além deste aspecto, que é da máxima importância, o próprio Presidente Roosevelt em telegrama enviado ao Primeiro Ministro britânico, Winston Churchill, datado de 14 de Outubro de 1943, afirmou o seguinte: " We both fully realize the tremendous importance to combined war effort of establishing Central Atlantic air transport and ferry route via Azores, with resultant saving of millions of gallons of high octane gasoline and many thousands of pilot and engine hours per month" (3).

Noutro telegrama, Roosevelt foi ainda mais específico, ao afirmar: " The importance of the Central Atlantic air transport and ferry route to the United Nations war effort cannot be over-emphasized. Briefly summarized, it represents: a) Potential saving, over the 6 months period ( November 1943 - April 1944 ) of approximately 51½ million gallons of high octane aviation fu

el..." (4).

Como podemos ver, não foi apenas o aspecto relacionado com a segurança o mais importante para os Estados Unidos, mas também os aspectos humano e financeiro, na medida em que os Açores permitiam que as ligações não apenas com a Europa mas também com o norte de África e o próprio Médio e Extremo Oriente se efectuassem de uma forma mais rápida e, consequentemente, menos dispendiosa.

Aliás, tal já se verificou mais recentemente durante o conflito Israelo-Árabe em que a base das Lajes nos Açores foi de uma importância vital na ajuda norte-americana a Israel.

Alvin J. Cottrell e Thomas H. Moorer, num trabalho intitulado U.S. Overseas Bases: Problems of protecting American Military Power Abroad, referem que, no que diz respeito à vigilância aero-naval, nomeadamente anti-submarina, o uso do arquipélago dos Açores e da Islândia evitaram que os Estados Unidos dispendessem tanto como 6 biliões de dólares a mais (5).

Podemos ver, por conseguinte, que a utilização do arquipélago açoriano pelos Aliados, nomeadamente a Inglaterra e os Estados Unidos, era da maior importância, não só nos aspectos focados anteriormente, mas também tendo em vista o desembarque Aliado na Europa.

Foi George Kennan quem afirmou: " the use of the Azores, it appeared, was practically essential to the movement of land-based aircraft from North America to Britain in sufficient quantities to support a future landing on the continent" (6) . Daqui se infere inevitavelmente que foi, portanto, o arquipélago

dos Açores o ponto fundamental no Atlântico norte que permitiu não só o envio de tropas para a libertação da Europa do domínio nazi, mas também para a salvaguarda das ligações marítimas, como base para os aviões aliados na luta anti-submarina, a qual, como se sabe, foi fundamental na medida em que permitiu a circulação dos comboios de navios indispensáveis à sobrevivência dos Aliados na Europa ocidental.

A ameaça submarina alemã à navegação aliada no Atlântico norte intensificou-se a partir de 1941, criando desta forma problemas extremamente graves ao desenvolvimento das operações, abastecimentos e transportes dos exércitos e relações intercontinentais. Daí o nome de código atribuído àquele arquipélago — Lifebelt —, aliás plenamente justificado tendo em vista que apenas entre Janeiro e Dezembro de 1942, 1160 navios totalizando 6 266 215 toneladas foram afundados por submarinos inimigos (7).

Só no Atlântico norte, tinham sido afundadas 5 480 000 toneladas de navios. Porém, no último quartel de 1943, tendo só a partir de Outubro se feito sentir a presença dos Aliados nos Açores, tinham sido afundados 53 submarinos, tendo muitos sido afugentados de áreas de reabastecimento até então seguras, e perderam-se apenas 146 000 toneladas de navios (8).

Com base nestas afirmações, verificamos que de facto as facilidades concedidas aos ingleses, tendo como base a aliança luso-britânica de 1373, foi de uma importância fulcral para os Aliados na luta contra o inimigo.

Portugal possuía e possui, no meio do Atlântico, " uma

autêntica esquadra de porta-aviões e muito menos vulneráveis do que aqueles que se constroem nos estaleiros" (9). No entanto, e embora de início a importância estratégica dos Açores estivesse essencialmente ligada à luta anti-submarina, pois era perto dos Açores que os submarinos alemães atacavam os comboios Aliados e obrigavam-nos a utilizar uma rota mais a norte sob condições atmosféricas muito desfavoráveis, aquele arquipélago poderia ser utilizado para observações meteorológicas, ajuda à navegação e salvamentos (10).

Mais tarde, com a diminuição da pressão submarina alemã, o aumento do teatro de operações, principalmente no Extremo Oriente, os Açores ganharam importância como plataforma de suporte intermédio para intervenções em vários continentes.

Devido a tudo isto, e ao facto de através da utilização dos Açores os Aliados terem evitado perder muitos navios, milhares de vidas e milhões de litros em combustível por ano, é que do ponto de vista militar justificar-se-ia uma ocupação daquelas ilhas pelos Aliados.

No entanto, e como aliás já foi referido, Salazar só cedeu as facilidades quando teve a certeza de que Portugal não seria ameaçado ou atacado pelos alemães, na medida em que sendo o nosso país oficialmente neutral, receava qualquer tipo de retaliação por parte da Alemanha após a cedência daquelas.

Nos capítulos seguintes, será analisado mais detalhadamente a problemática referente à cedência de facilidades à Inglaterra e aos Estados Unidos. Por agora, o que convém que fique bem claro é o facto dos Açores terem sido imprescindíveis

para os Aliados ao longo do último conflito mundial e, na eventualidade de lhes não terem sido concedidas as facilidades, havia de facto planos para que aquelas ilhas portuguesas do Atlântico fossem ocupadas.

## 2- A OCUPAÇÃO DOS AÇORES?

Umas das preocupações fundamentais no âmbito da política externa britânica durante a Segunda Guerra Mundial, foi, sem dúvida, a manutenção da liberdade de navegação nos oceanos, nomeadamente no que se refere ao Atlântico.

Para se atingir esse objectivo era imperioso que os vários arquipélagos portugueses do Atlântico não fossem ocupados pela Alemanha, pois se tal viesse a acontecer o inimigo poderia interferir não apenas com as comunicações marítimas mas também com as estações de cabos submarinos ali existentes.

Afirma Llewellyn Woodward que foi exactamente devido a isso, que os Chefes do Estado Maior queriam ocupar as ilhas dos Açores e de Cabo Verde se Portugal fosse atacado ou se a Espanha demonstrasse que iria entrar na guerra ao lado das potências do Eixo. No entanto, os Chefes do Estado Maior compreendiam que a ocupação daquelas ilhas poderia expor o continente português a um ataque por parte da Espanha e que os britânicos não pode-

riam conceder a Portugal qualquer ajuda directa (11).

Winston Churchill, por seu lado, também se encontrava preocupado com a possibilidade de Hitler tentar ocupar as ilhas portuguesas do Atlântico e aí estabelecer bases para submarinos e aviões. As razões sustentadas por Churchill eram idênticas às apresentadas por Woodward anteriormente. Afirmava aquele que :

" These islands lying near the centre of the North Atlantic would in enemy hands have proved as great a menace to our shipping movements in the south as Iceland in the north. The British Government for its part could not tolerate such a situation arising, and in response to urgent calls from the Portuguese Government who were fully alive to the danger to their own country, we planned and prepared an expedition to forestall such a German move. We had also made plans to occupy Grand Canary and the Cape Verde Islands should Hitler move into Spain. The urgency of these expeditions vanished once it became clear that Hitler had shifted his eyes towards Russia" (12).

Como podemos ver, o perigo seria muito grande para a Inglaterra e para Portugal se Hitler tivesse invadido a Espanha e ameaçasse, como é evidente, Gibraltar, ou se a Espanha tivesse cedido à pressão alemã. Se isto se tivesse concretizado, os ingleses tinham pronta uma poderosa força para ocupar algumas das ilhas atlânticas ou, como alternativa, ter invocado a Aliança luso-britânica de 1373 e estabelecido uma base nas ilhas de Cabo Verde, cuja operação seria designada por " Shrapnel ", o que lhes facultaria obter bases aéreas e navais que

lhes permitiriam controlar a rota do Cabo (13).

Se, porventura, Gibraltar fosse ocupada por forças alemãs, seria vital que os ingleses ainda tivessem a possibilidade de terem o uso da rota do Cabo.

Porém, é necessário que fique bem claro que embora Churchill e Roosevelt entendessem que, se determinadas circunstâncias se verificassem, e a invasão dos Açores se efectivasse, o Foreign Office discordou de tal atitude e insistiu que a cedência de facilidades ao seu país deveria ser concretizada através da via diplomática, o que na realidade veio a acontecer em 1943. Aliás, tal poderá ser comprovado através das declarações de várias individualidades britânicas ligadas ou não ao Foreign Office na altura, como por exemplo Anthony Eden que nas suas Memórias refere o seguinte: " After the meeting Attlee and I replied to Mr. Churchill. We told him that we thought the Portuguese would respond if the Alliance were invoked and the idea came from our country alone. We were opposed to the forcible seizure of the Azores..."(14)

R.E. Vintras afirma igualmente no seu livro História Secreta da Base dos Açores: " felizmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico, a quem esta ideia scandalizava, conseguiu obter a necessária concessão do nosso mais velho aliado por métodos diplomáticos " (15).

Nessa altura, e ainda acerca da concessão de facilidades, Robert E. Sherwood afirma o seguinte: " Churchill did not believe that there was the slightest fragment of a chance that the Portuguese Government would agree to permit the establish -

ment of bases and that any request to them would only result in the strengthening of the defenses of the islands " (16).

Para além destes aspectos que são importantes, Llewellyn Woodward aponta outro que não deixa de ser relevante e que se prende essencialmente com o facto de se a ocupação dos Açores pelos Aliados fosse por diante, correr-se-ia o risco de a opinião pública portuguesa e espanhola passar para o lado alemão (17).

No que concerne aos Estados Unidos, estes tinham igualmente planos para ocuparem os Açores, caso a Espanha e Portugal fossem invadidos, e de ampliar ao arquipélago a doutrina de Monroe (18), aliás, o que se compreendia face às declarações do Presidente Roosevelt de Maio de 1941.

Já a 6 de Maio daquele ano, o Senador Pepper profere no Senado um discurso em que aduz a ocupação dos Açores como também de Cabo Verde, Canárias e Dacar (19), recebendo para o efeito o apoio da imprensa norte-americana, na medida em que defendia que os Aliados, a fim de garantirem a sua defesa, se antecipassem à realização das intenções atribuídas à Alemanha de invadir Portugal e as suas ilhas atlânticas (20).

A 24 de Maio de 1941, o Presidente Roosevelt ordenava aos Chefes do seu Estado - Maior que aprontassem forças da Armada para, apoiadas pelas esquadras do Atlântico, ocuparem os Açores. As unidades já estavam a ser treinadas sob o comando do Major - General Holland M. Smith do Corpo de Fuzileiros Navais, que mais tarde ganhou fama na Pacífico quando, a seguir a uma troca de impressões entre Winston Churchill e o Presidente, em

princípios de Junho de 1941, a ocupação dos Açores foi anulada e substituída pela da Islândia (21).

Por outro lado, isto não significou que a administração norte-americana da altura retirasse ou pelo menos desse menor importância ao arquipélago dos Açores. Foi e é considerado tão relevante que desde 1944 até aos nossos dias, os norte-americanos ainda possuem uma base nos Açores e continuarão a possuir nos tempos mais próximos.

Na Segunda Guerra Mundial, que é o período específico que nos interessa, os militares norte-americanos "wanted the Azores to offer those facilities which would permit the ferrying of a great number of land based aircraft to Europe for participation in the Normandy invasion and latter to support the Allied advances on the continent" (22). Os Açores eram portanto da maior importância para os Aliados na condução da guerra e, por conseguinte, estava tudo preparado, por exemplo na Conferência Tridente, na qual participaram Roosevelt e Churchill, para se invadir os Açores com ou sem o consentimento do Governo Português.

Não podemos esquecer, por outro lado, que Salazar já tinha começado a enviar tropas para os Açores por forma a diminuir as possibilidades de uma invasão daquele arquipélago. De igual importância era o plano anglo-luso em caso de emergência, no qual se Portugal fosse invadido por tropas alemãs, o Governo Português iria para os Açores sendo a resistência no continente português apenas simbólica.

Um outro aspecto relevante relacionado com esta pro -

blemática prendeu-se com o facto de Roosevelt ter decidido contactar o Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, a fim de este interceder junto do Governo Português com o objectivo deste conceder as facilidades desejadas pelos anglo-saxónicos, o que veio a ser abandonado posteriormente, quando, finalmente, Churchill decidiu autorizar o Foreign Office a solicitar, pela via diplomática, a concessão de facilidades, invocando para o efeito a aliança luso-britânica de 1373.

Foi o que de facto veio a acontecer em Agosto de 1943, tendo os britânicos começado a utilizar as facilidades em Outubro daquele ano. Importa referir, porém, que Salazar nunca deixou de solicitar as garantias por parte da Grã-Bretanha, União da África do Sul, Austrália e Estados Unidos de preservarem e de garantirem a integridade territorial e a soberania portuguesas em todos os seus territórios tanto na Europa (incluindo, como é óbvio, as ilhas do atlântico) como em África e na Ásia. Este ponto é fundamental para percebermos correctamente a cedência de facilidades aos Aliados nos Açores.

Pensamos, todavia, e ainda antes de abordar a problemática referente às facilidades, que nos convém analisar o interesse por parte dos alemães nos Açores.

Como afirma Samuel Eliot Morison: "From the best intelligence we could obtain of enemy intentions, Germany was preparing the occupation of Spain and Portugal as her next aggression after the invasion of the Balkans. There were many signs and portents of it in the air. The German radio started an anti-Portuguese campaign; The United States was accused of ambi-

tion to annex the Azores;..." (23).

Como podemos ver, as acusações eram de ambas as partes. Os Aliados acusavam a Alemanha de pretender obter pela força bases nas ilhas do Atlântico e vice-versa.

Ainda no que concerne à Alemanha, Adolfo Hitler tinha referido textualmente o seguinte: " o objectivo da intervenção alemã na Península Ibérica é expulsar a Inglaterra do Mediterra<sup>n</sup>neo Ocidental. E assim: 1- Gibraltar deve ser tomada a o Estreito fechado; 2- os Ingleses deverão ser impedidos de se apoderarem de qualquer outro ponto da Península ou das ilhas do Atlântico " (24). Esta foi a célebre Diretriz nº18 ( doc.444 P. S. de Nuremberga) designada por Operação " Félix " de 12 de Novembro de 1940.

Como já foi referido, se as ilhas portuguesas do Atlântico fossem ocupadas pela Alemanha ( Açores e Cabo Verde ) tal facto teria repercussões muito graves para os transportes marítimos tanto no Atlântico norte como no sul, assim como nas estações por cabo instaladas naquelas ilhas.

Em consequência do que acaba de ser referido, compreendia-se que os Aliados tivessem sentido a necessidade de, confrontados com essa situação, ocuparem esses arquipélagos. Só que o problema maior era que Portugal poderia vir a sofrer retaliações por isso, assim como dar pretexto aos Japoneses de ocupar Timor (25).

Porém, não nos podemos esquecer que, independentemente do que acaba de ser referido, o facto de Franco ter resistido às pressões alemãs aquando do seu encontro com Hitler perto da

fronteira franco-espanhola e também à preparação da nossa defesa no continente e Ilhas do Atlântico, em especial nos Açores, contribuíram, até certo ponto, pelo menos, para a não intervenção ou ocupação por potências estranhas (26).

Salazar, com essas medidas, desejava sobretudo dar a entender tanto aos Aliados como aos Alemães que o Governo Português estava determinado a defender a sua integridade territorial e, portanto, a sua soberania, a todo o custo e em todo o território nacional, nomeadamente nos Açores.

Entendia ainda aquele primeiro ministro que nos primeiros anos do conflito era a sua missão fundamental manter estritamente a neutralidade da nação portuguesa e ainda para mais numa altura em que ainda não se desenhava que lado é que teria mais possibilidades de vencer a guerra.

Por outro lado, Salazar sempre compreendeu perfeitamente que a aliança multissecular que nos ligava à Inglaterra tinha que ser escrupulosamente respeitada porque afinal de contas dependíamos deste país para que as linhas marítimas permanecessem abertas, assim como para nos auxiliarem militarmente em caso de ataque pela Alemanha. Aliás, a nossa neutralidade foi denominada de colaborante exactamente devido às razões apontadas.

No entanto, de outro modo não podia ter sido, pois dadas as especificidades portuguesas, cuja História sempre esteve ligada e condicionada pelo mar, seria de estranhar se a nossa política externa não tivesse em consonância com a da potência marítima por excelência até essa altura.

O primeiro ministro de Portugal sempre assim o entendeu, não significando isto, por outro lado, que o nosso país não mantivesse relações aos níveis político e económico com outros estados como por exemplo a Alemanha e a Itália.

Dada a conjuntura internacional que na altura se vivia, assim como, e acima de tudo, o facto da Guerra Civil de Espanha ter sido no mínimo um elemento catalisador de muita importância no começo da Segunda Guerra Mundial, Salazar tinha de actuar com muito cuidado no plano externo, na medida em que entre as suas grandes preocupações durante aquele período, a manutenção de Portugal fora daquele conflito internacional ocupava o primeiro plano, assim como tentar a todo o custo evitar que o comunismo internacional se instalasse na Península. Estas, entre outras, constituíam as maiores preocupações com que se debatia Oliveira Salazar.

A preservação do " status quo " na Península Ibérica , através do Pacto de Não Agressão firmado com a Espanha em 1939 e o Protocolo adicional assinado em 1940, constituíam um dos pontos fundamentais no âmbito da política externa portuguesa .

Foi, portanto, com grande preocupação que o Governo português viu, durante a Segunda Guerra Mundial, a cobiça com que tanto os Aliados como a Alemanha olhavam os seus territórios insulares ( e não só ), nomeadamente o arquipélago dos Açores.

Foi, pois, a importância geoestratégica dos arquipélagos portugueses, nomeadamente o açoriano, que explicam o relevante papel desempenhado por Portugal durante a última conflagração mundial, muito embora fosse um país neutro.

Na sequência disto, e já no período do pós-guerra, é ainda a geografia que determinou e determina que Portugal aderisse à NATO, pois como já foi referido, Salazar compreendeu perfeitamente que após o desmantelamento da Alemanha nazi, seria necessário conter o perigo do expansionismo da Rússia soviética e, por consequência, do comunismo internacional.

A importância estratégica e geopolítica do arquipélago dos Açores durante a Segunda Guerra Mundial terá pois de ser entendida num contexto global e não apenas europeu, entre a potência marítima e a potência continental, que naquela altura eram a Inglaterra e a Alemanha nacional-socialista, respectivamente.

Gostaríamos de fundamentar esta afirmação, referindo uma carta escrita pelo Embaixador Armindo Monteiro a Salazar e datada de 1 de Julho de 1943, onde refere que devido à necessidade dos Aliados de " ... acumularem no Norte de África grandes massas de material e de homens para as ofensivas que se desenham no litoral do Mediterrâneo (e) uma vez desencadeadas estas, manter ininterrupta a corrente de material e de homens para as alimentar sem desfalecimento ou interrupção " necessidade esta que exige " plena liberdade e segurança de movimentos no Atlântico, tanto quanto possível pela linha mais curta. O simples enunciado destas necessidades mostra a importância do papel que os Açores - pelo menos os Açores - desempenham nos planos aliados. Era inevitável a utilização destes pelas suas forças..." (27). E mais adiante, afirma o seguinte: " A condição da conservação dos Açores sob a nossa bandeira está na boa vontade com que os pusermos ao serviço da causa de quem domina o

"Atlântico" (28).

Com base nesta carta pode-se concluir que, de facto, o embaixador de Portugal em Londres compreendia perfeitamente que o nosso país não podia fazer muito mais do que ceder mais tarde ou mais cedo aos Aliados o arquipélago dos Açores, pois era da maior importancia para eles na medida em que lhes facilitaria e tornaria mais rápidas as ligações com o norte de África a Europa a o Médio e Extremo Oriente.

O próprio embaixador britânico em Lisboa, R. H. Campbell, em carta escrita a Salazar, tinha referido que a campanha submarina alemã no Atlântico tinha chegado a tal ponto que impedia seriamente que as forças das Nações Unidas chegassem aos campos de batalha na Europa, facto que não significava que o Governo de Sua Majestade pensasse que tal ameaça pusesse em causa a vitória dos Aliados, mas que pudesse prolongar essa mesma vitória (29).

Foi exactamente com base neste pensamento que no mesmo documento, o Governo de Sua Majestade, ao invocar a aliança luso-britânica, solicita as facilidades que pretendia nos Açores ao Governo Português. De igual importância será analisar sumariamente quais as vantagens, sob o ponto de vista militar, que o Governo britânico obteria com a utilização daquele arquipélago: " a much extended air cover would be provided for all convoys plying between the United States or the West Indies and the Mediterranean; between the West Indies and the United Kingdom ; between South America and the United Kingdom; between the United Kingdom and the Mediterranean, and between the United Kin-

dom and West Africa, the Cape of Good Hope and eastwards " (30).

Como podemos ver, e tendo como base estas palavras do embaixador Campbell, o Governo inglês concedia uma importância fundamental aos Açores nas ligações marítimas da Inglaterra com outras áreas do globo.

Isto leva-nos a concluir novamente que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tinham que usufruir daquelas facilidades a fim de poderem terminar com a guerra mais rapidamente, assim como evitarem dispender verbas mais avultadas com ela. Luc Grollen, afirma que com a utilização daquele arquipélago, e isto segundo vários especialistas, os Aliados poderiam poupar milhões de toneladas de navios, milhares de vidas e 100 milhões de "gallons" por ano em combustível de aviões (31).

Portanto, tudo o que foi referido até aqui leva-nos a concluir novamente que a possibilidade de operar um serviço aéreo dos Estados Unidos através dos Açores para o Norte de África sem ter de fazer escala em Lisboa, seria a solução ideal para os E.U.A. porque tornariam mais curtas as suas comunicações com o Mediterrâneo e o Médio Oriente (32).

Tal como afirmam Alvin J. Cottrell e Thomas H. Moorer: " The Azores clearly demonstrate the value of bases in terms of lessening force requirements. An advanced position in the Azores for air, maritime surveillance and antisubmarine warfare , makes it possible to cover the critical areas of the ocean with fewer forces than would otherwise be required " (33).

Tendo como base o que foi referido anteriormente, é

lícito concluir que, motivado essencialmente por condiciona-  
mos e especificidades próprias, o território português, nomeada-  
mente o arquipélago dos Açores, constituía um dos objectivos  
fundamentais da política externa da Grã-Bretanha e dos Estados  
Unidos no que concerne ao Atlântico Norte ao longo da Segunda  
Guerra Mundial.

A situação geográfica dos Açores, quase a meio do Atlân-  
tico Norte, revestiu-se de uma enorme importância para os Alia-  
dos na medida em que lhes permitiu facilmente e com menores cus-  
tos humanos, materiais e financeiros levar por diante a luta  
contra a potência expansionista dessa altura, que tentou a todo  
o custo alterar o " status quo " europeu e mundial.

Portugal, muito embora fosse oficialmente um país neu-  
tral, com o acordo tácito da Grã-Bretanha, desempenhou por con-  
sequente um papel relevante nesse sentido, permitindo aos Alia-  
dos encurtar a guerra que se previa longa.

Porém, é importante salientar que, apesar da aliança  
luso-britânica que nos unia à Inglaterra, houve períodos em que  
as relações bilaterais entre os dois países foram, de facto, me-  
nos boas, como por exemplo a problemática relacionada com o  
reequipamento das nossas forças armadas. Independentemente des-  
sas vicissitudes, não restam dúvidas de que Salazar tentou sem-  
pre honrar a aliança multissecular com a Inglaterra, pois enten-  
dia muito bem que nós não poderíamos abdicar da ajuda britânica  
na defesa do continente e das nossas colónias ultramarinas.

A condução da nossa política externa durante esse pe-  
ríodo muito conturbado da última conflagração mundial, caracte-

rizou-se, por conseguinte, pela manutenção da neutralidade da Península Ibérica, na luta contra o comunismo internacional e pela salvaguarda da aliança luso-britânica. Estas são, em nosso entender, as principais directrizes da nossa política externa ao longo daquele período.

A neutralidade colaborante do nosso país, no que diz respeito aos Aliados, verificou-se numa altura em que já era manifesta a superioridade militar destes face aos alemães e foi exactamente nessa altura que Salazar, a pedido expresso do Governo de Londres, que invocou a aliança, se decidiu conceder as tão desejadas facilidades primeiro aos ingleses e posteriormente aos norte-americanos.

No entanto, Salazar demonstrou ser um negociador difícil e inteligente, nunca deixando de defender primeiro do que tudo os interesses nacionais, por forma a evitar sempre que Portugal viesse a sofrer os efeitos nefastos da guerra.

Um outro aspecto importante que não pode deixar de ser mencionado é o facto de Portugal, após o termo da Segunda Guerra Mundial, ter sido um dos países fundadores da Aliança Atlântica. Muito embora a NATO e a sua constituição não seja o tema específico deste trabalho, parece-nos relevante referir que uma das principais, senão mesmo a principal razão, que explica a adesão de Portugal àquela organização internacional relaciona-se com a sua importante situação estratégica e com o aparecimento de um novo perturbador continental — a URSS.

Salazar compreendeu perfeitamente o perigo que a Euro-

pa ocidental correria em virtude do expansionismo soviético (aliás ainda bem patente na mente dos portugueses aquando da Guerra Civil de Espanha), se nada fosse feito para o deter.

Para além deste aspecto importante, o facto de Portugal estar ao lado das grandes potências ocidentais concedia um determinado prestígio ao nosso país na cena política internacional. Por outro lado, e já no que concerne especificamente à vida política interna portuguesa, o facto de pertencermos à Aliança Atlântica contribuiu para a consolidação da posição interna do Governo na medida em que pertencíamos a uma organização constituída por países cujos governos eram democráticos.

Isto demonstra que Portugal, mesmo após o termo do segundo conflito mundial, permaneceu aliado à potência marítima, tal como tem sucedido ao longo da sua história como país independente.

Portugal, como país europeu e atlântico que é, só poderia ter uma política externa orientada para o Atlântico (como é perfeitamente claro a partir dos Descobrimentos), política externa essa que só era viável desde que tivesse o apoio de outras ou de outra potência marítima como foi o caso da Inglaterra. E foi exactamente isso o que de facto aconteceu. Ao garantir perante o mundo a neutralidade portuguesa, Salazar fez sempre o possível igualmente por garantir a neutralidade espanhola, o que de facto também veio a acontecer, independentemente das pressões alemãs e italianas para que a Espanha entrasse a seu lado no conflito.

O nosso país tem vindo a demonstrar ao mundo que, por

motivos vários, tem orientado a sua política externa em sintonia com a das potências marítimas, desempenhando o arquipélago dos Açores um papel sempre relevante no seu âmbito.

Independentemente do que a História nos refere, ao olharmos para um mapa do Atlântico norte, é fácil vermos que, de facto, Portugal, e nomeadamente o arquipélago açoriano, ocupa uma posição privilegiada naquele oceano, a qual, num conflito mundial não poderá de forma alguma permanecer neutral. Isto é, quem dominar os Açores e a Islândia controlará o Atlântico norte. Queiramos ou não isto é um facto que ficou bem patente, durante a Segunda Guerra Mundial. Portugal, embora neutral, acabou por ceder facilidades no seu território aos britânicos e depois aos norte-americanos, com todas as repercussões que daí podiam advir.

Felizmente para o nosso país, a Alemanha não atacou nem a Espanha nem Portugal, pois se tal tivesse acontecido seria muito difícil de prever qual teria sido o resultado. Com certeza que a Inglaterra teria reagido imediatamente, como aliás nós já referimos, através da ocupação das ilhas portuguesas do Atlântico.

Relativamente a esta problemática, Abel d' Abreu Sotto Mayor escreveu o seguinte num artigo intitulado " Importância estratégica dos Açores ": "... os Açores têm um alto valor estratégico para a Grã-Bretanha porque lhes permitem assegurar a liberdade das suas comunicações marítimas. Além disso, interessa fundamentalmente à Inglaterra que os Açores não possam ser ocupados por uma potência sua adversária, porque lhe permiti -

ria estrangular todo o comércio britânico e interdizer por completo à Inglaterra a importação de géneros alimentícios. Enfim: os Açores são a chave das comunicações marítimas da Grã-Bretanha; são o fiel da alimentação do povo inglês em caso de guerra" (34).

Estas palavras, nomeadamente as últimas, são muito significativas e importantes pois se uma potência sua inimiga dominasse o Atlântico norte, a Inglaterra teria inúmeros problemas em sobreviver sem a liberdade das comunicações marítimas vitais para as actividades comerciais de qualquer país.

Em Janeiro de 1938, portanto ainda antes do inicio do conflito em causa, o jornal alemão " Berliner Tageblatt " publicou um artigo da autoria da sua redacção, comentando um outro que a revista inglesa " United Service " havia publicado acerca do valor da posição estratégica dos Açores, como garantia da liberdade de abastecimentos, matérias-primas e alimentos que resultaria para a Inglaterra em caso de guerra, da existência nesse arquipélago de uma base para navios e submarinos ingleses ou estabelecida por acordo especial com Portugal. O seu comentário mais interessante, entre outros de pura polémica , é que toda a argumentação da publicação inglesa assenta no princípio de que depois da vitória de Franco a Espanha se tornaria numa esfera de influência: germano-italiana e que a criação de uma base naval nos Açores teria como consequência desviar para aí toda a actual influência de Gibraltar sobre o Mediterrâneo , mantendo a liberdade de acesso a esse mar e a segurança do Atlantico para a esquadra inglesa que continuaria dispondo de

bases para atacar a Itália e a Alemanha (35). Como mais tarde se verificou, a Espanha manteve-se neutral ao longo do último conflito mundial e Gibraltar permaneceu em poder dos britânicos.

Ainda relacionado com este assunto, em Outubro de 1938, o nosso embaixador em Londres havia chamado a atenção dos ingleses para essa problemática. Afirmou ele: " (...) tinha eu tentado pôr em evidência na conversa aludida este facto, que vejo geralmente ignorado na Inglaterra: a importância fundamental das posições que Portugal ocupa no Mundo - importância que as recentes descobertas em matéria de aviação multiplicaram. Falei, por isso, com o ar mais convencido que me foi possível encontrar do papel dominante que, no caso de guerra, a costa portuguesa e as ilhas dos Açores e Madeira podiam ser chamadas a desempenhar para o domínio do Atlântico e da entrada do Mediterrâneo " (36) . Destas palavras de Armindo Monteiro pode-se concluir mais uma vez que, de facto, o território português era imprescindível para a potência marítima em guerra.

Se porventura a Espanha tivesse chegado a entendimento com as potências do Eixo, o estreito de Gibraltar estaria seriamente ameaçado e, conseqüentemente, os Açores e a Madeira tinham-se tornado ainda mais importantes do ponto de vista geoestratégico.

Para acentuar mais este ponto, que é de facto o que mais nos interessa, é importante referir igualmente um artigo publicado por Lord Rotermere no " Daily Mail " no qual ele afirma que Portugal tem posições estratégicas que o tornam a chave das comunicações marítimas da Inglaterra. Adianta ainda que os Açores

res são mais importantes do que " Gibraltar, Cabo e Singapura juntos " e que Portugal é o guarda da porta através da qual passa tudo o que é essencial para a Inglaterra (37). cremos também que estas afirmações falam por si.

De igual modo, o britânico Sir Dudley Pound, num documento seu, afirmou que: " Sem os Açores, mover-nos-emos sempre da parte de fora do círculo enquanto o inimigo opera dentro dele. As nossas forças disporiam ali de uma posição central que lhes permitiria cobrir todas as variedades da campanha dos submarinos contra os teatros de operações do Atlântico Norte e do Mediterrâneo"(38).

Já na fase final da campanha no norte de África, Sir Dudley Pound voltou a mencionar os Açores, afirmando que o Governo britânico deveria solicitar ao Governo português a cêdência de facilidades no arquipélago açoriano. Para além das razões previamente apontadas, referia que, com base na experiência da Batalha do Atlântico, a presença mesmo de apenas um avião sobre um comboio de navios dificultava bastante a acção dos submarinos alemães, para além das razões já mencionadas de que as condições climatéricas numa área do Atlântico mais a sul serem de facto melhores, especialmente durante o inverno, para além do facto, de também já referido, se economizar tempo e transportes na travessia do Atlântico (39).

Como podemos facilmente deduzir com base nestas e outras afirmações, a utilização dos Açores era de facto imprescindível para os Aliados e, na nossa opinião, não poderia ser evitada.

O próprio Foreign Office afirma a Churchill que: " as ilhas portuguesas são vitais para a batalha do Atlântico" (40).

Creemos, portanto, que é lícito concluir que a importância geoestratégica do arquipélago dos Açores foi e é ainda hoje em dia muito relevante, muito embora reconheçamos perfeitamente que no âmbito de um conflito nuclear generalizado não faça grande diferença em que local possamos estar ( " mutual assured destruction " ). Porém, num conflito convencional, o arquipélago açoriano continua a desempenhar um papel relevante no controlo do Atlântico Norte.

NOTAS

- (1) J. Virgilio de Carvalho, Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa, IEEI, Lisboa, 1984, p.110
- (2) Samuel Eliot Morison, History of United States Naval Operations in World War II, The Battle of the Atlantic, (September 1939 - May 1943) vol. I, Little, Brown and Company, Boston, 1957, p.65.
- (3) Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers, volume 2, Europe, United States Government Printing Office, Washington D.C., 1964, p.553.
- (4) Ibid., p.547.
- (5) Alvin J Cottrell, Thomas H. Moorer, U.S. Overseas Bases : Problemas of Protecting American Military Power Abroad, The Washington Papers, Center for Strategic and International Studies, Georgetown University, 1977, p.14.
- (6) George F. Kennan, Memoirs 1925 - 1950, Little, Brown and Company, Boston, Toronto, 1967, p.145.
- (7) R.E. Vintras, História Secreta da Base dos Açores ( the Portuguese Connection). Editora Ulisseia, Lisboa, 1974, p.110
- (8) Ibid., p.97
- (9) A. H. D'Araújo Stott Howorth, A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial, E. N. P., Lisboa, 1956, p.19.
- (10) Veja-se Winston S. Churchill, The Second World War, The Grand Alliance, Houghton Mifflin Company, Boston, 1950, vol.3, p.142;

- volume 4, p.131; Anthony Eden, The Reckoning, Cassell and Company, London, 1965, pp.390-400. F.L. Woodward, British Foreign Policy in the Second World War, vol.I, Her Majesty's Stationery Office, London, 1970, pp.375-376, 378-382.
- (11) Llewellyn Woodward, op. cit., p.443.
- (12) Winston S. Churchill, op. cit., p.142-143.
- (13) Winston S. Churchill, The Second World War, Their Finest Hour, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1949, p.625.
- (14) Anthony Eden, op. cit., p.391.
- (15) R. E. Vintras, op. cit., p.47.
- (16) Robert E. Sherwood, Roosevelt and Hopkins - An Intimate History, Harper and Brothers, New York, 1948, pp.731-732.
- (17) Llewellyn Woodward, op. cit., p.444. Veja-se igualmente William D. Leahy, I was there, New York, 1950, p.115.
- (18) Franco Nogueira, Salazar, As Grandes Crises (1936-1945) - vol. III, Atlântida Editora, Coimbra, 1978, p.305.
- (19) Ibid., p.319.
- (20) Augusto de Castro, Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra, Livraria Bertrand, Lisboa, 1954, pp.20-21.
- (21) Ibid., p.25. Veja-se também a obra de Ernesto Machado, Reordenando nas duas Grandes Guerras, Tipografia da L. C.G.G. Lisboa, 1959, p.182; A. H. D' Araújo Stott Howorth, A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial, E.N.P. Lisboa, 1956, p.28.
- (22) Luc Crollen, Portugal, The U.S. and NATO, Louvain, Leuven

- University Press, 1973, p.36.
- (23) Samuel Eliot Morison, op. cit., p.66
- (24) Augusto de Castro, op. cit., p.56.
- (25) Llewellyn Woodward, op. cit., p.443.
- (26) Ernesto Machado, op. cit., pp.136-137.
- (27) Ministério dos Negócios Estrangeiros, Livro Branco, Dez Anos de Política Externa, volume 12, documento nº110, p.183.
- (28) Ibid., p.183.
- (29) Dez Anos de Política Externa, op. cit., documento nº83, p.122.
- (30) Ibid., pp.124-125.
- (31) Luc Crollen, op. cit., p.35
- (32) Foreign Relations of the United States, op. cit., p.529.
- (33) Alvin J. Cottrell e Thomas H. Moorer, op. cit., p.12
- (34) Abel d' Abreu Sotto Mayor, in " Importância Estratégica dos Açores ", Livro do Primeiro Congresso Açoriano, Grémio dos Açores, Lisboa, 1940, p.619.
- (35) Dez Anos de Política Externa, vol.1, documento nº204, p.271
- (36) Ibid., vol.2 documento nº442, p.49.
- (37) Ibid., volume 4, documento nº749, p.25.
- (38) R.E. Vintras, op. cit., p.46.
- (39) Anthony Eden, op. cit., pp.390-391.
- (40) Franco Nogueira, op. cit., p.311.

### CAPITULO III

#### A QUESTÃO DAS FACILIDADES

##### 1- BREVE PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ENTRE A GRÃ-BRETANHA E PORTUGAL.

Este capítulo tem como objectivo fundamental tentar analisar a problemática referente à cedência de facilidades aos ingleses nos Açores em 1943.

Nos precedentes, analisamos, de uma forma necessariamente sintética, a importância geoestratégica do arquipélago açoriano e tentamos igualmente enquadrá-lo no seio dos pensamentos mais importantes no âmbito da Estratégia.

Como vimos, os Açores, durante o último conflito mundial, foram de grande importância para a política externa britânica, na medida em que permitiram que as ligações marítimas da Inglaterra com o exterior, nomeadamente através do Atlântico Norte, se efectuassem com maior segurança.

Também, como já foi referido, a ameaça dos " U-Boats " alemães foi muito séria para a navegação aliada no Atlântico setentrional, como o demonstra claramente um trabalho publicado pelo governo Britânico em 1946. Nele, lê-se o seguinte :

" (...) of the more than 30.000 casualties to the personnel of the Merchant Navy caused by enemy action, some 23.000 were

brought about by U-Boats (...)", e mais à frente, " By far the greatest losses in tonnage, 69 percent of the total, were inflicted by U-Boats, which in the sixty-eight months of the struggle sank 2,775 British, Allied and neutral merchant ships of about 14½ million gross tons out of the total loss of 4,786 vessels of more than 21 million gross tons " (1).

Como podemos constatar, com base nos números anteriores referidos, a necessidade de evitar que os Açores, assim como outras regiões do globo, ficassem sob o controlo do inimigo era de facto premente, pois se a ameaça submarina alemã tivesse continuado por mais tempo " There is little doubt that it would have imposed an increased and severe strain upon Allied resources(...)" Mais adiante, lê-se o seguinte no referido documento: " The anti-U-boat war of 1939-45 was one of the most vital, protracted and bitterly fought sea and air campaigns in which the British Empire and her Allies have ever been engaged " (2).

Por outro lado, e como realçou o embaixador português em Londres na altura, a nossa vida dependia essencialmente do mar, o que significava que dependia da esquadra britânica que dominava o Atlântico e o Índico. Como ele próprio escreveu: " Está no seu poder cortar ou manter a ligação da nossa estreita faixa peninsular com os vastos domínios ultramarinos (...)" (3).

Vemos, portanto, que os interesses eram mútuos. À Inglaterra interessava sobretudo que Portugal adoptasse uma neutralidade colaborante, como de facto aconteceu, e a Portugal, por outro lado, era-lhe muito importante que a Inglaterra continuasse a controlar os oceanos Atlântico e Índico, para além do mar

Mediterrâneo.

Foi exactamente por isso que a Aliança era um dos pontos mais importantes, senão mesmo o mais importante, tanto da política externa portuguesa como da britânica.

Foi, de facto, essa aliança o factor chave que explica a cedência de facilidades à Grã-Bretanha nos Açores durante a Segunda Guerra Mundial.

Aliás, a preocupação do governo britânico pela defesa das ilhas do Atlântico, nomeadamente os Açores e Cabo Verde, era patente mesmo antes de lhe serem concedidas as facilidades de que viria a disfrutar a partir de Outubro de 1943. E essa foi uma das várias razões que explicam o facto de Salazar ter reforçado a defesa daqueles arquipélagos.

Para os Britânicos era da máxima importância que aquelas ilhas não ficassem sob o controlo do inimigo igualmente devido ao facto da costa francesa se encontrar ocupada por tropas alemãs (4).

No entanto, para Salazar, esta medida de reforçar a defesa das ilhas portuguesas do Atlântico, principalmente os Açores, tinha como objectivo impedir, ou pelo menos dificultar, a ocupação dos arquipélagos portugueses quer pelos Aliados quer pelos alemães. O Presidente do Conselho entendia que os Açores, por exemplo, constituíam pedra essencial da neutralidade peninsular. (5).

Como sabemos, um dos objectivos fundamentais da política externa portuguesa nessa altura era a manutenção dessa neutralidade. Salazar tentou, e conseguiu de facto, que a Espanha não

entrasse na guerra ao lado das potências do Eixo. É evidente que Franco, por seu lado, resistiu às várias pressões para participar na guerra ao lado da Alemanha e da Itália, mas Salazar demonstrou, ao longo de todo o último conflito mundial, ter como uma das suas maiores preocupações a manutenção da neutralidade da Península Ibérica.

Porém, é importante que fique bem claro que o Ministro português dos Negócios Estrangeiros entendia que a Alemanha, independentemente da posição portuguesa, devia obter algumas vantagens materiais resultantes da neutralidade portuguesa (6). Este ponto é de relevância na medida em que permitir-nos-á uma melhor compreensão da problemática relacionada com a cedência das facilidades aos Aliados nos Açores..

Para além deste aspecto, Portugal não tinha outra alternativa senão " (...) estar de bem com os senhores do mar, estar ao lado de quem comanda o Atlântico (...)", como afirmou Armindo Monteiro. Este, no mesmo ofício enviado a Salazar, escreveu o seguinte: "Olhando o futuro à luz do que ficou dito, a acção política portuguesa na campo internacional, pelo menos na sua concepção e directrizes gerais, assume certa simplicidade. A História ensina e a experiência dos nossos dias confirma, como facto essencial, que os países fracos só têm independência real quando raro conjunto de circunstâncias coloca os seus interesses fora do campo de atracção das grandes potências; de ordinário, são irresistivelmente atraídos para estas por uma lei de gravitação social tão inelutável como a que rege os movimentos dos corpos celestes" (7).

Como é óbvio, aquele embaixador compreendeu perfeitamente que a política externa portuguesa tinha que ser conduzida em sintonia com a das grandes potências marítimas da altura, nesse caso específico a Inglaterra (3).

## 2- A CEDÊNCIA DE FACILIDADES À INGLATERRA.

Após uma breve introdução a este capítulo, tentaremos, fundamentalmente com base nos documentos publicados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, descortinar como e porquê essas facilidades foram concedidas aos britânicos, assim como as implicações daí decorrentes para o nosso país.

Parece não suscitar quaisquer dúvidas que as facilidades foram concedidas aos ingleses após estes terem invocado a aliança luso-britânica de 1373. Este ponto será analisado detalhadamente mais adiante.

Existe, porém, um aspecto, que quanto a nós é igualmente muito relevante, e que se prende nomeadamente com Timor. Após a sua ocupação, inicialmente por tropas holandesas e australianas (tendo os Aliados alegado para o efeito que tropas japonesas se preparavam para ocupar a parte portuguesa da ilha), e, posteriormente, por tropas japonesas, a posição do governo português foi sempre muito clara acerca desta matéria. Portugal nunca deixou de afirmar que Timor permanecia parte integrante do território nacional, ocupado ilegalmente por forças estrangeiras, nesse caso japonesas.

A questão da ocupação de Timor foi, portanto, um outro factor importante a ter em conta aquando da cedência de facilidades aos britânicos nos Açores.

Salazar, num telegrama enviado ao Embaixador de Portugal em Londres (Palmella), escreveu acerca deste assunto o seguinte: " Assim, em 23 de Junho de 1943, ao comunicar a Campbell a concessão, em princípio, de facilidades nos Açores, fiz saber-lhe o propósito de o Governo Português colaborar com forças suas em qualquer operação que tivesse por fim a reconquista ou reocupação de Timor" (9).

Mais tarde, como também irá ser analisado posteriormente, os Joint Chiefs of Staff dos E.U.A. concluíram que a mais importante e imediata contribuição na guerra contra o Japão, e destinada à libertação de Timor, seria a concessão de facilidades nos Açores que estavam sendo pedidas mas que não tinham sido concedidas ainda (10). Este aspecto do problema foi, de facto, importante, a fim de percebermos a cedência de facilidades aos norte-americanos nos Açores, em Novembro de 1944.

O primeiro pedido oficial de facilidades por parte do governo britânico ao governo português ocorreu no dia 16 de Junho de 1943, em carta do Embaixador da Grã-Bretanha, R.H.Campbell, a Salazar, na qual se pede ao Governo Português" (...) em princípio a cedência ou uso de bases nos Açores(...)" (11).

No apontamento de conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Embaixador da Grã-Bretanha, datado de 18 de Junho de 1943, é referido pelo primeiro que " (...) O Governo de Sua Majestade, querendo poupar-nos ao conflito, não tinha po

rém até agora feito qualquer pedido que pusesse em risco a neutralidade do país. Credo afastado esse risco pelas circunstâncias actuais da guerra, vinha solicitar do antigo aliado um serviço que para ele tinha grande valor " (12).

Porém, Salazar, lê-se nesse mesmo documento, afirma ao Embaixador britânico que independentemente do desenvolvimento da guerra e da posição mais favorável dos Aliados, não era de ignorar uma reacção alemã contra Portugal que poderia ser mais ou menos violenta.

Contudo, Salazar admitia ainda que " (...) O que parece hoje é que o aumento do potencial das forças britânicas e as novas posições ocupadas de um lado, e do outro o reforço de armamento e de instrução das forças portuguesas permitem considerar a possibilidade de defesa contra esse ataque a uma luz diferente, pondo em dúvida se é ainda aconselhável a defesa apenas simbólica do Continente ou se pelo contrário não será já de encarar uma defesa efectiva e eficaz" (13).

Importa referir que até essa altura os britânicos entendiam que, em caso de ataque alemão a Portugal, deveria efectuar-se apenas uma resistência simbólica no Continente português, deslocando-se o Governo para um ponto do território nacional que seria o arquipélago dos Açores.

Uma das razões principais, senão mesmo a principal, que explica o pedido britânico de facilidades no arquipélago açoriano, prende-se fundamentalmente com a campanha submarina alemã, tal como é referido pelo Embaixador da Grã-Bretanha ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros: " (...) The German submari-

ne campaign has been developed to a point where it seriously impedes the full deployment on the field of battle of the forces of the United Nations. His Majesty's Government no longer fear that this menace will prevent the final victory of the Allies, but is still capable of seriously delaying that victory" (14). Na sequência deste ponto, que é de máxima importância para termos uma percepção correcta desta problemática, o Embaixador concluiu que: " ( His Majesty's Government) have come to the conclusion that the use of facilities in the Portuguese Atlantic Islands, particularly in the Azores, for the operation of aircraft and surface vessels would be a decisive factor in the early defeat of the German submarine campaign in the Atlantic and consequently a vital contribution to an early victory of the United Nations" (15)

Com base no que acaba de ser referido, não haja dúvida de que o Governo britânico entendia que de facto a cedência de facilidades às suas forças nos Açores tornaria a guerra mais curta.

Por outro lado, o Governo britânico estaria disposto a negociar com as autoridades portuguesas as medidas necessárias a ter em conta face a um possível ataque aéreo alemão ao continente português e a garantir inteira protecção à navegação portuguesa e às suas importações (16). Para além disso, a Inglaterra garantia ao Governo português que, face a um ataque alemão, a Grã-Bretanha retiraria as suas forças no final das hostilidades e garantiria igualmente a soberania nacional sobre todas as colónias portuguesas. Adiantou ainda o Embaixador britânico que o

Governo de Sua Majestade na União da África do Sul concedia as mesmas garantias e que havia razão para acreditar que garantias semelhantes seriam esperadas do Governo dos Estados Unidos (17).

No Anexo 2 ao documento nº 83 que temos vindo a citar, é referido sumariamente as vantagens militares que o Governo britânico disfrutaria das facilidades nos Açores, das quais destacaremos as seguintes:

- a) prover uma muito alargada cobertura área para todos os comboios que navegam entre:
  - 1) Estados Unidos ou Índias Ocidentais e Mediterrâneo;
  - 2) Índias Ocidentais e Reino Unido;
  - 3) América do Sul e Reino Unido;
  - 4) Reino Unido e Mediterrâneo;
  - 5) Reino Unido e África Ocidental e Cabo da Boa Esperança e para o Oriente;
- b) as áreas alargadas de cobertura aérea dariam muito maior âmbito para estabelecimento de rotas evasivas;
- c) as forças aéreas nos Açores estariam centralmente situadas para cobrirem todas as variedades de campanha submarina tanto no Atlântico Norte como nas aproximações do Mediterrâneo;
- d) a capacidade aliada de transporte seria aumentada em virtude da possibilidade de se utilizarem rotas mais directas através do meio do Atlântico.
- e) a acção de perseguição aos submarinos podia ser aumentada, não só quando na passagem destes, das suas para as suas bases, na Biscaya, mas também enquanto repousassem, reabastecendo-se e carregando as suas baterias no meio do Oceano, onde até à altura

- ra eles tinham estado praticamente imunes de intêrfêrencia aérea.
- f) as facilidades sem restrições de abastecimentos e comustíveis nas ilhas permitiriam que fosse dado melhor uso às forças navais aliadas de superfície.
- g) o rompimento do bloqueio entre a Alemanha e o Japão tornar-se-ia tão aventuroso que deixaria de valer a pena correr o risco.
- h) navios de guerra corsários alemães teriam maior dificuldade ao evitarem ser descobertos depois de ingressarem ao Atlântico.
- i) as Ilhas proveriam rotas aéreas mais directas dos Estados Unidos para a Europa, África e Extremo Oriente. (18).

Por seu lado, Winston Churchill, ao referir-se às facilidades adquiridas pela Grã-Bretanha nos Açores, referiu que com a sua utilização " (...) a million tons of shipping and many thousand of lives might be saved ", acrescentando ainda que embora tivesse um respeito particular pelos direitos de Portugal "(.. .) felt we were fighting for her life and independence as well as our own " (19).

Pensamos que é importante referir que Churchill, nessa mesma obra, The Hinge of Fate, refere, depois de abordar as vantagens decorrentes das facilidades adquiridas nos Açores para o Reino Unido, que os Americanos encontravam-se " (...) even more ardent than ourselves on all these points"(20). Aliás, o nosso embaixador em Londres, num telegrama enviado a Salazar refere que, durante uma conversa que teve com Anthony Eden, este

lhe dera a entender que o Governo Inglês insistiu para ser ele a tratar com o seu velho Aliado.

Porém, Armindo Monteiro, no que concerne a esta problemática, acrescentou o seguinte: "(...) a frase usada deu-me a impressão de que o governo Inglês tinha afastado o desejo americano de tomar a iniciativa da diligência a efectuar em Lisboa" (21).

No que diz respeito ao pedido britânico em causa, aquele Embaixador, no mesmo telegrama atrás citado, refere que o nosso país tinha de aceder ao que a Inglaterra nos pedia porque os mais altos interesses do país, a honra nacional e a dignidade do Governo assim o exigiam (22).

Para além destes aspectos, Armindo Monteiro, noutro telegrama, refere o seguinte: "(...) Americanos e Ingleses precisam de instalar-se nos Açores e tomaram a decisão de os utilizar. Têm por si os tratados, em cujo nome falam e o nosso país não dispõe de elemento de força para evitar a instalação." (23). cremos que esta afirmação reveste-se de uma importância fundamental devido ao facto de, no âmbito das relações internacionais, as directrizes políticas implementadas pelos países mais poderosos serem aquelas que prevalecem.

Nesse caso, Portugal não podia ter outra conduta senão consentir em ceder as facilidades pretendidas pelos britânicos. E a razão é muito simples, como aliás foi referido por Armindo Monteiro: o nosso país não tinha o poder ou a força, se quisermos, para contrariar os desejos dos Aliados de se instalarem nos Açores. É uma vez que esse era o caso seria mais

benéfico fazer a cedência pacificamente mediante negociações .  
Caso contrário, aconteceria o que Armindo Monteiro refere no mes-  
mo telegrama: " (...) uma vez ocupados os Açores pela força não  
só a posição do Governo Português para tratar com os aliados se-  
ria desagradável como também o destino das Ilhas depois da guer-  
ra seria incerto ( para só aludir estas consequências do facto)"  
(24).

No entanto, Salazar foi muito cauteloso na sua aprecia-  
ção deste complexo problema. As suas reacções nunca deixaram de  
ser muito ponderadas pois uma atitude menos amistosa para com os  
Aliados por parte do governo português poderia ter consequên-  
cias graves de várias ordens, como ele próprio refere: " (...) tu-  
do que não seja feito com exame calmo das posições políticas e  
dos problemas militares e económicos que a questão comporta dei-  
xaria de ser resolução grave de Governo para se transformar em  
trágica e leviana aventura " (25).

Como é evidente, Salazar previa que as negociações po-  
deriam ser fáceis ou difíceis consoante a compreensão inglesa e  
que também fossem demoradas devido à complexidade e ao número de  
assuntos envolvidos.

No entanto, aquele Ministro dos Negócios Estrangeiros  
apontava como sendo um problema grave a resolver no que diz res-  
peito a esta matéria, a falta de apetrechamento dos Açores pa-  
ra servir de base aérea a operações de grande reconhecimento. E  
isso, segundo Salazar, devia-se à falta de material que há mui-  
to o governo português vinha solicitando à Inglaterra, mas que  
não havia recebido (26).

Não haja dúvida de que o pensamento de Salazar acerca

desta matéria tinha como objectivo fundamental evitar que Portugal, ao ceder as facilidades aos britânicos, entrasse na guerra, o que só aconteceria se o país fosse atacado.

Por consequência, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros encontrava-se numa situação muito complexa: por um lado, tinha que ter em conta a aliança luso-britânica e, por outro, defender os interesses do país, isto é : evitar que Portugal entrasse no conflito.

Entendemos que, sobre esta problemática, é importante referir que numa conversa com o Ministro português dos Negócios Estrangeiros e o Embaixador britânico em Lisboa este referiu o seguinte: "(...) a Inglaterra não pensa em lançar Portugal na guerra por razões insuficientes" (27). Segundo Salazar, esta frase poderia ser explicada "(...) não por um pensamento já fixado mas pela habitual prudência diplomática britânica que deixa sempre todos os caminhos abertos, além de repousar na velha ideia de que é a Inglaterra quem marca a política portuguesa" (28). Por conseguinte, continua Salazar, "(...) Portugal para servir a Inglaterra faz determinada concessão mas não entende por isso ter de fazer, para além do que estritamente se lhe pede, uma política de guerra (...)" (29).

Constatamos, portanto, que o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros encarava todas as hipóteses possíveis relacionadas com a cedência de facilidades à Inglaterra. E, para além disso, não tinha dúvidas de que as negociações seriam difíceis e longas. Sobre esta matéria afirmou ele: "Seria triste e profundamente injusto que Londres se convencesse e nos acu-

sasse, em face da demora das negociações, que estávamos através delas pretendendo inutilizar a concessão feita" (30).

Para além deste aspecto, havia outro, não menos importante, e que se prendia com a obrigação por parte de Portugal de conversar com o governo de Espanha se se previsse que a sua neutralidade pudesse correr perigo(31), porque assim o exigia o Tratado de Paz e Não Agressão e o Protocolo Adicional assinados pelos dois países em 1939 e 1940, respectivamente.

Um outro ponto relevante prende-se com o facto de Salazar, nos contactos que manteve com o Embaixador Campbell, ter chamado a atenção deste para o facto de apenas as tropas britânicas serem admitidas nos Açores e não forças de outros países com os quais Portugal não estava ligado por tratados (32). (Note-se, contudo, que não se tinha feito a mesma reserva quanto aos navios que deveriam abastecer-se de óleos nos portos açorianos).

Por outro lado, os aspectos económicos também se revestiam de uma importância fundamental. Sobre esta matéria há que realçar, sobretudo, que o país nessa altura não tinha quaisquer reservas e estava em presença de um dos piores anos agrícolas de que havia memória (note-se, porém, que a política do bloqueio seguida pela Grã-Bretanha era a causa principal desse estado de coisas).

No que concerne especificamente ao volfrâmio, Salazar era da opinião de que a Inglaterra não poderia" (...)ter os benefícios da neutralidade portuguesa e nada pagar por

ela", e, no que dizia respeito às relações de Portugal com a Alemanha, Salazar entendia que essas relações assim como os fornecimentos de estanho e de volfrâmio eram o preço que a Inglaterra pagava pelo sossego da Península e até pela neutralidade da Espanha (33).

Para aquele Ministro, só um interesse para Portugal se devia considerar naquele momento superior à paz e à neutralidade — o de evitar fosse posto em face da recusa do próprio problema (existência) da aliança ou fosse praticado um acto de força que obrigasse ou a colaborar depois com os violadores do seu território ou a fazer a guerra no campo oposto aos interesses permanentes da Nação Portuguesa (34).

Contudo, Salazar, nas suas "Notas com instruções para a Delegação Portuguesa", adverte esta para o facto de no nº 9 da nota inglesa, o Governo Britânico referir-se ao uso de facilidades nas ilhas portuguesas do Atlântico, particularmente nos Açores. (35). No nº 10 dessa mesma nota, fazem-se alusões às facilidades que o Governo britânico tinha necessidade neste arquipélago.

Por consequência, o Governo português poderia tomar o pedido britânico na sua latitude menor. Como é evidente, Salazar tomou-o na sua mais reduzida expressão (36).

Contudo, o Presidente do Conselho via com alguma desconfiança o pedido britânico de facilidades nos Açores, pois não só o julgava inoportuno como pôs a hipótese a Armindo Monteiro de os ingleses repetirem durante as negociações o acto de Timor (37).

Por outro lado, não entendia a urgência insistente

mente apresentada a Armindo Monteiro em Londres para que as negociações decorressem rapidamente. Foi exactamente, na sequência disso, que este último escreveu a Salazar referindo que, entre outros pontos, era necessário inspirar confiança aos aliados (38).

Com base nesta carta, podemos ver que aquele embaixador demonstrou, ou pelo menos tentou demonstrar, a Salazar, que a nossa política externa, nomeadamente ao nível bilateral com a Inglaterra, não poderia de forma alguma deixar de ter em conta os interesses britânicos. Salazar, todavia, não era dessa opinião, na medida em que, ainda em 12 de Julho de 1943 dava a entender ao embaixador da Grã-Bretanha acreditado em Lisboa que o pedido inglês de facilidades era " antecipado e prematuro " e que " A prudência assente no real conhecimento dos factos deveria aguardar que a evolução da política espanhola se fizesse ou completasse no sentido de uma neutralidade ainda mais firme. Nas circunstâncias actuais vamos jogar um jogo difícil e ainda muito arriscado " (39).

Constatamos, pois, por outro lado, que Oliveira Salazar entendia que de facto a concessão de facilidades deveria ter em conta uma maior firmeza da neutralidade espanhola, o que, como é óbvio, significava ter-se a certeza de que não se efectivaria qualquer ameaça de Espanha a Portugal.

Urge aqui referir, igualmente, que no que concerne especificamente à Inglaterra, Salazar nunca viu com bons olhos a aproximação efectuada por este país à Rússia soviética na luta contra a Alemanha nazi. Aliás, este ponto é importante na medida em que, no que diz respeito à concessão de facilidades aos bri-

tânicos, Salazar invocou a hipótese de a Alemanha, na impossibilidade de ganhar a guerra a leste e a oeste, dispor-se a perdê-la com a Rússia (...) para tentar ganhá-la no ocidente, contra as nações unidas (40).

A este ponto de vista opunham-se os britânicos, alegando que naquela fase da guerra e dado que o "status quo" político-militar era favorável aos Aliados, não era possível a efectivação de um ataque alemão a Portugal.

O que Oliveira Salazar não compreendia, igualmente, era a urgência por parte dos britânicos em usufruírem das facilidades que pretendiam nos Açores. Isto devia-se em parte ao facto do Ministro português dos Negócios Estrangeiros desejar estudar primeiro as várias hipóteses de reacção possíveis, fazer ideia do grau da sua maior ou menor probabilidade e determinar os riscos que razoavelmente se poderiam correr e aqueles contra os quais se deveriam previamente tomar medidas de segurança apropriadas (41).

A isto, Salazar acrescentava que não se tratava de fazer depender a efectivação das facilidades nos Açores da satisfação integral de todas as necessidades de defesa do país em qualquer hipótese mesmo não muito provável, mas tal não era o seu intento (42).

Porém, o Governo de Portugal fazia depender o começo do uso das facilidades do seguinte:

- a) Compromisso a tomar pelo governo de Sua Majestade Britânica da colaboração efectiva e eficaz, por parte da Inglaterra, na defesa do território continental português;

- b) Compromisso da elaboração e aprovação do plano que previa a colaboração britânica, plano que no interesse dos dois países estaria concluído ao começar o uso das facilidades. Este plano seria elaborado tomando em consideração a ideia apresentada pela Delegação Britânica sobre as possibilidades do inimigo;
- c) Entrega do material que faltava para completar o armamento de 1C.E. a 3Div., português (43).

Nos números dois e três do Memorando enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada da Grã-Bretanha, constava ainda os seguintes considerandos: o começo da utilização das facilidades ficava ainda dependente do fornecimento dos meios necessários para fazer face a uma muito provável reacção por bombardeamentos aéreos do continente português e por ataques a navios de comércio e de pesca e a portos; e o último ponto referia que a Delegação Portuguesa informaria o seu governo acerca dos prazos que entendesse serem necessários, depois da entrega do material referido, que era considerado o indispensável, para que se desse começo à utilização das facilidades (44).

Verificamos, pois, que houve de facto uma preocupação por parte do Governo Português em tentar obter a garantia da colaboração britânica ao nosso país em caso de um ataque alemão ou mesmo espanhol. O fornecimento de material de guerra, nomeadamente anti-aéreo, a Portugal era essencial para que os Britânicos começassem a utilização das facilidades açorianas.

Em conversa mantida com o Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, no dia 24 de Julho de 1943, Oliveira Salazar foi muito

claro quando, ao referir-se aos riscos que o Governo podia e estava disposto a correr, fixava o prazo de dois meses e meio a partir da entrega em Lisboa de material anti-aéreo, em quantidades maciças, muito embora a totalidade só fosse exigível mais tarde. Nessa mesma conversa, Salazar adiantou que se até ao fim de Julho ou na primeira semana de Agosto se recebesse aquele material e outro destinado a outros fins, a utilização efectiva das facilidades poderia ter lugar a 15 de Outubro (45).

Todavia, esta data não foi aceite pelo Governo Britânico, que alegou o facto de ser demasiado tarde para a entrada das forças britânicas nos Açores, na medida em que, se as facilidades que o Governo português havia concordado conceder no início ao Governo de Sua Majestade no Reino Unido" (...)are to contribute effectively to the defeat of the U-Boat menace and so to the shortening of the war, it is essential that British forces should be able to operate from the Azores before the beginning of (the) winter weather in the Atlantic" (46). Os britânicos, com base no que acaba de ser referido, concluíam que, a não ser que a primeira expedição chegasse aos Açores até 15 de Setembro, a iminência do mau tempo poderia atrasar a descarga e suspender indefinidamente a utilização prática das facilidades.

Por outro lado, o Governo Britânico comprometeu-se a entregar diverso material de guerra ao Governo Português a fim de permitir às suas forças armadas fazer face a quaisquer perigos susceptíveis de ocorrerem em consequência da concessão de facilidades.

O Anexo 2 ao documento nº 128 do 12º volume trata espe-

pecificamente desta problemática. Sem quereremos entrar em pormenor, nele aborda-se os vários tipos de ajuda à Armada, ao Exército e à Aviação, não só em material, mas também em técnicos e instrutores, com o objectivo de habilitar o pessoal português (47).

Creemos que o que interessa fundamentalmente, acerca desta questão, prende-se com o facto de Salazar não ter cedido às pressões britânicas no que diz respeito ao início das facilidades. Aliás, como o próprio Ministro português dos Negócios Estrangeiros afirmou ao Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa: "(...) Era de estranhar a urgência agora manifestada em termos de não poder o Governo Português tomar medidas indispensáveis de defesa, quando o Governo de Sua Majestade era livre de ter apresentado o seu pedido de facilidades há três ou seis meses, o que lhe permitiria, mantidas as mesmas condições, utilizar as facilidades não em Setembro mas desde Julho ou Agosto" (48).

Vê-se, pois, que Salazar nunca deixou de ter em mente, ao longo das negociações com os britânicos, a garantia dos interesses nacionais, pelo menos aqueles que se lhe afiguravam de maior relevância para o país. E isto tivemos oportunidade de constatar quando ele afirmou a Campbell o seguinte: "(...) O Governo de Sua Majestade não deu a consideração devida às nossas razões e só o preocupam no seu pedido os seus interesses. Deve assim reconhecer aos outros o direito de defenderem os seus" (49), chegando mesmo a aconselhar ao Governo Britânico que "(...) todos tivessem paciência" (50).

Mediante a não aceitação pelo Governo português da data pretendida pelo Governo Britânico, 15 de Setembro, este deci

diu pedir a data de 1 de Outubro.

Independentemente da data, que, como veremos, foi finalmente acordada para 8 de Outubro, a questão central das negociações era a seguinte — a revisão do acordo anglo-luso em caso de emergência, tendo-se em conta a modificação da situação estratégica geral; o progresso das forças portuguesas e o uso das facilidades nos Açores concedidas ao Governo britânico — ou por outros termos a eventualidade de Portugal na guerra ao lado da Inglaterra, por agressão de iniciativa inimiga ou provocada pela concessão feita por Portugal ao Governo britânico (51).

O que preocupava Salazar era o facto da cedência de facilidades nos Açores aos ingleses poder constituir uma quebra de neutralidade por parte de Portugal e, conseqüentemente, o país poder ser atacado pelo inimigo da Inglaterra. Entendia ainda o Presidente do Conselho que a resistência a ser efectuada no Continente português deixava de ser apenas simbólica para ser efectiva.

Como podemos ver, Salazar não punha de lado a possibilidade de um ataque provocado pela concessão de facilidades nos Açores, e por isso mesmo, pensava que o plano deveria estar aprovado antes dos britânicos começarem o uso efectivo dessas facilidades, assim como o material a fornecer pelos ingleses estar entregue também antes do começo das mesmas.

Existe igualmente um relatório do Ministério da Guerra intitulado " Estado das negociações ", de 7 de Agosto de 1943, e rubricado pelo Capitão Luis Maria da Câmara Pina, que refere o seguinte:

1. " O caso mais favorável para os portugueses representa para os ingleses uma demora de pelo menos 6 meses a utilizar os Açores.
2. O caso mais favorável aos ingleses representa para os portugueses a perda de garantia da defesa do território metropolitano" (52).

Felizmente, isto não aconteceu. O acordo foi assinado a 17 de Agosto de 1943 e os britânicos começaram a sua utilização a 8 de Outubro daquele ano.

Existe, no entanto, um outro factor a ter em conta e que ajuda a explicar a cedência de facilidades à Grã-Bretanha . Prende-se com o facto de Oliveira Salazar ter previsto que, mais cedo ou mais tarde, Portugal teria de se encontrar em face dos Estados Unidos, país que através de algum pedido, pressão ou acto de força pudesse colocar Portugal numa condição em que a luta seria não só difícil como perigosa (53). No capítulo seguinte será analisado mais detalhadamente a problemática referente às facilidades concedidas aos Estados Unidos da América, mas o que interessa sobretudo aqui referir é que Salazar estava nessa altura muito relutante, senão mesmo totalmente contra, essa eventualidade.

No que diz respeito especificamente às facilidades cedidas aos britânicos, o documento nº 145 do volume nº 12 aborda essa matéria (54).

Nele, constatamos, que, por exemplo, no porto da Horta, foram concedidas facilidades sem restrições para o reabastecimento de combustível, água, frescos, etc.. A utilização do porto de

Ponta Delgada era restrita às facilidades normalmente concedidas a um beligerante por um estado neutro. A utilização sem restrições do campo das Lages na ilha Terceira, pela aviação da Comunidade Britânica, etc.

Na alínea h) do ponto 1 do Acordo lê-se o seguinte :  
" As facilidades de reabastecimento de combustível referidas em a) e b) poderão ser utilizadas, não só pelos navios da Comunidade Britânica como por navios das Nações Unidas, que operem nos combóios ou em relação com estes".

Como podemos ver, tanto no porto de Ponta Delgada como no da Horta, os navios britânicos e os das Nações Unidas podiam reabastecer-se de combustível, embora no primeiro com várias restrições.

No nº 2 do Acordo, constatamos que competia ao Governo Português a defesa marítima, terrestre e aérea dos Açores, com excepção da defesa próxima do campo das Lages, a qual seria feita por forças britânicas.

No nº 8, lê-se que os dois Governos " (...) estiveram de acordo em reduzir as facilidades nos Açores ao mínimo indispensável à luz da presente situação estratégica. Não obstante, o Governo Português dará a mais amistosa consideração ao eventual pedido de revisão do presente acordo conforme novas circunstâncias " (55).

É, pois, evidente, que se a situação estratégica da guerra se alterasse, os ingleses poderiam solicitar o aumento das facilidades previamente concedidas. No protocolo desse acordo, é também referido explicitamente que, em caso de ataque da

Espanha a Portugal, o Governo Britânico " declarará e fará a guerra à Espanha " (56).

O ponto nº 3 do Acordo, constituído por três alíneas, diz respeito à ajuda britânica a Portugal no caso de este vir a ser atacado pelo inimigo da Inglaterra, como consequência da cedência de facilidades.

No entanto, as negociações prolongar-se-iam, nomeadamente no campo económico, pois uma situação económica regular era considerada como absolutamente necessária à eficiência da política de colaboração prevista entre os dois países. Salazar entendia que esses acordos complementares não deviam levantar dificuldades, excepto os relativos a problemas económicos. Na realidade, foi exactamente acerca de problemas de índole económica que a grande maioria dos desentendimentos surgiram (57).

Concluindo, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros, tendo em consideração a Aliança Luso-Britânica, concedeu aos ingleses as facilidades por estes desejadas, mas aos pedidos iniciais, que eram mais extensos, o Governo português conseguiu, através da sua tenacidade e força de resistência, reduzi-los (58).

Também não podemos esquecer que uma das modalidades da concessão de facilidades aos britânicos, e apresentada por estes, era a denominada por " Lend-Lease ", ou seja o arrendamento das mesmas ao Governo Britânico. Salazar não via com bons olhos essa modalidade, porque, no seu entender, isso repugnaria à consciência pública do país.

Por outro lado, Salazar olhava com desconfiança o pedi

do britânico, pois, a oportunidade do pedido inglês era estranha, devido ao facto de coincidir com a abertura do Mediterraneo e a economia de 2.000.000 de toneladas, com a dispensa da via Cabo; com o decréscimo de afundamentos dos navios mercantes; e com os progressos introduzidos com bons resultados na protecção dos combóios.

Se esse era o caso, Salazar entendia que a diligência britânica pretendia assegurar uma posição que de modo algum desejava ver ocupada pelos norte-americanos. Só isso explicaria a inoportunidade do pedido (59).

Com isto não se quer dizer que Salazar não pretendia aceder ao pedido britânico, pois ele entendia que a neutralidade portuguesa estava limitada pela aliança luso-britânica. O que era fundamental era, " (...) examinar e resolver os problemas de natureza política, militar e económica resultantes do mesmo deferimento e concessão de facilidades " (60). Tinha portanto o pedido britânico " (...) de situar-se no quadro integral da nossa política externa " (61).

O Governo Português não teve, ao decidir-se acerca da concessão de facilidades, senão uma preocupação — servir o interesse nacional. Na sua comunicação à Assembleia Nacional de 26 de Novembro de 1943, Salazar afirmou o seguinte: " ( O interesse nacional ) afigurou-se-lhe ( ao Governo ) solidário com a fidelidade da Nação ao espírito dos seus compromissos externos, não tomados ocasionalmente contra este ou contra aquele, mas através dos séculos e a favor da sua integridade e soberania imperial " (62).

Concluiu, afirmando que o Governo tinha a consciência de ter prestado um serviço, não de ter feito um negócio; operou por patriotismo e de modo algum por cálculo.

Para além do acordo de 17 de Agosto (acordo principal), estava previsto a elaboração de outros acordos (acordos complementares). Estes previam e regulavam o seguinte:

- a) A censura de correspondência postal, telegráfica e telefónica para segurança das forças estacionadas nos Açores;
- b) As condições aduaneiras de entrada do material de guerra e abastecimentos das tropas britânicas;
- c) A situação dos estrangeiros nos Açores e encerramento dos consulados ali existentes;
- d) O fornecimento de armamento ao Governo Português e condições da sua liquidação, em termos semelhantes aos dos acordos de empréstimo e arrendamento feito não só pelos Estados Unidos como pela Inglaterra com outros países aliados;
- e) As condições do comércio marítimo e os fornecimentos de géneros alimentícios e matérias-primas por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos e o fornecimento de alguns transportes suplementares por parte da Inglaterra (revisão dos acordos existentes que na terminologia britânica se chamavam "acordos comerciais de guerra" e "acordos de fornecimentos - compras" (63).

Note-se, contudo, que os acordos económicos é que foram de facto mais difíceis de resolver, como aliás foi reconhecido por Salazar. Por outro lado, e ainda citando o anexo ao documento nº 165 (circular dirigida às diferentes missões diplomáticas

cas no estrangeiro ), Salazar, ainda no que se refere às principais razões que explicavam a cedência de facilidades nos Açores à Grã-Bretanha, referia-se ao lugar que a Aliança Inglesa ocupava na política externa portuguesa e à interpretação que se tinha dado, senão aos textos, ao espírito, no sentido de colaboração em caso de necessidade; o valor excepcional das posições atlânticas portuguesas para a condução da guerra anti-submarina, valor que em certo momento poderia levar a Inglaterra ou algum dos seus aliados a um acto de violência idêntico a muitos cometidos por um grupo e outro de beligerantes na guerra; e a situação estratégica geral do conflito e o contributo que a utilização dos Açores podia dar para o encurtamento desse mesmo conflito (64).

Estas foram, de uma forma geral, as principais razões que explicam o facto de o Governo português ter acedido ao pedido britânico. Em contrapartida, os ingleses garantiam não só a manutenção da soberania portuguesa em todas as colónias mas assumiram os seguintes compromissos: de prestar todo o apoio e auxílio militar que estivesse em seu poder no caso de ataque ao território continental português; de fazer elaborar por delegações mistas dos estados-maiores um plano para a cooperação britânica na defesa de Portugal em caso de ataque; de fornecer material de guerra e pessoal técnico especializado para auxiliar a montagem daquele nuns casos e noutros a instrução do nosso pessoal militar; de dar toda a protecção possível aos navios mercantes portugueses, assegurando a sua incorporação nos comboios ingleses, no caso de o Governo Português o desejar; de retirar todas as forças no fim das hostilidades (65).

Como podemos ver, esses foram os principais factos relacionados com a cedência de facilidades aos Britânicos nos Açores durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, podemos constatar que o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, independentemente de ter actuado bem ou mal, procurou sempre defender os interesses da Nação portuguesa, o que de facto conseguiu. E, no nosso entender, o principal objectivo foi atingido — ter evitado que Portugal entrasse em guerra.

Por outro lado, pensamos que o Governo português não poderia ter agido de outro modo. Isto é, não podia ter deixado de conceder as facilidades aos britânicos, pelas razões previamente apontadas. Portugal, como país atlântico que é, teria de facto de orientar a sua política externa em consonância com a da sua aliada tradicional, sob pena de poder sofrer represálias por parte da Grã-Bretanha e dos outros aliados.

NOTAS

- (1) The Battle of the Atlantic - The Official Account of the Fight Against the U-Boats-1939-1945, London, Her Majesty's Stationery Office, 1946, pp.6-8.
- (2) Ibid. p.5.
- (3) Dez anos de Política Externa, vol.7, Doc.nº 1259, p.543 (Carta do Embaixador de Portugal em Londres ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Londres, 29 de Outubro de 1940).
- (4) Dez Anos de Política Externa, vol.8, doc.nº 1568, pp.173 - 174.
- (5) Ibid., Doc.nº1609, p.209. Ver igualmente vol.9, Doc.nº2247 p.199, no qual Salazar refere o seguinte : " (...) se Portugal estiver neutral, as forças dos Açores ou de Cabo Verde ripostarão ao ataque da esquadra britânica até ao limite das suas possibilidades(...)"
- (6) Ibid., vol.8, Doc.nº 1610, p.212.
- (7) Ibid., vol.8, Doc.nº 1953, pp.575-576.
- (8) Importa aqui referir que Salazar refuta, pelo menos do ponto de vista político, essa tese. Em telegrama ao Embaixador de Portugal em Londres, escreveu: " (...) Todos nós fomos educados na tese que a independência e integridade de Portugal são dádiva gratuita da Inglaterra, pois o país não tem condições de vida livre. Ainda que esta doutrina fosse tese histórica inegável, deveríamos considerá-la politicamente errada.(...)Sei que a doutrina que defendo não con

quistou ainda toda a massa de Portugal. Parte importante confunde ainda consciência nacional e interesse nacional com o puro servilismo pró-britânico, por inércia, comodidade e cobardia(...) ( Dez Anos de Política Externa, vol.10, Doc. nº2938, p. 415).

- (9) Dez Anos de Política Externa, vol.11, Doc.nº 340, p.399.
- (10) Ibid., p.399 Ver também no mesmo vol. o Doc.nº457, pp.518-522.
- (11) Dez Anos de Política Externa, vol.12, Doc.nº82, p.117.
- (12) Ibid., Doc.nº82, p.118.
- (13) Ibid., pp.118-119.
- (14) Ibid., Doc.nº83, p.122.
- (15) Ibid.,
- (16) Ibid., Doc.83, p.123.
- (17) Ibid.,
- (18) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº83, Anexo 2 , pp. 124-125.
- (19) Winston Churchill, The Hinge of Fate-The Second World War, Houghton Mifflin Company, Boston, 1950, pp.801-802.
- (20) Winston Churchill, op. cit., p.789.
- (21) Dez Anos de Política Externa, vol.12, Doc.nº 84, p. 126.
- (22) Ibid., Ver também Doc. nº88, pp. 136-137.
- (23) Dez Anos de Política Externa, Vol. 12, Doc. nº 88, p.136.
- (24) Ibid.
- (25) Ibid., Doc.nº 92, p.142.
- (26) Dez Anos de Política Externa, vol.12, Doc. nº92, p. 142. Veja-se ainda o Doc. nº93 acerca da falta de equipamento por parte de Portugal entre o Embaixador Teixeira de Sampayo e o

Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, pp. 143-145.

- (27) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº94, p.148.
- (28) Ibid., p.148.
- (29) Ibid., p. 150
- (30) Ibid., p. 150.
- (31) Ibid., p. 151.
- (32) Ibid., p. 152.
- (33) Ibid., p. 154.
- (34) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº103, p. 166.
- (35) Ibid., p. 167.
- (36) Ibid., pp. 167-168.
- (37) Ver Doc. nº103, p. 170 e doc. nº105, p. 173.
- (38) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº110, p. 181.  
Ver também no Capítulo II, pp. 14-15.
- (39) Dez Anos de Política Externa, vol. 12. Doc. nº117, p. 203.
- (40) Ibid., p. 200.
- (41) Dez Anos de Política Externa, vol.12, Doc. nº121, p. 211.
- (42) Ibid.
- (43) Dez Anos de Política Externa, vol.12, Doc. nº125, pp. 217-  
- 218.
- (44) Ibid., p.218.
- (45) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº127, p. 221.
- (46) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº128, pp. 224-  
- 225.
- (47) Veja-se o Anexo 2 do Doc. nº128, vol. 12, pp.226-228.
- (48) Dez Anos de Política Externa, vol, 12, Doc. nº129, p. 230.

- (49) Ibid., p.231.
- (50) Ibid., p.233.
- (51) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº133, p.242.
- (52) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº134, p.250.
- (53) Ibid., Doc. nº325, p. 507.
- (54) Veja-se Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº145, pp. 281-285; British and Foreign State Papers, 1946, vol. 146 , London, Her Majesty's Stationery Office, 1953, pp. 447-451 ; Documentos Relativos aos Acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América para a concessão de facilidades nos Açores durante a Guerra de 1939-1945. M.N.E.
- (55) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº145, p.284.
- (56) Veja-se o Anexo 2 ao Doc. nº145, p.285.
- (57) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº146, pp.285-286; Oliveira Salazar, Discursos e Notas Políticas 4º volume, 1943-1950, Coimbra Editora, Coimbra, p.36; e British and Foreign State Papers, 1946, vol. 146, London, Her Majesty's Stationery Office, London, 1953, p. 448.
- (58) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº257, p.425.
- (59) Veja-se o doc, nº103 intitulado " Notas com instruções para a Delegação Portuguesa ", pp.165-170.
- (60) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº316, p. 493.
- (61) Ibid., p.493.
- (62) Ibid., p.495.
- (63) Dez Anos de Política Externa, vol, 12, Anexo ao Doc. nº165 , p.309.

(64) Ibid., p.308.

(65) Ibid., p.310.

## CAPITULO IV

### A CONCESSÃO DAS FACILIDADES AOS NORTE-AMERICANOS NOS AÇORES .

#### 1- A POLITICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E PORTUGAL

Desde a afirmação do Senador George, da Geórgia, em Abril de 1939, de que o povo norte-americano não tinha intenção de entrar numa guerra europeia (1), até meados de 1945, muito se passou no relacionamento exterior dos E.U.A.

O isolacionismo norte-americano foi-se alterando gradualmente até ao ataque japonês a Pearl Harbour no Hawai (2), acontecimento que marcou, de facto, a entrada dos E.U.A. na guerra face ao Japão e, posteriormente, à Alemanha.

Desde essa altura até aos nossos dias, esse isolacionismo, característica dominante da política externa norte-americana até à Segunda Guerra Mundial, desvaneceu-se por completo.

Este capítulo visa fundamentalmente analisar a problemática referente à cedência de facilidades aos norte-americanos nos Açores, em Novembro de 1944, e as consequências daí decorrentes para o nosso país no seu relacionamento externo com aquela nação, tendo sempre em atenção o papel desempenhado pela Inglaterra em todo esse processo.

Como já foi referido, e ainda antes de serem concedi -

das as facilidades aos britânicos, consubstanciadas no Acordo de 17 de Agosto de 1943, o Governo Português havia enviado tropas para vários pontos do território nacional, incluindo, como é óbvio, os Açores.

Nestas ilhas, entre os anos de 1943 e 1944, tinham sido colocados " para cima de 25.000 homens" (3), destinados nomeadamente a garantir a integridade e soberania portuguesas.

O objectivo do Governo Português, como é sabido, era manter o país neutro durante aquele conflito internacional. Salazar entendia que a neutralidade portuguesa era fundamental tanto para as Américas como para a Europa, na medida em que, dizia ele " A tese deve ser a do serviço que prestamos à América e à Europa com a nossa atitude de impecável neutralidade e a vantagem tanto para neutros americanos como para beligerantes europeus de não perturbarem o último ponto neutro despido de todas as ambições ou reivindicações, por onde se mantêm relações entre a América e a Europa" (4).

Por outras palavras, Salazar pensava que era no interesse dos Aliados que Portugal mantivesse a sua neutralidade, devido ao facto de o nosso país, ao longo do último conflito mundial, ter sido um dos poucos, senão mesmo o único, ponto de ligação entre as Américas e a Europa.

Independentemente do interesse dos E.U.A. pelas ilhas portuguesas do Atlântico vir de longa data, como já foi referido, o Governo norte-americano dessa altura continuava a manifestar apreensão pelo que pudesse vir a acontecer àquelas ilhas, nomeadamente ao arquipélago açoriano, o que explica o facto, por ou-

tro lado, do Governo Português ter podido contar com o seu auxílio se o viesse a necessitar (5).

Ainda em 1940, num telegrama enviado pelo Ministro de Portugal em Washington ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros, é referido o seguinte: " Fazer saber ao Governo Português o alto interesse dos Estados Unidos da América pela situação das ilhas pertencentes a Portugal e pedir ao Governo Português que comunique ao Governo Americano qualquer suspeita de facto ou circunstância que a possa afectar. A qualquer informação deste género dará o Governo dos Estados Unidos da América a mais imediata e séria consideração" (6).

Como é evidente, este interesse por parte dos EUA prendia-se fundamentalmente com a sua defesa e integridade territorial. E isto devia-se ao facto de que à medida que cada país desaparecia no continente europeu devido à ocupação alemã, ser cada vez mais importante para a administração norte-americana possuir um elo de ligação com a Europa, elo esse que seria o nosso país.

É exactamente neste contexto que os arquipélagos portugueses do Atlântico desempenhavam um papel primordial (7).

O próprio Presidente Roosevelt havia reconhecido este facto, em declarações proferidas a jornalistas norte-americanos nas quais encareceu a importância das ligações com Portugal e o seu propósito de mante-las enquanto fosse possível (8). A título de exemplo, citamos o correspondente do jornal " Times " em Washington, que, depois de referir que as ilhas Canárias, os Açores, e Cabo Verde estavam mais próximas da costa americana do Atlântico

do que Hawaii do litoral do Pacífico, refere um trecho publicado por Lippman, no qual este refere o seguinte: " Devemos perguntar-nos se não será preciso declarar que as ilhas do Atlântico estão incluídas no acto de Havana, na doutrina de Monroe e na necessidade de defesa do hemisfério, com fundamento de que é mais seguro impedir que caíam nas mãos dos agressores do que emendar consequências quando já tiverem caído" (9).

É notório, pois, a preocupação por parte não só da administração norte-americana, como também da opinião pública esclarecida daquele país, da importancia de Portugal, nomeadamente dos seus arquipélagos atlânticos, para a defesa dos EUA.

Por outro lado, o nosso embaixador em Londres na altura, Armindo Monteiro, havia manifestado idêntica opinião ao perguntar a Salazar até que ponto podíamos contar com a ajuda dos americanos, porque, tal como ele o entendia, só eles podiam vender material de guerra em quantidades apreciáveis, se se desse o caso de Portugal se encontrar no seio do conflito. A isto acrescentou o seguinte: " (...) Talvez seja esta a oportunidade que o destino nos dá para criarmos uma nova e preciosa amizade, que pode juntar-se à da Inglaterra sem que esta fique por isso diminuída" (10)

Constatamos, portanto, que igualmente na perspectiva daquele embaixador, o nosso país, nomeadamente os Açores, constituía uma peça fundamental na defesa avançada dos Estados Unidos. E tanto era assim, que a nação norte-americana ver-se-ia forçada a " (...) estender o manto protector da doutrina de Monroe até aos Açores " (11) se a Espanha e Portugal fossem invadidos

pela Alemanha.

Como é óbvio, o que aqui está implícito é, de facto, a preocupação da administração Roosevelt pelo destino dos mares, im prescindível às potências marítimas da altura, como era o caso dos EUA. E foi exactamente devido a isso que o Coronel McCormick, por exemplo, numa discussão na Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado, advogou a ocupação dos Açores, com afirmações incorretas acerca da soberania portuguesa sobre aquelas ilhas (12).

Acerca desta matéria, Armindo Monteiro foi muito claro num ofício que enviou a Salazar, ao afirmar: " a linha geral da política dos Estados Unidos não nos deixa olhar com optimismo para o problema da defesa dos Açores e de Cabo Verde — sobretudo tendo em conta o facto, confirmado por longa experiência, de que para as grandes nações, quando os seus interesses entram em jogo, pouco são ou pouco representam os direitos, mesmo velhos e bem fundados, dos povos fracos" (13). Daí concluir que era necesário enviar tropas para as ilhas portuguesas do Atlântico a fim de evitar, ou pelo menos tentar evitar, qualquer ocupação por parte da Alemanha e, como é evidente, salvaguardar desta forma qualquer pretexto da Inglaterra e/ou dos Estados Unidos para ocuparem os Açores ou outro território português do Atlântico.

É importante referir, porém, que Salazar estaria disposto a resistir a qualquer agressão (14). Como quer que seja, é bom realçar que fazia parte dos planos de guerra do governo norte-americano a ocupação pela força dos arquipélagos dos Açores e de Cabo Verde se tal fosse necessário.

Numa publicação de Maurice Matloff e Edwin M. Snell , intitulada United States Army In World War II, lê-se o seguinte: " The broad strategic objective of the Associated Powers under this plan would be the defeat of Germany and its allies. The national strategic defense policies of the United States and the British Commonwealth would be to secure the Western Hemisphere from European or Asiatic political or military penetration, maintain the security of the United Kingdom, and provide such dispositions as would ensure the ultimate security of the British Commonwealth of Nations (...) " e, mais adiante, no que diz respeito às suas atribuições: " protect outlying Military base areas and islands of strategic importance against land, air, or seaborne attack" . Reportando-se especificamente às operações a serem levadas a cabo pela Marinha referem o seguinte: " The Navy in that area would be responsible for protecting the sea communications of the Associated Powers, for destroying Axis sea communications by capturing or destroying vessels trading directly or indirectly with the enemy, for protecting and routing shipping in the coast zones, and for preparing to occupy the Azores and the Cape Verde Islands if such an operation became necessary" (15).

Constatamos, pois, que o interesse e ao mesmo tempo a preocupação dos EUA pelas ilhas atlânticas portuguesas, nomeadamente os Açores, eram grandes, existindo planos estratégicos específicos para se ocupar essas mesmas ilhas se a conjuntura internacional assim o exigisse. Aliás, as preocupações do Governo Português acerca desta matéria eram igualmente evidentes (16).

Por outro lado, as referências à ocupação dos Açores nos EUA continuavam, sendo o pretexto idêntico ao já previamente exposto: assegurar a defesa dos EUA e garantir o acesso à Europa (17).

Porém, o ponto mais relevante no que diz respeito a essa problemática foi, de facto, o discurso do presidente Roosevelt de 27 de Maio de 1941, no qual ele proclama a existência de um estado de emergência nacional ilimitado, delineando a política dos EUA à luz dos desenvolvimentos da situação mundial.

Nessa comunicação à nação norte-americana, Roosevelt declarou que o programa de ajuda do seu país às democracias " had been based on a hard-headed concern for our own security and for the kind of safe and civilised world in which we want to live ", e que as forças do Eixo não poderiam atingir o seu objectivo de " dominação mundial " unless they first obtain control of the seas. Referindo-se depois à situação perigosa da batalha do Atlântico, revelou o seguinte: " the rate of Nazi sinkings of merchant ships was more than three times as high as the capacity of British shipyards to replace those ships; the rate was more than twice the combined British and American output of merchant ships at that time " (18).

Foi exactamente com base no que acaba de ser exposto que Roosevelt aludiu aos Açores e a Cabo Verde, como sendo essenciais para a defesa não só dos EUA como também do hemisfério ocidental (19), facto que esteve na origem de um telegrama de Salazar ao Ministro de Portugal em Washington nestes termos : " (... ) Por seu lado, o Governo Português reafirma a sua indefec

tível resolução de defender até ao limite das suas forças a sua neutralidade e os seus direitos soberanos contra todo e qualquer ataque de que possam ser objecto, embora continue a dizer que o não espera" (20).

Porém, Augusto de Castro, num editorial publicado no "Diário de Notícias" de 30 de Maio de 1941, manifesta-se contra o discurso proferido por Franklin Roosevelt a 27 do mesmo mês, colocando em questão os critérios utilizados pelo presidente dos EUA ao referir-se à segurança do hemisfério ocidental e às suas "guardas avançadas" que seriam Dakar, Cabo Verde e os Açores.

Augusto de Castro referia-se explicitamente ao facto de que, se assim fosse, os EUA correriam o risco de ser conotados como os precursores de um novo imperialismo (21), acusando Roosevelt ainda de pensar serem apenas os EUA os juizes de saber quando e onde estarem ameaçados, o que lhe daria o direito de estender sózinhos como supremo árbitro no tempo e no espaço, os direitos da sua defesa nacional. Neste contexto, perguntava Augusto de Castro: que restava da soberania dos outros estados quando a administração norte-americana pensava desta forma?

Vemos, pois, que as palavras do presidente norte-americano não causaram boa impressão em Portugal devido ao modo como ele se referiu aos territórios dos outros países, particularmente ao nosso, tendo apenas em mente a sua defesa. Aliás, o próprio Presidente do Conselho não simpatizava com os norte-americanos (22).

Por outro lado, os contactos do governo dos EUA com o

governo do Brasil significavam que o primeiro estava seriamente preocupado com o que poderia vir a acontecer em Portugal, nomeadamente nas suas ilhas do Atlântico (23). Independentemente disso, Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, numa conversa com Augusto de Castro afirmara que "(...) o Brasil tem, por exemplo, um interesse primacial na manutenção da integridade do Império Ultramarino Português, sobretudo da África. A expansão atlântica do Brasil não convém que as costas portuguesas de África mudem de mãos. Não se trata como se vê (sou franco em dizer-lho), apenas de razões sentimentais. A nossa solidariedade, presente e futura, funda-se em razões políticas" (24).

É, por conseguinte, lógico, deduzir-se que ao Brasil interessava sobretudo que Portugal preservasse a sua soberania sobre todos os seus territórios, nomeadamente os africanos e as suas ilhas do Atlântico. No entanto, nem a carta enviada por Roosevelt a Salazar datada de 8 de Julho de 1941 e onde é referido que a assistência por parte dos EUA a Portugal, se este país necessitasse para responder a um ataque alemão (25), o fez alterar a sua perspectiva acerca daquele país, pois entendia que uma das consequências das lutas europeias "(...) é a construção do imperialismo norte-americano, com perda de influência do espírito europeu nas Repúblicas centro e sul-americanas" (26).

Mas não era apenas nas Américas que Salazar previa o aumento crescente da influência norte-americana. O mesmo sucedia também em relação à África. Num telegrama enviado ao Ministro de Portugal em Pretória, Salazar refere o seguinte: " Em

face do que no momento se vê e pressente, os perigos para a África não vêm do lado japonês, mas do americano, cuja última concepção leva a considerar a África necessária ao Hemisfério Ocidental e a procurar naquela pontos de apoio para bases de influência — e quem sabe se de domínio... Vemos com a maior preocupação a situação em que a guerra vai colocando o Império Britânico em face da América do Norte (...)" (27).

George Kennan, por outro lado, entendia que o problema fundamental que existia no âmbito das relações bilaterais entre o seu país e Portugal relacionava-se nomeadamente com a falta de contacto político entre os dois. Diz ele: "(...) at no time since the entry of the United States into the war had there taken place anything resembling a political discussion between the American minister and the Portuguese Prime Minister. At no time had we discussed with the Portuguese at a responsible level such things as the compatibility of our interests generally, in the face of the wartime situation, or the prospects for our postwar relationship. This struck me as not only unsatisfactory, but in some respects dangerous. The war and its consequences were bound, at some point, to require a clarification and a new definition of the Portuguese-American relationship. Portugal was still officially neutral, but clearly any drastic change in the fortunes of war ( and such changes had to be expected one way or another, at a relatively early date ) would immediately introduce problems for the solution of which some reasonable intimacy of understanding between ourselves and the Portuguese would be essential" (28).

Kennan apercebeu-se de que era de facto importante para o seu país dialogar com Portugal a fim de poderem concertadamente incrementar e melhorar alguns mal-entendidos, como aquele que referimos anteriormente.

## 2- O INICIO DAS FACILIDADES

A primeira iniciativa por parte da administração Roosevelt de os EUA começaram a usufruir de facilidades no arquipélago dos Açores aconteceu quando, em Janeiro de 1943, o " (...) Air Transport Command of the Army Air Forces requested Pan American Airways, Inc., to explore the possibility of securing land airport facilities in the Azores. Pan American was to seek these facilities supposedly for commercial purposes but the real reason of the Army Air Force's interest was to have these facilities available as a ferrying point for the transfer of heavy military aircraft from the United States to European and African theaters of operation when authority to do so was granted by the Portuguese Government " (29).

Como se depreende inevitavelmente do que acaba de ser referido, o interesse do governo norte-americano prendia-se com a utilização do arquipélago açoriano, nomeadamente para fins militares, independentemente de ter sido uma companhia civil, a Pan American Airways, a solicitar e a construir, de facto, como ve-

remos adiante, o aeródromo de Santa Maria.

Além dos aspectos anteriormente focados, George F. Kennan aponta igualmente como sendo a causa do pedido dos EUA para obter do Governo Português facilidades nos Açores, o seguinte :  
" (...) their use would permit us to fly great numbers of land-based aircraft to Europe via the Azores, for participation in the Normandy invasion " (30).

Posteriormente, os Estados Unidos garantiram ao Governo Português a soberania deste sobre todos os seus territórios (31).

Independentemente de ser esse o caso, Salazar não desejava conceder as facilidades aos norte-americanos ( entenda-se por facilidades os direitos a conceder à Pan American Airways ). Como ele próprio afirmou: " Precisamos manter cuidadosamente a atitude de não deixar que pretendam que a concessão de facilidades comece a considerar-se extensiva aos Estados Unidos, pois o acordo é restrito à Inglaterra, baseado na aliança, e essa é a sua justificação. Uma coisa é a vantagem que os Estados Unidos colhem do acordo feito e das facilidades que a sua navegação marítima alcance pelo próprio funcionamento do acordo e outra a pretensão ou aparência de participação no mesmo " (32).

Por outro lado, Salazar possuía uma visão muito específica dos Estados Unidos, como já foi referido. O Ministro Português dos Negócios Estrangeiros entendia que as nossas relações com essa nação, de estreito entendimento, " é desejável, para vantagem comum; a boa disposição de que procuramos dar provas e efectivamente demos neste mesmo acordo dos Açores são contrariadas ( e é preciso que se chegue a entendê-lo ) pelas manifesta

ções de um imperialismo sem limites que se apresenta como não devendo ou nada tendo que respeitar " (33). Motivado por esse pensamento é que Salazar temia que se Portugal cedesse aos Estados Unidos as facilidades que este desejava, isto poderia constituir, de facto, uma quebra de neutralidade, pois ao concedê-las, tal atitude poderia ser encarada pelos alemães como uma tomada de atitude activa na guerra (34).

Kennan apercebeu-se exactamente disso, e, quando recebeu instruções de Washington para fazer diligências junto do Ministério português dos Negócios Estrangeiros com o objectivo de solicitar facilidades para as Forças Armadas do seu país (35) , foi notificado do seguinte: " The request for these facilities should be based upon the Anglo-Portuguese treaty of 1373 and particularly upon the " Friends to Friends " phrase therein. This is in article one of that treaty " (36).

Foi na sequência disto que Kennan respondeu para Washington o seguinte: " There are in my opinion compelling reasons why we should not advance these requests in the prescribed scope and at this particular moment. I believe that to do so would prejudice rather than benefit the chances—which are otherwise not unfavorable— of our ultimately coming to share the use of the facilities already granted to the British, and that it might cause complications in British-Portuguese relations not to mention our own " (37), tendo mesmo solicitado para se deslocar a Washington a fim de poder esclarecer a situação.

Por outro lado, o próprio Primeiro Ministro britânico , Winston Churchill, num telegrama enviado a Roosevelt escreveu :

" I fear there may be some misunderstanding about your proposed direct approach to Portuguese concerning use of Azores " (38) , reportando-se especificamente ao facto de os pedidos dos EUA serem mais amplos do que pensava, pois estes tinham sido formulados pelos Chiefs of Staff daquele país.

Churchill, nesse mesmo telegrama, revela a Roosevelt que, face a esses pedidos, receava que o Governo Britânico não poderia ajudar a satisfazê-los imediatamente, pondo em causa , de igual modo, que a aproximação directa por parte dos EUA ao Governo Português, tivesse alguns resultados práticos (39).

Porém, estes pedidos justificavam-se, no entender dos norte-americanos, pois as posições portuguesas eram fundamentais não só para a condução da guerra mas para a política do pós-guerra. Kennan também entendia isso, e transmitiu essa mesma ideia a Salazar numa conversa havida com ele (40).

Aquele Encarregado de Negócios justificava ainda as necessidades do seu país, no que se refere a Portugal, no facto de que " (...) o campo da Terceira não chegava, pois têm de fazer atravessar o Atlântico cerca de 20 ( aviões) por dia, o que muito perturbaria o uso do aeródromo pelos Ingleses. Depois , os militares só podem ter ordens ou indicações muito simples , e os serviços mistos do campo levantariam atritos. Outro aeródromo era necessário nos Açores, tendo-se pensado na ilha das Flores " (41).

Salazar concordou com o Encarregado de Negócios dos EUA quando ele se referiu ao pós-guerra, pois entendia que se os Aliados saíssem vitoriosos do conflito, " (...) a aliança

Portugal-Inglaterra, Inglaterra-Estados Unidos e os entendimentos ou arranjos Estados Unidos-América do Sul estão destinados a ter uma grande importância na direcção da política europeia e mundial " (42).

Como sabemos hoje, assim foi. O Atlântico passou a ser, de facto, o centro da aliança político-militar mais importante para o Ocidente. Salazar adiantava ainda que, no que dizia respeito ao pós-guerra, salvaguardada inteiramente a plena soberania e independência dos Estados ribeirinhos do Atlântico e com base na considerada hipótese do triunfo das Nações Unidas e da deslocação do centro de gravidade da política europeia para o Atlântico, uma política de largo entendimento se impunha com os Estados Unidos, sem necessidade de alianças formais.

Naquele plano, Salazar não via do lado português objecções a essa política de entendimento e colaboração com os Estados Unidos, tal como Kennan a previa e o Presidente Roosevelt na sua carta dava a entender.

Por outro lado, e no que dizia respeito ao problema de uma eventual cedência de facilidades aos norte-americanos, Salazar entendia que os desejos formulados pelo Encarregado de Negócios norte-americano implicaria a inversão completa da política externa portuguesa, ou seja, um convite para Portugal entrar na guerra ao lado dos Estados Unidos (43).

Acerca desta matéria, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros era da opinião de que a concessão de facilidades a outro país que não a nação aliada, não podia deixar de ser considerada jurídica e politicamente como quebra de neutralidade e

acto de positiva beligerância. Na sequência do seu raciocínio Salazar era da seguinte opinião: " qualquer favor ou facilidades além daquelas que os Estados Unidos já logram em virtude do acordo com a Inglaterra, só podem ser considerados no quadro do mesmo acordo e não por fora dele ou por novo acordo com outra potência " (44).

Ainda relativamente a este ponto, um aspecto que entendemos ser fundamental, prende-se com o facto de Salazar ter sido da opinião de que se Portugal estabelecesse um acordo tendo em vista a cedência de facilidades aos EUA, o país não teria razão, nem mesmo jurídica, para resistir a Tóquio e não fazer também um com o Japão. E a consequência seria esta: que noção poderia ter Portugal da soberania de um Estado que a distribuisse em farrapos para um e para outro lado? Aí não havia só problemas políticos, havia questões de dignidade nacional (45).

Concluía que, alguma coisa, que por boa vontade, simpatia, ou futuro interesse, se pudesse fazer, só enquadrado no acordo anglo-luso.

Como é evidente, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros, até pelo menos essa altura, não encarava a hipótese de fazer qualquer cedência, no que diz respeito à concessão de facilidades ao Governo norte-americano.

Apesar disso, Kennan, numa outra conversa com Salazar ocorrida a 1 de Dezembro de 1943, tinha-lhe afirmado que de facto era impossível construir-se um aeródromo nas Flores devido à dificuldade extrema do terreno. Por isso mesmo pensavam em Santa Maria (46).

Sobre esta matéria, Kennan tinha pensado em duas fórmulas possíveis: " uma seria os Ingleses pedirem dentro do acordo outro campo que, uma vez construído, poderia ser utilizado por uns e outros, em regime misto, como o da Terceira. A outra, poderia ser o Governo Português encomendar a uma casa americana, por ora sem qualquer compromisso, a construção desse campo, o que levaria alguns meses. A construção poderia mesmo ser fiscalizada por engenheiros do Governo Português, se este o desejasse, e a casa construtora ser uma empresa privada, independente do Governo Americano " (47). Kennan, levanta ainda a hipótese a Salazar do que poderia vir a acontecer em Timor, caso o Governo Português não conseguisse resolver a situação daquela colónia com os japoneses. Na sua opinião, era possível que na Primavera seguinte, Portugal se encontrasse provavelmente na situação de beligerante ou pelo menos de rotura com o Japão, e portanto ao lado dos Estados Unidos na luta do Extremo Oriente. Afirmava ainda Kennan: " (...) a passagem pelo Atlântico é tão necessária para aquela guerra contra o Japão como a passagem do Pacífico. Seria perfeitamente correcto e coerente que Portugal cedesse nesse caso bases aos Estados Unidos nas colónias portuguesas" (48).

É claro, portanto, que para tal acontecer, Salazar entendia que deviam existir duas condições: uma era que a concessão de alguma facilidade teria de ser enquadrada no acordo anglo-luso e a outra prendia-se com o facto de que o aumento de facilidades nos Açores e a sua utilização, para além do que estava previsto, exigisse a mudança das condições estratégicas gerais (49).

Entendia ainda aquele Ministro dos Negócios Estrangei-

ros que no que dizia respeito ao pensamento americano acerca dos Açores ccontinuuava a crer que se tratava de " (...) uma afirmação de prestígio das forças americanas que não querem depender em nada dos Ingleses além da manifestação de imperialismo que avança em direcção à Europa. Taremos de defender esta até ao extremo limite das nossas forças. O pior é o que o Governo Britânico parece não compreender essa necessidade ou, se compreende, não se encontra em posição de ajudar Portugal" (50).

É evidente, pois, a inquietação por parte de Oliveira Salazar relativamente ao avanço americano sobre a Europa ocidental. No pós-guerra seria diferente, pois tinha que se fazer algo para conter o expansionismo soviético naquele continente.

Porém, Salazar não parecia perceber a razão que levava os ingleses a apoiarem os pedidos norte-americanos de facilidades nos Açores. Havia, de facto, uma aliança com os primeiros , facto que não sucedia com os últimos. Mas, o que era certo era que os britânicos apoiavam os pedidos dos EUA (51).

Todavia, as pressões por parte do governo norte-americano iam aumentando, alegando para o efeito que era imprescindível construir-se um novo aeródromo nos Açores não só para servir de alternativa ao das Lajes, mas igualmente para responder às necessidades de um maior número de aviões que passassem pelo arquipélago. Além disso, e como também foi referido anteriormente, a administração norte-americana, e nomeadamente os militares, pensavam que a melhor contribuição que Portugal poderia prestar aos Aliados na altura, e tendo em vista restabelecer a soberania portuguesa em Timor, seria a concessão de facilidades aos EUA em

Santa Maria.

O Ministro dos Estados Unidos em Lisboa colocou o assunto oeste modo: " A questão não é de extrema urgência relativamente à guerra da Europa nem tem a esse respeito uma importância fundamental,mas terá uma e outra em relação à guerra do Oriente logo que as coisas na Europa estejam em termos de não terem os Estados Unidos nem Portugal de se preocuparem com elas. Portugal fez saber aos Estados Unidos que desejava auxiliar a reconquista de Timor quando ela fosse empreendida. Pois bem, quando esse momento chegar o maior e mais inestimável auxílio que Portugal pode prestar será facilitar a passagem dos aviões para o Oriente " (52).

É, pois, evidente, o interesse dos Estados Unidos pelos Açores no que se refere ao envio de aviões para o Oriente . Para além disso, urge referir que numa conversa entre o Major-General da Armada, Almirante Botelho de Sousa, e o Adido Naval dos EUA, Capitão-de-Fragata Kenneth E. Demarest, este último havia referido que os Açores não tinham perdido de forma alguma o muito interesse que têm tido para os Americanos, mas, pelo contrário, este interesse tinha aumentado sempre e manter-se-ia mesmo depois de terminada a guerra na Europa, pois " o transporte de aviões pelo ar para a guerra no Pacífico se faz com maior comodidade pelo leste, do que por Oeste " e também " (...) pela grande importância que terão os Açores para a aviação comercial,passada a guerra " (53).

Em várias conversas havidas entre Salazar e Norweb (Embaixador dos Estados Unidos em Lisboa), tinha ficado assente que

o Ministério português dos Negócios Estrangeiros solicitaria à direcção em Lisboa da Pan-American que se encarregasse dos estudos de um aeródromo na ilha de Santa Maria, admitindo mesmo que poderia vir a ser essa mesma companhia a construí-lo e que, muito embora o Governo norte-americano estivesse disposto a fazer todas as despesas, Salazar entendia que: " (...) O Governo (português) não aceitava que um governo estrangeiro custeasse despesas daquela natureza no seu território " (54). Aliás, segundo Salazar o aeródromo em questão fazia parte do plano de campos para aviação tanto militar como civil nos Açores e tanto no que respeitava às ligações entre as ilhas do arquipélago como a facilidade de ligação internacional (55).

O Embaixador de Portugal em Washington num telegrama enviado ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros, referia duas razões principais que justificavam a pressa com que os norte-americanos queriam a construção do aeródromo em Santa Maria : uma prendia-se com a falta de alternativa para o das Lajes, no caso de mau tempo na Terceira, e a segunda ara a previsão de uma grande deslocação no inverno de 1944-1945 de material de aviação da Europa para o Pacífico do Sudoeste (56). Por outro lado, referia ainda o Dr. Bianchi, havia o maior empenho em que o aeródromo de Santa Maria fosse considerado questão essencialmente portuguesa e americana e não como o resultado da Aliança, pois os Americanos eram da opinião de que os Ingleses vinham beneficiando exageradamente dos serviços que os Americanos estavam prestando aos Portugueses (57).

No entanto, o Governo dos Estados Unidos não sabia se,

depois do aeródromo de Santa Maria estar concluído, viria a beneficiar da sua utilização e contróló, tendo-se mesmo chegado ao ponto do Embaixador dos Estados Unidos, em carta enviada a Salazar, ter referido que todo o projecto seria abandonado se o Governo Português não respondesse sem demora a essas questões (58)

Por outro lado, o Embaixador de Portugal em Washington escrevia a Salazar o seguinte: " Não há dúvida de que a importância estratégica que atribuem à urgência da questão é muito grande e uma solução favorável será considerada um grande serviço , acrescentando que ficaríamos com um aeródromo que, segundo asseguram, será de primeiríssima ordem e um importante factor nas comunicações aéreas de após-guerra " (59). Vê-se, portanto, que os Estados Unidos da América necessitavam a todo o custo da utilização daquele aeródromo português, tendo o próprio Presidente Roosevelt escrito a Salazar acerca desta matéria (60), o que está na origem deste ter declarado ao Embaixador dos EUA que o Governo Português recusava-se a tratar de um negócio da construção do aeródromo em Santa Maria com um governo estrangeiro (61).

Em suma, a posição de Portugal foi sempre a mesma: separar a construção do aeródromo da sua possível utilização futura; utilização de uma empresa privada americana para se ocupar dos estudos e da construção sem qualquer compromisso prévio acerca da utilização do mesmo. Salazar entendia ainda que; " (...) o Governo, seguindo uma política neutral, não se encontrava em condições de ajustar com um Estado beligerante a cedência de bases contra outro Estado com o qual Portugal se encontrava em relações normais. Pôde faze-lo em acordo com a Inglaterra que é país

aliado. Aos Estados Unidos o Governo Português podia, em nome da amizade, prestar serviços que não contendessem com a sua posição neutral, mas não podia ir além disso. Tinha-se por isso compreendido que se devia aguardar, o que fazia sem risco, visto não haver facilidades possíveis antes de haver aeródromo. Na oportunidade devida se examinaria o problema da utilização ou por acordo directo, se o País estivesse em condições de negociar directamente uma tal concessão com os Estados Unidos, ou através do acordo anglo-luso, que se pode considerar sempre como um recurso " (62)

Mas a urgência continuava, como podemos igualmente constatar com base no Apontamento de conversa do Embaixador de Portugal em Washington com o Coronel Payne e o Major McClellan (Técnicos do Air Transport Command) (63). Por outro lado, os ingleses afirmavam que a construção rápida do aeródromo de Santa Maria constituía também um interesse britânico (64).

Num telegrama enviado por Salazar ao Encarregado de Negócios de Portugal em Washington, datado de 5 de Outubro de 1944, o Ministro português dos Negócios Estrangeiros refere o seguinte: " No dia 2 de Outubro foi entregue a Norweb um projecto de acordo e uma nota destinados a regular a questão de Santa Maria quando se assentar nas conferências dos oficiais dos estados maiores aqui reunidos, e isso é condição prévia essencial que a participação de Portugal nas operações do Pacífico poderá ser directa e indirecta e que esta última se fará por meio de facilidades nos Açores, nos termos que forem regulados, em acordo suplementar entre Portugal e os Estados Unidos. Os pontos capitais deste projecto são os seguintes: o compromisso de o Governo Português fa-

zer construir à sua custa o aeródromo de Santa Maria; assentimento a que os Estados Unidos construam, em terrenos gratuitamente cedidos pelo Governo Português, edificações provisórias necessárias à utilização; autorização de ser o campo utilizado gratuitamente por forças aéreas americanas e britânicas; isenção de direitos de todo o material importado para a construção e utilização do campo; duração desta até ao fim das hostilidades do Pacífico ou a assinatura de um armistício com o Japão; obrigação da retirada das forças militares nos três meses seguintes e de todos os civis no período de outros três meses subsequentes, sendo destruídas todas as edificações e retiradas as instalações que o Governo não pretenda adquirir " (65).

Salazar, neste telegrama, esboçou, em traços gerais, o interesse de Portugal em ceder facilidades aos norte-americanos, através da sua participação indirecta na reocupação de Timor.

As negociações que se seguiram entre os dois países foram, de facto, difíceis, tendo-se chegado inclusivamente ao ponto de " (...) The Government of the United States would be obliged immediately to discontinue the staff conversations and to decline to carry on any negotiations with the Portuguese Government with regard to economic or other matters and would be obliged to curtail immediately economic aid being furnished at the present time to the Portuguese Government under existing programs " (66). E isto devido primordialmente a problemas relativos à continuação das obras no aeródromo de Santa Maria por parte dos norte-americanos, assim como à sua utilização e controlo.

O Governo norte-americano entendia ainda que o Governo

Português teria de assumir dois compromissos: o primeiro prendia-se com a necessidade da autorização para se começarem os trabalhos para a construção do aeródromo e o segundo que Portugal se compromettesse a atribuir aos Americanos a utilização e administração das facilidades a conceder em Santa Maria.

No que dizia respeito ao Governo Português, o problema fundamental assentava no seguinte: faltava ao Governo Americano título jurídico ou político para fazer o seu pedido e ao Governo Português base para satisfazê-lo. No entender do Governo Português havia dois caminhos: ou enquadrar as negociações na aliança luso-britânica, o que não parecia agradar aos Americanos, ou então podia ser criada uma base política, a qual consistiria na aceitação por parte do Governo Americano do compromisso de que a participação de Portugal nas operações do Pacífico se poderia fazer por uma forma directa e indirecta, esta última representada pelas facilidades em Santa Maria, nos termos de um acordo que se viesse a efectuar entre os Governos Português e Americano (67).

Acerca deste último ponto de vista, Norweb, compartilhava a idéia do Coronel Payne de que os Açores iam de futuro representar para a navegação aérea a posição de prodomínio e importância que os canais de Suez e Panamá tinham representado para a navegação marítima (68).

O Governo norte-americano formulou, porém, um projecto de nota a ser apresentado pelo Embaixador dos Estados Unidos no qual se criou a base jurídico-política dos pedidos americanos e da resposta do Governo Português. Nele lê-se o seguinte: " O Governo dos Estados Unidos, cõscio do legítimo desejo do Governo

Português de por termo à ocupação de Timor pelas forças japonesas e tendo em vista que o território português se encontra compreendido num largo campo de operações empreendidas pelo Governo dos Estados Unidos e outros Governos aliados do Pacífico, aceita e acolhe com satisfação a participação de Portugal nas operações destinadas a expulsar os Japoneses do seu território para ser restituído à plena soberania portuguesa. Reconhece que essa participação se pode efectuar por forma directa e indirecta: a participação directa pelo envio de forças portuguesas será ajustada em seguimento das conversas dos Estados Maiores, já em curso ; a participação indirecta consistirá na concessão ao Governo dos Estados Unidos de facilidades para construção e utilização de uma base aérea na ilha de Santa Maria destinada a facilitar a deslocação das forças americanas para o teatro de guerra do Pacífico ou deste para os Estados Unidos, nas condições que serão ajustadas em acordo especial entre o Governo Português e o Governo dos Estados Unidos " (69).

Foi, de facto, na sequência disto que Portugal e os Estados Unidos chegaram a acordo formal em 28 de Novembro de 1944, cuja designação é a seguinte: " Acordo entre o Governo Português e o Governo dos Estados Unidos estabelecendo a forma de participação indirecta de Portugal em operações do Pacífico", constituído por seis artigos e assinado por Salazar e pelo Embaixador Norweb (70).

No seu artigo 2 lê-se o seguinte: " O governo Português concede ao Governo dos Estados Unidos a utilização sem restrições da base aérea de Santa Maria, que ficará, tanto no que res-

peita a operações como à administração e controle, sob o comando da força aérea americana ", e na alínea a) do referido artigo : " A aviação da Comunidade Britânica, na qualidade de potência aliada dos Estados Unidos e de Portugal, poderá igualmente utilizar o campo nas condições que forem determinadas ".

Como podemos constatar, era concedido aos Estados Unidos a utilização sem restrições do aeródromo de Santa Maria, pertencendo ainda ao comando da força aérea daquele país as operações e a administração e controle dessas facilidades. Note-se, contudo, que o Governo Português contribuiu com a despesa máxima de \$ 2.985.000 relacionada com as despesas de construção do aeroporto.

No entanto, uma vez prontas todas essas construções, elas seriam propriedade do Estado Português. Além disso, as facilidades terminariam seis meses após o fim das hostilidades ou após um armistício no Extremo Oriente, podendo aquele período ser prorrogado por mais três meses, mas então todo o pessoal militar e civil americano deveria abandonar o campo neste prazo.

Importa aqui também referir que quase imediatamente após a efectivação do Acordo de 28 de Novembro de 1944 entre os dois países, o Embaixador de Portugal em Washington em telegrama a Salazar refere que os Americanos procuravam ( desde que não compromettessem os seus importantes objectivos militares) obter com a menor demora possível a utilização de Santa Maria para fins comerciais, perguntando ainda ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros até que ponto esse pedido coincidia com os nossos interesses (71).

Já no início de 1945, o Embaixador Bianchi volta a referir a Salazar o interesse americano em vir a utilizar os Açores e Lisboa na aviação comercial do futuro. É isto devia-se ao facto de o ATC ( Air Transport Command ) ser constituído pela reunião das principais companhias de aviação que continuavam a operar independentemente quanto a aparelhos, tripulação, etc., em bora sob a direcção geral de entidades militares.

Além disso, se o território português viesse a ser utilizado pelo ATC a fim de poderem ser efectuadas as ligações com as tropas americanas de ocupação no Japão e na Alemanha, e, posteriormente, pelas companhias aéreas civis, poderiam resultar grandes vantagens morais e materiais para Portugal.

Morais, pela ajuda prestada pelo nosso país ao abastecimento e reconstrução dos países devastados pela guerra e materiais pela possibilidade de Lisboa vir a ser depois de terminado o conflito, um dos principais centros das linhas mundiais de navegação aérea. Porém, um dos vários problemas suscitados por Salazar sobre esta matéria relacionava-se com o facto de que se tal pedido viesse a ser satisfeito, Portugal poderia ser acusado de auxiliar um beligerante em prejuízo de outro beligerante no campo militar e isso mesmo representar uma quebra da nossa neutralidade (72).

Salazar entendia ainda que no que dizia respeito ao assunto em questão, Portugal não podia seguir uma política de resultados ou de oportunismo, mas sim e apenas uma política de princípios. " Sem se guiar por princípios, um país pequeno não teria meio de dirigir e de assegurar os seus destinos " (73).

Se tal problema se reportasse ao pós-guerra, Salazar entendia que nenhuma dificuldade suscitava. No entanto, para o resolver naquela altura, tornar-se-fa indispensável esclarecer completamente um ponto. Isto é, saber se a resolução afectaria ou não a política externa portuguesa tal como havia sido definida e fixada pelo Governo no começo do conflito.

Por outro lado, o interesse norte-americano por Portugal era patente: " The direct interest of Portugal, of a practical nature, and apart from Portugal's humanitarian interest in cooperating with us and with the United Nations generally in the rehabilitation of Europe, derives from the fact that the routing of the ATC services through Portugal undoubtedly will bring about a large scale development of Portuguese facilities for handling heavy air transport, and from the creation of precedent in the use of this route for entering Europe from the American continent. We believe that Portuguese cooperation in this matter now will furnish the best assurance that this same route will continue to be a main route into Europe after the war when commercial air transport will have reentered the field " (74).

Contudo, a posição portuguesa acerca desta matéria foi inflexível. Havia que se respeitar os acordos vigentes tanto com a Inglaterra como com os próprios EUA. Com este último, tinha sido acordado a cedência de facilidades para os aviões que se dirigissem para o teatro de guerra do Pacífico e não para a Europa. Teixeira de Sampayo, Secretário — Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi claro com o Embaixador dos EUA em Lisboa: o Governo Português não poderia participar, por concessões no

seu território, em operações de guerra contra a Alemanha incompatíveis com a sua situação e posição de neutralidade (75).

Por isso mesmo, o Acordo a que chegaram os EUA e Portugal e designado por " Acordo sobre a execução, através do território português na Europa, do Air Transport Command" era bem explícito sobre esta matéria: " As aeronaves do ATC vindas da América do Norte com destino à Europa e regresso, para os fins referidos nos considerandos deste acordo, podem sobrevoar o território português do território europeu, nos seguintes termos:

- 1) Terão de aterrar no aeroporto de Lisboa, desde que sobrevoem aquele território;
- 2) Não poderão desembarcar nem embarcar passageiros ou carga, salvo a pedido ou com consentimento, para cada caso, do Governo Português;
- 3) Pagarão as taxas estabelecidas pelas leis e regulamentos portugueses correspondentes aos serviços que utilizarem, numa base não discriminatória;
- 4) Serão desarmadas, e a tripulação será civil. " (76).

No artigo 2 é referido que independentemente do que é estipulado no acordo existente relativo ao aeródromo de Santa Maria, que continuava inteiramente em vigor, o Governo Português, atendendo ao carácter governamental muito especial do serviço confiado ao ATC, dava o seu assentimento a que durante a vigência deste último, as aeronaves referidas no artigo precedente que tivessem de aterrar nos Açores e se destinassem a fazer eventualmente ligações através da Europa com o Oriente, pudessem a título excepcional utilizar aquele arquipélago. (77).

No 8º e último artigo do Acordo é referido que vigorará até 30 de Junho de 1946.

Como podemos constatar, o Governo Português acedeu às solicitações norte-americanas nesta matéria, não cedendo, no entanto, no que se referia às facilidades concedidas aos norte-americanos em Santa Maria. Estas destinavam-se às aeronaves que provinham dos Estados Unidos para o Extremo Oriente ou vice-versa.

Por outro lado, os britânicos, ainda em Maio de 1945, e no final das hostilidades na Europa e a consequente necessidade de redistribuírem as aeronaves e pessoal do ar, necessitavam de fazer operar nos mares dos Açores quatro pequenos navios de salvamento (78).

Para além deste aspecto operacional, as Forças Armadas dos EUA necessitavam, por outro lado, de estações de observação e meteorológicas no arquipélago açoriano para suplementar as estações existentes em Santa Maria e na Terceira, assim como a estação portuguesa nas Flores (79).

Por conseguinte, podemos ver que os acordos anteriormente referidos mudaram, como iremos analisar no próximo capítulo, da vontade de derrotar a Alemanha e o Japão, à necessidade de manter tropas norte-americanas nesses países, ao desejo de aumentar a segurança da Europa e reforçar a defesa mútua.

Em 1946, ano posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, a utilização do aeroporto das Lajes tornou-se extensivo aos EUA por forma a manter linhas seguras e eficientes de comunicação com as forças de ocupação norte-americanas no Japão e na Alemanha.

Constatamos, novamente, que o arquipélago açoriano continuou a manter a sua importância geoestratégica mesmo após o termo do conflito. N. J. Spykman continuava com razão. Este, num trabalho intitulado The Geography of the Peace, refere-se ao facto de que no que se refere ao problema da segurança dos Estados Unidos, a pergunta mais importante que se coloca relaciona-se com quem controla os "rimlands" da Europa e da Ásia. Acerca deste ponto escreveu o seguinte: "Should these get into the hands of a single power or combination of powers hostile to the United States, the resulting encirclement would put us in a position of grave peril, regardless of the size of our army and navy" (80).

E foi exactamente essa preocupação que prevaleceu no pós-guerra. Uma das várias lições da Segunda Guerra Mundial relaciona-se com a importância que tinham as bases ultramarinas para a implementação de uma política de guerra eficaz. Aquele conflito havia tornado claro que o poder marítimo e aéreo deviam ser considerados como instrumentos para se alcançar sucessos em terra. E como nem os navios nem os aviões podiam operar sem bases terrestres, o factor determinante será sempre a força dessas bases (81).

Essa teoria de Spykman está, quanto a nós, em perfeita sintonia com a teoria desenvolvida por Mahan. Este havia afirmado que, para um país como os Estados Unidos, detentor de uma longa costa marítima, desenvolver com eficácia a sua política externa, era fundamental que possuísse bases ultramarinas que lhe permitissem manter uma presença efectiva longe do seu território.

E foi, quanto a nós, exactamente isso o que se passou com Portugal. Durante a guerra, os EUA necessitaram da utilização dos Açores para desenvolverem os seus planos estratégicos como foi anteriormente analisado. Após o termo daquele conflito, essa necessidade de facilidades manteve-se, independentemente de a Europa estar em paz desde 1945. O mesmo se passa nos nossos dias. Os EUA continuam presentes nas Lajes e tudo indica que ali permaneçam.

Como afirmou o Professor Adriano Moreira: a Segunda Guerra Mundial, tal como a Primeira, foi mundial pelas dimensões mas europeia e ocidental no que concerne às suas causas. Foi o fim do Euromundo. A partir daí, o governo do mundo saiu da Europa. Os EUA e a URSS partilham agora essas responsabilidades, concedendo, involuntariamente, às pequenas e médias potências, e não a todas, um poder funcional mais ou menos efectivo.

NOTAS

- (1) Dez Anos de Política Externa, vol. 2, Doc. nº632, p.279.
- (2) Maurice Matloff " Allied Strategy in Europe, 1939-1945 " , in Makers of Modern Strategy , Princeton University Press , Princeton, N.J., 1986, p.680.
- (3) Augusto de Castro, Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra, Livraria Bertrand, Lisboa 1954, p.18.
- (4) Dez Anos de Política Externa, vol. 7, Doc. nº941, p.190.
- (5) Ibid., Doc. nº1014, p.257.
- (6) Ibid., Doc. nº1024, p.270. Estas foram declarações do Sr. James Dunn, Conselheiro Político para a Europa, ao Embaixador de Portugal em Washington, Dr. Bianchi.
- (7) Ibid., Doc. nº1037, pp.285-287 ( Telegrama nº97 do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, datado de 21 de Julho de 1940).
- (8) Ibid., Doc. nº1089, p.351 (telegrama nº57 do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, datado de 8 de Agosto de 1940).
- (9) Ibid., vol. 7, Doc. nº1256, pp.539-540.
- (10) Ibid., Doc. nº1379, pp.686-690.
- (11) Dez Anos de Política Externa, vol. 8, Doc. nº1417, p.31 (telegrama nº1 do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros, datado de 3 de Ja -

- neiro de 1941). Ver também no mesmo vol., o Doc. nº1438.p.47.
- (12)Veja-se Dez Anos de Política Externa, vol. 8 Doc. nº1516, p. 115, e no mesmo volume o Doc. nº1529 do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros no qual é referido que o Coronel McCormick advogou a conveniência política de os Estados Unidos instalarem imediatamente uma base aérea e naval nos Açores, para o que deveriam fazer as necessárias combinações com a Grã-Bretanha, pp.125-126. Acerca da problemática da ocupação dos Açores, ver o primeiro e segundo capítulos deste trabalho. Veja-se ainda os documentos nº1599, pp.202-203; Doc. nº1606, p.206 e Doc. nº1609, pp.208-209
- (13)Dez Anos de Política Externa, vol. 8, Doc. nº1707, p.297.
- (14)Ibid., Doc. nº1705, p.291.
- (15)United States Army in World War II, The War Department, Strategic Planning for Coalition Warfare, 1941-1942, by Maurice Matloff and Edwin M. Snell, Office of the Chief of Military History, Department of the Army, Washington, D.C., 1953, pp. 43-45.
- (16)Veja-se, por exemplo, a carta enviada pelo Secretário-Geral do Ministério Português dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador de Portugal em Londres ( Dez Anos de Política Externa, vol.8 Doc. nº1703, p.288). Veja-se, igualmente, Domingos Mauricio, " A Posição de Portugal perante a Guerra ", in Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, Agosto-Setembro, vol. 33, fascículos 2-3, Lisboa, 1941, pp.158-160.
- (17)Vejam-se as declarações do Major norte-americano Elliot e do

Senador Pepper ( Dez Anos de Política Externa, vol. 8, documentos nº1720, p.322; 1794 e 1795, pp. 386-387).

(18) Peace and War, United States Foreign Policy (1931-1941), Department of State, United States Government Printing Office, Washington, D.C., 1942, pp.101-102.

(19) Dez Anos de Política Externa, vol. 8, Documento nº1850, p. 450, 1851, pp.451-452. Veja-se também Domingos Maurício in Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, Agosto-Setembro vol. 33, fascículos 2-3, Lisboa, 1941, pp. 161-162.

(20) Dez Anos de Política Externa, vol. 8, Doc. nº1855, p.462 .  
Veja-se igualmente o jornal " Diário de Notícias " de 12 de Junho de 1941, p.1. No mesmo jornal veja-se a notícia da explicação de Cordell Hull, Secretário de Estado norte-americano, na qual é referido o seguinte: "(...) Por seu lado, o Governo dos Estados Unidos pode declarar categoricamente que não alimenta quaisquer intenções agressivas contra a soberania ou integridade territorial de qualquer outro país (...)"  
Veja-se Domingos Maurício Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, Agosto-Setembro, vol. 33, fascículos 2-3, Lisboa, 1941, pp.163-164

(21) " Diário de Notícias ", 30 de Maio de 1941, Editorial de Augusto de Castro intitulado " Teorias Perigosas ".

(22) David Eccles, By Safe Hand, ( Letters of Sybil and David Eccles) 1939-1942, The Bodley Head, London, Sydney, Toronto , 1983, p.292. Nesse telegrama de Campbell para Eden datado de 24 de Julho de 1941, lê-se o seguinte: " (...) He looked on the Americans as a barbaric people illuminated not by

God but by electric light. Were we not afraid that the world after the war would be run by the USA with a strong dash of Communism. This was a horrible prospect for Europe":

- (23) Dez Anos de Política Externa, vol. 8, Doc. nº1932, pp.536-537
- Nesse telegrama do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro português dos Negócios Estrangeiros, lê-se o seguinte:
- " Entregou-me ( Carlos Martins, Embaixador do Brasil em Washington) a interessante declaração confidencial de que o Presidente Roosevelt, em conversa com ele sobre o perigo alemão e referindo-se sempre a Dacar, Açores, Çabo Verde e Natal e outros pontos da costa do Brasil, sugeriu a conveniência de tentar um acordo com Portugal, contando para isso com a influência do Brasil.O Sr.Martins disse-lhe categoricamente que o Governo Brasileiro só poderia entrever tais propostas se a iniciativa partisse do Governo Português, mas nunca dar-lhe início. Perante esta afirmação, o Presidente não voltou ao assunto".
- (24) Dez Anos de Política Externa, vol. 9, Doc. nº2249, p.205.
- (25) Ibid., Doc.nº2040, p.38.
- (26) Ibid., Doc. nº2233, p.181.
- (27) Dez Anos de Política Externa, vol. 10, Doc. nº3032, p.487.
- (28) George F. Kennan, Memoirs 1925-1950, Little, Brown and Company, Boston, Toronto, 1967, p.144.
- (29) Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers , 1943, vol. 2, Europe, p.538. Veja-se também o telegrama do Secretário de Estado para o Ministro dos EUA em Portugal, pp. 529-530.

- (30) George F. Kennan, op. cit., p.143.
- (31) Acerca desta matéria, é importante que fique bem claro que a administração norte-americana foi sucessivamente adiando essa garantia. Veja-se Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers, 1943, vol. 2 Europe, pp.534,541,542, 547,550,562. Lê-se o seguinte na nota enviada por Bianchi ao Secretário de Estado dos EUA: " I am instructed by my Government to acknowledge the receipt of the note delivered in Lisbon on October the 25<sup>th</sup> by the American Chargé d' Affaires , stating that with reference to the agreement recently concluded between Portugal and Great Britain, the United States Government has undertaken to respect Portuguese sovereignty in all Portuguese Colonies (...) " (p.562). Veja-se igualmente, George F. Kennan, Memoirs, 1925-1950, Little, Brown and Company, Boston, Toronto, 1967, p. 155.
- (32) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº300, p.463.
- (33) Ibid., Doc. nº258, p.427. Este telegrama foi enviado por Salazar ao Ministro de Portugal em Washington em 17 de Outubro de 1943.
- (34) Franco Nogueira, Salazar, vol. 3, Coimbra, 1978, p.485.
- (35) Ver o telegrama enviado pelo Secretário de Estado dos EUA ao Encarregado de Negócios ( Kennan ) datado de 16 de Outubro de 1943 ( Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers ), 1943, vol. 2 Europe, pp.554-556.
- (36) Ibid., p.555.
- (37) Ibid., p.555. Veja-se George F. Kennan, A Alucinação Nuclear Europa-América, Lisboa, p.99.

- (38) Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers , 1943, vol. 2, Europe, p.558.
- (39) Ibid., p.558. Veja-se também Franco Nogueira, op. cit., p.466 e George F. Kennan, op. cit., p.151.
- (40) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº311, p.479.
- (41) Ibid., p.480.
- (42) Ibid., p.481.
- (43) Ibid., pp.481-482.
- (44) Ibid., p.483.
- (45) Ibid.
- (46) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº327, p.522.
- (47) Ibid., p.523.
- (48) Ibid.
- (49) Ibid., p.525.
- (50) Ibid., p.528. Ver igualmente o ofício nº260 do Ministro de Portugal em Washington ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de 21 de Dezembro de 1943 (Doc. nº339, vol. 12, Dez Anos de Política Externa, pp.537-542.)
- (51) Dez Anos de Política Externa, vol. 12, Doc. nº314, pp.486 - 490. Neste documento de um apontamento de conversa entre o Secretário-Geral do Ministério português dos Negócios Estrangeiros com o Ministro Conselheiro da Embaixada da Grã-Bretanha lê-se o seguinte: " Na questão económica, sem nada ter que ver com o abastecimento do país, os Estados Unidos também ligavam muita importância a que Portugal não exportasse certos produtos para a Alemanha. A Embaixada tinha recebido instruções para apoiar fortemente estas propostas americanas.

Sir Ronald Campbell, impossibilitado de vir, encarregara-o de fazer a diligência e ordenara-lhe que chamasse a minha atenção para vários pontos. O primeiro era uma passagem, que leu no papel maior, da primeira nota inglesa sobre os Açores na qual Sir Ronald acentuava expressamente a importância dos Açores para a continuação da guerra (...). Em suma, o Governo Inglês apoiava calorosamente as propostas americanas", pp.486-487. Veja-se também no vol. 13, o Doc. nº 421, p.30. (Apontamento de conversa do Embaixador de Portugal em Londres com o Secretário de Estado Inglês, Eden).

- (52) Dez Anos de política Externa, vol. 12, Doc. nº378, p.604 .  
Veja-se igualmente os documentos nº363, pp.587-588 e nº370 , p.594 e no vol. 13 o Doc. nº408, p.14 onde se lê o seguinte:  
" (...) o projecto assente é enviarem os Estados Unidos para ali ( Oriente ) mensalmente 3.000 aviões".
- (53) Dez Anos de Política Externa, vol. 13, Doc. nº410, pp.15-16.
- (54) Ibid., Doc. nº 411, pp.16-17.
- (55) Ibid., p.17
- (56) Vejam-se na obra Dez Anos de Política Externa, vol. 11, Doc. nº235, pp.292-293; no vol. 13, Doc. nº412, p.19.
- (57) Ibid., vol. 11, Doc. nº242, p.304.
- (58) Ibid., vol. 13, Doc. nº431, pp.46-47.
- (59) Ibid., Doc. nº438, p.54.
- (60) Ibid., Doc. nº440, p.55.
- (61) Ibid., Doc. nº441, p.57.
- (62) Ibid., Doc. nº441, pp.57-58.
- (63) Dez Anos de Política Externa, vol. 13, Doc. nº486, pp. 122 -

123. Nesse documento lê-se o seguinte: " Uma parte importante do tráfego no sentido leste seria o abastecimento de forças no Pacífico, pois são crescentes as exigências dos vários serviços para que o material, equipamento e abastecimento de toda a ordem sejam transportados pelo ar, para sincronizar e assegurar a sua chegada a tempo e em boas condições.

5-Parte deste serviço está sendo feito através do Atlântico Sul e do continente africano em condições muito onerosas de tempo, pessoal, desgaste de material, consumo de combustíveis, etc.

6-A substituição desta rota pela de Santa Maria representaria em distância até Karachi cerca de 3.000 milhas; muitos milhares de horas-piloto, muitos milhões de " galões " de gasolina; numerosíssimo pessoal de aeródromos e uma economia de material voador importantíssima. Logo que Santa Maria esteja a funcionar a rota do Atlântico do Sul-África seria abandonada(...)"

(64) Ibid., Doc. nº487, p.125.

(65) Ibid., vol. 11, Doc. nº263, pp.324-325.

(66) Ibid., vol. 13, Anexo ao doc. nº496, p.147.

(67) Ibid., Doc. nº498, pp.149-150.

(68) Ibid., Doc. nº499, p.154.

(69) Ibid., Anexo 1 ao doc. nº499, p.155. Veja-se também o Anexo 2 a esse documento, pp.156-157.

(70) Veja-se o texto do Acordo ( Dez Anos de Política Externa, vol 13, doc. nº536, pp.191-192. A versão inglesa encontra-se no doc. nº537, pp. 193-194).

- (71) Dez Anos de Política Externa, vol. 13, doc. nº550, p.208.
- (72) Ibid., Doc. nº564, pp.217-220; Doc. nº566, pp.221-223; Doc . nº567, pp.224-230 e Anexos 1, pp.230-232 e 2, pp.232-233.
- (73) Ibid., Doc. nº567, p.229.
- (74) Ibid., Anexo 1 ao doc. nº567, pp.231-232.
- (75) Ibid., Doc. nº569, p.235.
- (76) Ibid., Anexo 1 ao doc. nº582, p.255.
- (77) Ibid.
- (78) Ibid., Doc. nº602, p.279.
- (79) Ibid., Anexo ao doc. nº616, p.292 e doc. nº666, p.339.
- (80) Nicholas John Spykman, The Geography of the Peace, Harcourt, Brace and Company, New York, 1944, p.X
- (81) Ibid., p.46.

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÕES

Este capítulo tem como objectivo primordial tentar chegar a algumas conclusões sobre o papel e a importância dos Açores na política externa portuguesa ao longo do último conflito mundial.

Em primeiro lugar, diríamos que, após a análise que foi feita nos capítulos precedentes, é lícito poder afirmar-se que o arquipélago açoriano desempenhou ao longo de todo aquele conflito um papel muito importante no que diz respeito ao auxílio prestado aos aliados, nomeadamente aos E.U.A e à Inglaterra.

No que concerne especificamente à política externa portuguesa podemos, de facto, chegar à conclusão de que os Açores foram alvo das cobiças das maiores potências mundiais da altura, podendo mesmo ser afirmado que, para Portugal, aquele território poderia ter sido " negociado " de outra forma. Não queremos dizer com isto que o Governo Português tivesse agido bem ou mal. Entendemos, sim, que, nomeadamente no que se refere a contrapartidas não meramente financeiras mas também políticas, económicas e militares, pudessem ter sido mais significativas do que na realidade foram.

Por outro lado, reconhecemos perfeitamente a complexida

de de toda esta problemática.

Como é que um país como o nosso poderia fazer face e ser mais "duro" com potências como a Inglaterra e os E.U.A.?

No âmbito das relações internacionais é um facto inegável que os pequenos países são manipulados directa ou indirectamente pelas potências mais poderosas. Sempre assim foi e será. É um facto incontestável. Porém, recusamo-nos a aceitar que a vida internacional seja entendida no sentido do estado natural de guerra hobbesiano.

O conceito de moralidade tem também algo que ver com tudo isto, muito embora assim não o tenha entendido Maquiavel.

Como é reconhecido, não haja dúvida de que Salazar, independentemente da sua filosofia política, que, aliás, não é classificada, quanto a nós, como tendo sido totalitária, desempenhou sempre, ou pelo menos quase sempre, um papel de relevo na condução da política externa portuguesa durante aqueles anos muito conturbados da história mundial.

De facto, na conjuntura internacional que se vivia durante o último conflito mundial, Portugal, detentor de um grande império colonial, tinha como um dos seus objectivos fundamentais a integridade territorial do mesmo. Nesta perspectiva, os Açores desempenharam um importante papel na medida em que Salazar impôs como condição sine qua non aos Aliados, para estes terem acesso a facilidades no arquipélago, a garantia de reconhecerem e defenderem essa integridade e soberania portuguesa sobre todos os seus territórios.

Pensamos, de igual modo, que foi um período extremamen-

te difícil para Portugal e para o seu líder na medida em que ter relações normais tanto com os aliados como com as potências do Eixo não é no nosso entender tarefa fácil.

Embora Salazar seja muitas vezes acusado de ter feito " jogo duplo " pensamos que de outra forma não podia ter sido , na medida em que, sendo o nosso país neutro no conflito, havia a necessidade de relacionamento com os dois lados, muito embora a partir do final de 1942, após a invasão aliada do Norte de África, se começasse a desenhar a vitória aliada, facto que ainda teve mais ênfase durante o ano de 1943, altura em que os britânicos adquiriram facilidades no arquipélago açoriano.

É verdade que, após a Grã-Bretanha ter invocado a aliança que a une a Portugal, tornava-se muito difícil para o nosso país indeferir o pedido do seu aliado.

Porém, e como foi referido ao longo deste trabalho, as relações bilaterais luso-britânicas nem sempre foram fáceis durante a Segunda Guerra Mundial. Podemos apontar a problemática referente ao reequipamento das forças armadas do nosso país ou o bloqueio inglês, que dificultou seriamente o nosso comércio com outros países. Constatamos, portanto, que nem tudo foi um " mar de rosas " no nosso relacionamento com a Inglaterra. Com os E. U.A. a situação foi ainda pior.

Como foi apontado, Salazar e outras personalidades portuguesas, não viam com bons olhos os norte-americanos nem confiavam neles.

A constante referência por várias entidades portuguesas da altura, incluindo Salazar, a ameaças de imperialismo por

parte dos E.U.A. era constante.

Como também foi visto, a problemática referente à cedência de facilidades àquele país foi muito complexa tendo-se chegado a acordo na medida em que o Governo Português desejava a reintegração de Timor na sua soberania.

E, novamente aqui, foi o arquipélago açoriano que desempenhou um papel de relevo na medida em que foram cedidas facilidades na ilha de Santa Maria com a finalidade específica de restabelecer-se a soberania portuguesa em Timor por forma indirecta.

Como também foi referido, os Açores prestaram um valioso serviço ao longo de todo o conflito mundial, tanto na fiscalização aeronaval e submarina, como no reforço à Europa em guerra.

Como foi demonstrado, após a cedência das facilidades aos Aliados naquele arquipélago, a ameaça submarina alemã decresceu significativamente e o reabastecimento à Europa foi efectuado de uma forma mais eficaz e segura. Para além destes aspectos muito significativos, as condições meteorológicas na área dos Açores eram menos severas do que se fosse utilizada a rota mais a norte da Islândia, muitas vezes em condições climatéricas muito mais agrestes.

O arquipélago açoriano prestou ainda uma ajuda significativa aos aliados não só no que concerne especificamente à guerra no Atlântico setentrional mas também permitiu um fluxo mais significativo no âmbito das comunicações dos E.U.A. com o Médio e Extremo Oriente, o Norte de África, para além, como é óbvio, da Europa, como por exemplo na invasão aliada da Normandia.

Em anos posteriores, o arquipélago açoriano voltou a

desempenhar um papel muito relevante nas crises de Berlim, na guerra de Yom Kippur e, mais recentemente, na guerra das Falklands/Malvinas no Atlântico Sul, papel esse que nas suas características essenciais assenta nas mesmas que fundamentaram a importância geoestratégica dos Açores na Segunda Guerra Mundial.

No entanto, entendemos que de outro modo não podia ter sido.

Um país como o nosso, independentemente de ter possuído até ao 25 de Abril de 1974 um considerável império ultramarino, não podia ter uma voz muito forte no âmbito da política internacional, na medida em que as grandes potências da altura, Grã-Bretanha e Estados Unidos, tinham o poder e a força para neutralizar uma potência como o era o Portugal de então. E isto tem que ser entendido friamente. Nós não podíamos fazer muito mais do que efectivamente fizemos, sem correremos o risco de sofrer as consequências dos nossos actos. Tal viu-se, por exemplo, quando o arquipélago açoriano esteve para ser invadido tanto por ingleses como norte-americanos no início da Segunda Guerra Mundial. E se isso tivesse acontecido pensámos que Portugal não o poderia ter impedido. Felizmente que o Foreign Office insurgiu-se contra tal atitude tendo finalmente prevalecido o bom senso de as negociações terem sido conduzidas pela via diplomática, tal como veio a acontecer, posteriormente, com os norte-americanos em 1944.

Por outro lado, afirmamos que se Salazar não tivesse cedido as facilidades, e na medida em que a guerra era de facto existencial, destinando-se não apenas a vencer mas a destruir o

adversário (1), os Aliados teriam mesmo tomado os Açores.

Porém, e tal como refere Luc Crollen sobre esta matéria: " Hence, it was clear that Salazar wanted to do what almost never succeeded in the past: that is to insulate Portugal from the coming cataclysms of World War II. This was a minor European power whose mainland and dependent Atlantic Islands were so strategic that it would certainly take great wisdom, patience and statesmanship to keep it free of the dangers of war if not completely at least to a tolerable degree" (2), referindo igualmente o facto de Salazar se encontrar preocupado ao ver-se empurrado para os braços dos Anglo-Saxões no começo da guerra tanto como se ter visto separado deles (3).

Como podemos constatar, tratava-se, de facto, de uma situação extremamente complexa, pois Salazar entendia que se devia fazer tudo no que dissesse respeito aos Aliados mas dentro dos limites que não prejudicassem a situação neutral portuguesa, enquanto esta fosse a política do governo. E acerca disto, obviamente, era o Governo Português o juiz desse limite, porque muitas vezes não se tratava de problemas objectivos, mas do fruto da sensibilidade política e diplomática que não se podiam transferir para outrem.

No entanto, o que aconteceu, de facto, já nós sabemos . Portugal conseguiu a sua neutralidade e garantiu, com a ajuda dos Aliados, a sua integridade territorial e consequentemente a soberania sobre todos os seus territórios. Foi, nesse aspecto , uma vitória para o nosso país.

Por outro lado, uma das críticas que poderá ser feita

à condução da política externa portuguesa e que envolveu directamente os Açores durante essa altura, prende-se com as contrapartidas financeiras que o Governo Português poderia ter usufruído das facilidades que concedeu aos aliados, nomeadamente aos E.U.A.

Pensamos que já no final da Segunda Guerra Mundial, Portugal poderia ter começado a exigir contrapartidas financeiras e outras pela utilização das instalações aero-navais no arquipélago açoriano.

Luc Crollen refere-se a este assunto da seguinte forma: " The thesis that, contrary to the Spanish case, economic aid has not been a major issue in the Portuguese negotiations on the leasing of bases in the Azores to the U.S. in the late 40's and early 50's and in Portugal's decision to join the North Atlantic Alliance is no doubt substantiated by the fact that the total amount of U.S. non-military assistance to Portugal from 1946 to 1966 only amounted to \$ 186.3 millions, whereas in a much shorter period (1951-1959) Spain received a total amount of \$929 millions" (4). É isto só para realçar que Portugal poderia, de facto, ter pressionado os Norte-Americanos a concederem-nos maiores contrapartidas, nomeadamente económicas e financeiras, já nessa altura. Por outro lado, o Governo Português poderia, e deveria em nosso entender, ter aceite a ajuda norte-americana à Europa substanciada no Plano Marshall no pós-guerra.

É tudo isto em parte devido ao arquipélago açoriano, na medida em que, como refere Nicholas John Spykman "The United States is in the same position as Great Britain with regard to the European Continent. Neither of them can exert her armed strength

fully except through a continental ally who can provide a base from which land power can be exercised " (5).

Por conseguinte, parece não suscitar qualquer dúvida que os E.U.A. teriam que utilizar as ilhas do Atlântico. Era imperioso que assim fosse, porque refere ainda Spykman: " It would not be a question of imperialistic expansion, but the necessary establishment of a balancing power in certain strategic areas . There would be a gain in security not only for the United States but also for the nations of Europe if the great New World state acquire a position from which power would be made available in the Old World " (6). E era assim porque a região que mais preocupava tanto a Grã-Bretanha como os E.U.A. era e é a área de contacto entre o litoral da Eurásia e os vários mares litorais que a cercam.

Foi exactamente neste contexto que Portugal, como afirma o Prof. Adriano Moreira, "foi sempre, no que respeita às relações interiores do Euromundo, desde a tomada de Ceuta até à Revolução do 25 de Abril de 1974, um caso de poder funcional, mais do que um exemplo de soberania expressa numa capacidade material. Esta existiu e foi usada em relação aos territórios e povos excluídos da definição euromundista, porque a relação de força se equacionava a seu favor nas cinco partes do mundo, enquanto e sempre que as grandes potências não transformavam as nossas zonas marginais de expansão em zonas de confluência de poderes " (7).

Porém, durante o último conflito mundial, que é, de facto, o que agora nos interessa, Portugal colaborou com os Aliados no Atlântico; conseguiu manter a neutralidade no resto dos seus

territórios em vários cantos do mundo; e manteve relações comerciais por igual com todos na Europa. Foi aquilo que é chamado neutralidade colaborante, única, salvo erro, na história diplomática mundial.

É lícito, pois, afirmar-se que o papel desempenhado pelo arquipélago açoriano foi fundamental no decorrer do último conflito mundial não só no que diz respeito especificamente ao Atlântico Norte, mas também a outras áreas do mundo.

No pós-guerra, constatou-se, por outro lado, que " nenhum centro de decisão política dos pequenos países pode impedir, ignorar ou alterar o facto de que a URSS e E.U.A. possuem supremacia estratégica, domínio atómico, capacidade de dispor do território alheio, e podem decidir da guerra em que os outros serão necessariamente envolvidos " (8).

É o que se chama a internacionalização da vida mundial.

As duas superpotências obtiveram, de facto, o controle estratégico do mundo, tendo o poder dos estados europeus nesta matéria praticamente desaparecido.

A Segunda Guerra Mundial custou 55 milhões de mortos em seis anos de combate, mostrando-se o Estado clássico uma eficaz máquina de matar sem resolver nenhum problema (9).

Maurice Matloff afirma, sobre esta matéria, o seguinte:

" The Second World War represented a fundamental shift in the international balance of power, for which a coalition strategy fashioned for victory provided no real or grand solutions. Total war brought neither total peace nor total national security. In the final analysis, the Second World War may be vie -

wed as part of the unfinished business of the first and the uneasy era after 1945 a carryover of the unfinished business of the war — a quest for the peace and security that had eluded military victory. The Second World War was total but incomplete " (10).

É o papel fundamental prestado por Portugal, nomeadamente pelos Açores, é igualmente significativo na medida em que até essa altura a Inglaterra e, posteriormante, os E.U.A., estava interessada sobretudo em manter na Europa o "balance of power" ( equilíbrio de forças ) e a sua política tradicional era por em prática "the indirect approach" — utilizar os seus recursos económicos e a sua marinha e ter aliados continentais contra qualquer grande potência que ameaçasse o equilíbrio de forças na Europa. A via vital de comunicação com o seu império no Extremo Oriente passava pelo Mediterrâneo e podia-se esperar que a Inglaterra aí interviesse activamente assim como no Médio Oriente, outra área de especial interesse político e económico. Dependente das linhas de comunicação para a sua própria existência, a Grã-Bretanha não era auto-suficiente. O Atlântico tinha que permanecer aberto permitindo assim que a ajuda norte-americana se efectivasse, única forma da Inglaterra permanecer na guerra contra a Alemanha expansionista (11). É exactamente nesta perspectiva que os Açores tiveram um papel importantíssimo na medida em que , através da sua utilização, os Aliados conseguiram, de facto, de - ter o controlo do Atlântico Norte, permitindo desta forma a ajuda militar e económica à Europa. E foi por causa disto que Portugal se viu quase forçado a ceder as facilidades aos britânicos e aos norte-americanos.

Embora Salazar esperasse sempre manter o país fora dos conflitos europeus, (12), e manteve, de facto, não foi possível, porém, evitar ceder tais facilidades.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que a posição portuguesa foi muito pouco clara no início da guerra na medida em que, por exemplo em Novembro de 1940, o Ministro alemão em Portugal escrevia o seguinte para o Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país: " He ( Salazar ) ruled out the possibility of American occupation of Portuguese islands, unless the front of the Axis Powers should be moved further westward(...). A victory by England was in any event no longer possible. At the conclusion of the cordial conversation Salazar said that he was following our struggle with sympathy and expressed satisfaction that the two countries were linked by the same ideology " (13).

Tais afirmações podem-se compreender, até certo ponto, na medida em que na primeira fase do conflito era na realidade demasiado cedo para se saber quem iria vencer a guerra. No entanto, entendemos que se tratava de uma situação extremamente delicada e complexa.

Por outro lado, como foi apontado, o regime português vigente na altura não deverá ser caracterizado por " ditatorial" ou " fascista ". Sobre esta questão Raymond Aron escreveu o seguinte: " Regime a que não se poderá chamar fascista sem forçar o sentido das palavras — pelo menos se incluirmos no fascismo, como género, o fascismo italiano e o nacional — socialismo alemão, enquanto espécies. O salazarismo, autoritário, mas não totalitário, define-se, primeiro que tudo, pela recusa da civiliza -

ção moderna, pela resistência obstinada à descolonização, pela fidelidade ao sonho lusitano, pela indiferença prolongada ao desenvolvimento económico, por uma concepção cristã da austeridade ou da pobreza" (14).

É possível que assim tenha sido, mas Salazar entendia que a dignidade e a honra nacional estavam acima de tudo. Podemos constatar isso, aquando da cedência de facilidades aos norte-americanos nos Açores. Aquele Ministro dos Negócios Estrangeiros era da opinião que fosse o governo português a suportar a construção inicial das pistas do aeródromo de Santa Maria. Aliás, essa característica por parte de Oliveira Salazar era visível mesmo após o termo do conflito. Salazar fez esta afirmação: "Quero este país pobre, mas independente, e não o quero colonizado pelo capital americano" (15).

Como podemos verificar, a percepção de Salazar acerca dos americanos manteve-se após o termo do último conflito mundial, tendo mesmo chegado ao ponto de se ter recusado a renegociar com os norte-americanos o acordo referente à base das Lajes na Terceira, na década de sessenta, durante a administração Kennedy. E o trunfo Português, durante essa altura voltou a ser o arquipélago dos Açores, tal como foi reconhecido pelos próprios norte-americanos. Por exemplo, Arthur M. Schlesinger Jr., refere o seguinte acerca desta problemática e a sua importância para a política externa norte-americana no que diz respeito a África: "The Portuguese colonies were not so easy. Angola, Mozambique and Portuguese Guinea were all in conditions of incipient revolt,

and the new African states were determined to help them gain their freedom. Our own capacity to act in this situation, however, was limited by our dependence, or alleged dependence, on the military and naval installations which Portugal made available to us in the Azores. In the summer of 1961, for example, the Joint Chiefs of Staff declared the Azores base essential to American security in case of trouble over Berlin (...)" (16).

Para além destes aspectos fundamentais, Eugene V. Rostow, afirma que em 1945 a maioria dos norte-americanos havia chegado à conclusão de que era de facto mais perigoso para os Estados Unidos ficarem fora da política mundial do que participarem nela (17).

Subjacente a isto está, na realidade, o interesse norte-americano no "balance of power" na Europa e no resto do mundo, proveniente já da Primeira Guerra Mundial. Tal já se encontrava explicitamente nas palavras do Presidente Johnson acerca da entrada dos E.U.A. naquele conflito internacional. Afirmou ele "Our slogans rallied the nations to fight tyranny and make the world safe for democracy. But we were really fighting to protect a national interest most Americans at that time did not understand - our interest in the "balance of power" (18).

No entanto, as nações ocidentais só começaram a resistir sistematicamente ao expansionismo soviético em 1947, quando finalmente decidiram muito relutantemente que as promessas de Yalta e Potsdam não seriam respeitadas e que o poder soviético ameaçava a Turquia, a Grécia e Berlim e, na realidade, toda a Europa Ocidental. Foi, de facto, o golpe checo de 1948, na sequência do

que havia sucedido anteriormente na Grécia e na Turquia e o aviso do discurso do Presidente Truman em Março de 1947, que está na base da passagem da Resolução Vandenberg e da NATO (19).

É neste contexto, igualmente, que, como foi referido, a importância geoestratégica dos Açores volta a desempenhar um papel de relevo e tal pode ser visto, por exemplo, nas conversações que se seguiram imediatamente após o termo da Segunda Guerra Mundial.

O Embaixador dos E.U.A. referiu o seguinte ao Ministro Português dos Negócios Estrangeiros: " In 1944, through Your Excellency's co-operation and understanding our two Governments reached an agreement with regard to the construction and use of the present airport on the Island of Santa Maria. The use of that airport and the facilities granted to my Government were very important factors in bringing the wars in Europe and the Pacific to early and successful conclusions. The present agreement expires on June 2, 1946. By that agreement my Government is obligated to withdraw on that date.

Prior to initiating that withdrawal I have come to you today with Ambassador O'Malley in order, in all frankness, to say to you that our two Governments have a continuing interest in the facilities and privileges in the Azores now enjoyed by our Governments (...).

The conclusion of recent hostilities has left many problems. Post-war adjustments and understandings remain for the future, not only between the Allies and their former enemies, but also between themselves. Frankly, we feel that your Government and mine have a mutual interest in finding the basis for conti-

nued mutual co-operation (...), there may be established and maintained great airports serving as the most important links in the commercial airways of the world " (20).

E num apontamento de conversa entre o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Culbertson e o Major-General Laurence S. Kuter, Culbertson afirmou que sentiam que a situação russa era uma das principais hipóteses a encarar naquelas discussões. A outra hipótese que lhes servia de base era a ocupação que faziam, não para subjugar o povo alemão, mas para garantir a paz mundial e que se verificava a impossibilidade de manter essas forças sem as facilidades de que gozavam na altura nos Açores. E no que dizia respeito à parte comercial, afirmou que o seu intento era criar em Santa Maria um aeroporto civil dos primeiros do Mundo, aludindo igualmente ao valor dos Açores como centro aeronáutico. No seu ponto de vista, os Açores serviam uma área que representava 94% da população e 93% da riqueza comercial do mundo. Concluiu, afirmando que o único perigo ou perspectiva de conflito existente era a Rússia, contra a qual as facilidades dos Açores eram uma defesa tanto para eles como para Portugal (21).

No entanto, o interesse dos E.U.A. englobava igualmente as ilhas de Cabo Verde, como se pode constatar igualmente da leitura do Documento nº 73 publicado no Vol. XIII dos Dez Anos de Política Externa. Nele lê-se o seguinte: "I appreciate this opportunity to meet you, to bring you the personal respects of Secretary Byrnes and to discuss with you in broad outline the negotiation of a satisfactory agreement between our two Governments, for

the use of the Azores and Cape Verde Islands in the interest of security in the Atlantic " (22). Neste mesmo documento consta o seguinte e que é fundamental para o nosso estudo: " The Secretary has asked me to come here in order to submit for your consideration an assurance such as has never been proposed by the Government of the United States to any power outside of the Western Hemisphere. This assurance would contemplate an understanding that any threat to the territorial security of Portugal would constitute a threat to the security of the Atlantic and of the world as a whole and therefore represent a problem of paramount interest to the Government of the United States. Furthermore, were Portugal to be the victim of aggression, the United States by reason of its commitments under the United Nations, is obliged to use force against any aggressor in the maintenance of peace. Should the United Nations, through the Security Council, fail for any reason to act in the event of such aggression, the Government of the United States would be prepared to consult immediately with the Portuguese Government with regard to this situation. This assurance would be predicate upon the Portuguese Government granting the desired airbase rights and privileges in the Azores and in Cape Verde Islands" (23).

Independentemente da forma como Salazar via os norte-americanos, ele entendia que, uma vez terminada a guerra, havia necessidade de se fazer face ao expansionismo soviético na Europa, por isso mesmo, o Governo Português "(...) não rejeitava in limine um entendimento com os Estados Unidos para a utilização de bases nos Açores. A razão era e é a seguinte: nós podemos di-

zer que desta última guerra resultou uma erupção do Oriente sobre o Ocidente europeu; outras tem havido através dos séculos, mas nenhuma tão profunda e grave como a actual. As posições são tais, que se deve concluir que a Europa é, por si, insuficiente para se opor com êxito a uma nova invasão; esta traria as forças do leste europeu até aos Pirinéus, ou mesmo até ao Atlântico. Deduz-se assim que para todos os que desejam a sobrevivência da civilização do Ocidente na Europa só há uma forma de vencer as dificuldades, que é o apoio efectivo da América, designadamente, dos Estados Unidos " (24), exigindo, em contrapartida, seguranças por parte deste último país e que Portugal não aceitaria que durante o tempo de paz houvesse neles qualquer espécie de condomínio, utilização ou ocupação por forças estrangeiras (25).

O maior problema para o Governo Português era portanto, a necessidade de se obstar a tudo quanto pudesse tender para a criação de uma servidão internacional nos Açores e o " problema novo que constituía no mundo das relações internacionais uma proposta de permanência prolongada de tropas estrangeiras no território de um país amigo e independente, quando a guerra já havia terminado há algum tempo " (26).

Porém, os dois países chegaram a acordo a 2 de Fevereiro de 1948 (27) acerca das novas facilidades concedidas por Portugal aos E.U.A. no pós-guerra.

Em conclusão, voltamos a afirmar que para os E.U.A. as ilhas atlânticas portuguesas foram e continuam a ser fundamentais para a implementação da sua política externa no que diz respeito ao conflito leste-oeste e a áreas do Terceiro Mundo onde

ocorram conflitos. William R. Kintner, por exemplo, refere-se o seguinte acerca desta problemática: " There will of course be changes in desirability of this or that base location because of changes in technology and shifting patterns of weapons systems . Nonetheless, the strategic importance of logistics is such that no major power can successfully fight without having available large, complex, and consequently vulnerable bases. But again, the problem of access to bases has many political, psychological, and even economic overtones. Because of the asymmetries and the respective geopolitical positions of the Soviet Union and the United States, a comprehensive overseas base structure is far more valuable to the United States than it is to the Soviet Union . Bases are absolutely essential in stopping local wars or " wars of national liberation". Furthermore, the space race also requires a complex and widely distributed geographical tracking and guidance system. In a broad context, the problems inherent in acquiring and disposing of bases will be of ever - growing importance to any U.S. national strategy " (28).

Stephen Kertesz, por outro lado, afirma que como os líderes de países totalitários têm poucas preocupações morais, "The ultimate deterrent for them is American superiority in strategic bases " (29).

Como podemos de facto constatar, a Segunda Guerra Mundial e as suas consequências imediatas, mudou o pensamento ocidental no que concerne às relações internacionais, do idealismo para o realismo; do direito e organização para os elementos do poder (30). Pensamos que assim sucedeu na realidade mas o mes-

mo acontecia antes e mesmo durante a Segunda Guerra Mundial. A luta pelo poder, a nível internacional, é um facto incontestável dos nossos dias. É sobre esta matéria, o arquipélago dos Açores continua a desempenhar um papel muito relevante na política externa norte-americana, na sua defesa, no âmbito do confronto leste-oeste e, durante o último conflito mundial, entre esse país e a Alemanha nazi.

Para Portugal, como tivemos oportunidade de constatar através de vários exemplos citados, o arquipélago dos Açores tem vindo sempre a desempenhar um papel de relevo na condução da sua política externa.

É tanto é assim, que tanto os norte-americanos como os franceses encontram-se neste arquipélago por razões essencialmente estratégicas.

Portugal, como país membro da NATO, continua a desempenhar um papel de relevo no seu seio e nesse contexto os Açores ocupam o lugar de maior relevo.

NOTAS

- (1) Adriano Moreira, A Europa em Formação, Separata do Boletim da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1974, p.115.
- (2) Luc Crollien, Portugal, the U.S. and NATO, Studies in International Relations, Louvain University Press, 1973, p.32.
- (3) Ibid., p.32.
- (4) Ibid., p.96.
- (5) Nicholas John Spykman, The Geography of the Peace, Harcourt, Brace and Company, New York, 1944, p.57.
- (6) Ibid., p.58.
- (7) Adriano Moreira, " A Comunidade Internacional em Mudança " in Estudos Políticos e Sociais, vol.IX, Nº 1-4, ISCSP, Lisboa , 1981, p.19.
- (8) Adriano Moreira, Ciência Política, Livraria Bertrand, Lisboa 1979, p.86.
- (9) Adriano Moreira, " A Comunidade Internacional em Mudança " , in Estudos Políticos e Sociais, Instituto Superior de Ciências Sociais Políticas, vol. IX, nº 1-4, 1981, p.26.
- (10) Maurice Matloff, " Allied Strategy ", in Makers of Modern Strategy, Princeton University Press, Princeton, New Jersey , 1986, p.782.
- (11) Ibid., p.679.
- (12) Oliveira Salazar, Le Portugal et la crise européenne, Flammarion, Paris, 1940, pp.26-27.

- (13) Documents on German Foreign Policy (1918-1945), Séries D, volume XI, The War Years -Sept. 1, 1940 - January 31, 1941. Her Majesty's Stationery Office, London, 1961, p.572.
- (14) Raymond Aron, Defesa da Europa Decadente, Editora Ulisseia, Lisboa, p.453.
- (15) Citado do livro de José Freire Antunes Os Americanos e Portugal - Os Anos de Richard Nixon (1969-1974), Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986, vol. I, p.34.
- (16) Arthur M. Schlesinger Jr., A thousand Days (John F. Kennedy in the White House), Andre Deutsch Limited, London, 1965, pp. 489-490.
- (17) Eugene V. Rostow, Peace in the Balance (The future of U.S. Foreign Policy), Simon and Schuster, New York, 1972, p.28.
- (18) Ibid., pp.38-39.
- (19) Ibid., p.180.
- (20) Dez Anos de Política Externa, vol.XIII, Doc. nº 1, VI Parte, Capítulo I. Do Embaixador dos E.U.A. ao Ministro dos Negócios Estrangeiros - Memorandum of oral conversation, Lisbon, 27/3/46, pp.371-372.
- (21) Dez Anos de Política Externa, vol.XIII, Doc. nº4, Apontamento de conversa entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Paul Culbertson e o Major-General Laurence S. Kuter, Lisboa, 30/4/46, pp.377-380. Ver igualmente o doc. nº5 (Anexo) p.383.
- (22) Dez Anos de Política Externa, vol.XIII, Doc.nº73, p.461 (Memorando de Conversação oral do Assistente do Secretário de

Estado dos E.U.A.) de 16/7/46.

(23) Ibid., pp.461-462.

(24) Dez Anos de Política Externa, vol. XIII, Doc. nº 74 (Apontamento de Conversa do Ministro dos Negócios Estrangeiros com o Assistente do Secretário de Estado e o Embaixador dos E. U.A.), Lisboa, 16/7/46, pp.463-464.

(25) Ibid., pp.465-467.

(26) Veja-se os documentos nº101 e 102, vol.XIII, Dez Anos de Política Externa, pp.511-512.

(27) Dez Anos de Política Externa, vol. XIII, Doc. nº145, pp.569-571.

(28) William R. Kinner " The Politicalization of Strategy ", in National Security ( Political, Military and Economic Strategies in the Decade Ahead), Frederick A. Praeger, New York , London, 1963, pp.390-391.

(29) Stephen Kertesz " Objectives and Priorities " (Part II) in National Security, Frederick A. Praeger, New York, London , 1963, p.211.

(30) James E. Dougherty and Robert L. Pfaltzgraff Jr. Contending Theories of International Relations, J.B. Lippincott Company Philadelphia, New York, Toronto, 1971, p.10

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

ADENAUER, Konrad, Memoires 1945-1953, Hachette, Paris, 1965

ALMEIDA, Fortunato de - As grandes linhas da Política Externa Britânica do século XX. - Evolução e tendências, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1962.

ANTUNES, José Freire - Os Americanos e Portugal - Os Anos de Richard Nixon (1969-1974), vol. I, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1986.

ARON, Raymond - Defesa da Europa Decadente, Editora Ulisseia, Lisboa, 1977.

CAETANO, Marcelo - Minhas Memórias de Salazar, Editorial Verbo Lisboa, 1977 ( 1974 ).

CARVALHO, Henrique Martins de - Política Externa Portuguesa, Junta de Investigação do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 70, Lisboa, 1964.

CARVALHO, Virgílio de - Contributos para uma filosofia nacional

de defesa, IEEI, Lisboa, 1984.

CASTRO, Augusto de - Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa durante a Guerra, Livraria Bertrand, Lisboa, 1954.

CHURCHILL, Winston - The Second World War - Their Finest Hour, Houghton Mifflin Company, Boston, 1949.

- The Second World War - The Grand Alliance, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1950.

- The Second World War - The Hinge of Fate, Houghton, Mifflin Company, Boston, 1950.

CLINE, Ray S. - World Power Assessment - a Calculus of Strategic Drift, Georgetown University, The Center for Strategic and International Studies, Washington, D.C., 1975.

COTTRELL, Alvin J. e DEUGHERTY James E. - The Politics of the Atlantic Alliance, Frederik A. Praeger Publisher, New York, London, 1964.

COTTRELL, Alvin J. e MOORER, Thomas H. - U.S. Overseas Bases : Problems of Protecting American Military Power Abroad, The Washington Papers, The Center for Strategic and International Studies, Georgetown University, Washington, D.C., 1977

CROLLEN, Luc - Portugal, The U.S. and NATO, Leuven ' University Press, Louvain 1973.

DELMAS, Claude - Le Monde Atlantique, Presses Universitaires de France, Paris, 1958.

DOUGHERTY, James E. e FALTZGRAFF Jr. Robert L. - Containing Theories of International Relations, J. B. Lippincott Company, Philadelphia, New York, Toronto, 1971.

ECCLES, David - By Safe Hand ( Letters of Sybil and David Eccles ), 1939-1942, The Bodley Head, London, Sydney, Toronto, 1983.

EDEN, Anthony - The Eden Memoirs - The Reckoning, Cassel and Company, London, 1965.

FARO, José Sousa e - Posições Estratégicas de Portugal ( sua importância para um bloqueio do Atlântico ) Tipografia Carmona, Lisboa, 1930.

FERREIRA, José Meueiros - Estudos de Estratégia e Relações Internacionais, Estudos Gerais, Série Universitária, Lisboa, 1961.

GUEDES, Armando Marques - A Aliança Inglesa ( notas de História

diplomática) 1363-1943, Editorial Enciclopédia Lda. ,  
Lisboa, 1943.

HODDARTH, A.H. D' Araújo Stott - A Aliança Lusó Britânica e a  
Segunda Guerra Mundial, E.N.P., Lisboa, 1956.

HUNTLEY, James Robert - The NATO Story, Mannattan Printing Com-  
pany, New York, 1965.

KENNAN, George - Memoirs 1925-1950, Little, Brown and Company ,  
Boston, Toronto, 1967.

\_\_\_\_\_ - A Alucinação Nuclear, Europa-América, Lisboa, 1985.

KISSINGER, Henry A. - American Foreign Policy, W.W. Norton Com-  
pany Inc., New York, 1969.

LEAHY, William D. - I was there, New York, 1950.

MACHADO, Ernesto - Recordando nas duas Grandes Guerras, Tipogra-  
fia da L.C.G.G., Lisboa, 1959.

MACKINDER, Halford J. Democratic Ideals and Reality, Henry Holt  
and Company, New York, 1942.

MAHAN, Alfred - The Influence of Sea Power upon History 1660-

-1783, Little, Brown and Company, Boston, 1903.

MATLOFF, Maurice e SMALL, Edwin M. - United States Army in World War II, The War Department, Strategic Planning for Coalition warfare, 1941-1942, Office of the Chief of Military History, Department of the Army, Washington, D. C. 1953.

MATTOS, Maira - Brasil - Geopolítica e Destino, José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1975.

MEDEIROS, Gago de - Conceitos da Política Atlântica, Parceria A. M. Pereira, Lda., Lisboa, 1968.

MIGUEL, Mário Firmino - Portugal, a Espanha e a NATO, Livraria Portugal, Lisboa, 1979.

MOREIRA, Adriano - A Europa em Formação, Separata do " Boletim " da Sociedade de Geografia, Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_ - Ciência Política, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979 .

\_\_\_\_\_ - O Novíssimo Príncipe ( Análise da Revolução ), Editorial Intervenção Lda., Braga - Lisboa, 1977.

MORSE, Hans J. - Politics Among Nations, Alfred A. Knopf ,

New York, 1978.

MORISON, Samuel Eliot - History of United States Naval Operations in World War II, vol. I, The Battle of the Atlantic (September 1939 - May 1943), Little, Brown and Company, Boston, 1957.

NOGUEIRA, Franco - Salazar, Vl. III, Atlantida Editora, Coimbra, 1978.

RANA, Swadesh e outros - "The use of Force: International Politics and Foreign Policy" in Obstacles to Disarmament and ways of overcoming them, The Unesco Press, Paris, 1981.

ROSTOW, Eugene V. - Peace in the Balance (The future of U.S. Foreign Policy), Simon and Schuster, New York, 1972.

SALAZAR, Oliveira - Le Portugal et la crise européenne, Flammarion, Paris, 1940.

\_\_\_\_\_ Discursos e Notas Políticas, vol. III e IV (1938-1943) e (1943-1950) Coimbra Editora, Coimbra, 1951-1959.

SCHLESINGER, Jr., Arthur - A thousand Days (John F. Kennedy in the White House), Andre Deutsh, London, 1965.

SHERWOOD, Robert E. - Roosevelt and Hopkins - an intimate History

ry, New York, 1948.

SILVA, Goloery do Couto e - Geopolítica do Brasil, José Olimpio Editora, Rio de Janeiro, 1967.

SPYKMAN, Nicholas John - The Geography of the Peace, Harcourt ,  
Grace and Company, New York, 1944.

VINTRAS, R.E. - História Secreta da Base dos Açores ( The Portu  
guese Connection ), Editora Ulisseia, Lisboa, 1975.

WOODWARD, Llewellyn - British Foreign Policy in the Second Wor-  
ld War, vol. I, Her Majesty's Stationery Office, Lon -  
don, 1970.

ARTIGOS

CARVALHO, Virgílio - " A importância Estratégica das Regiões Autónomas" in Nação e Defesa, Lisboa, Janeiro - Março, 1980.

ENES, José - " A tendência das origens na história da sociedade açoriana" in Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLI, 1983

FERNANDES, José Augusto Saranhona - " Novo significado das posições portuguesas no Atlântico e no Índico ", in Anais do Instituto Superior Naval de Guerra, Separata nº4, Lisboa, 1971.

FERREIRA, José Medeiros - " Facilidades nos Açores: o início," in Açoriano Oriental 1985, Abril 18.

FONSECA, Henrique Alexandre da - " O valor estratégico dos Açores" in Baluarte, nº11, Lisboa, 1979.

KERTESZ, Stephan - "Objectives and priorities" (Part II), in National Security, Frederick A. Praeger, New York, London, 1963.

KINTNER, William R. - " The politicalization of Strategy", in National Security, Frederick A. Praeger, New York, London, 1963.

MAGALHÃES, Calvet de - " A renegociação do acordo da base das Lajes" in "Diário das Notícias" de 9 de Janeiro de 1984.

MAGALHÃES, Guilhermino de - " A importância estratégica do arquipélago dos Açores " in Revista Militar, nº 8/9, Lisboa , 1971.

MATLOFF, Maurice - " Allied Strategy in Europe 1939-1945 " in Makers of Modern Strategy, Princeton University Press, Princeton, N.J., 1986.

MAURICIO, Domingos - " A posição de Portugal perante a guerra? " , in Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, Agosto - Setembro, vol.33, fascículo 2-3, Lisboa, 1941.

MAYOR, Abel d'Abreu Sotto -"A importância Estratégica dos Açores" in Primeiro Congresso Açoriano, Grémio dos Açores, Lisboa, 1940.

MESQUITA, Mário - " O valor estratégico dos Açores na perspectiva africana", in A África num mundo multipolar, IEEI, Lisboa, 1983.

MONJARDINO, Álvaro - " Os Açores e o Atlântico: uma perspectiva para a política externa portuguesa", Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1983.

MOREIRA, Adriano- " Direito Internacional Público " in Estudos Políticos e Sociais, vol. X, Nºs 1-2, ISCSP, Lisboa, 1982.

\_\_\_\_\_ " O papel das pequenas potências " in Estudos Políticos e Sociais, vol. X, nºs 3-4, ISCSP, Lisboa, 1982.

\_\_\_\_\_ " Comunidade Internacional em Mudança " in Estudos Políticos e Sociais, vol. IX, nºs 1 a 4, ISCSP, Lisboa, 1981.

SACCHETTI, António Emílio - " Pactos militares e organizações de defesa na Região Euro-Americana" in Estudos Políticos e Sociais, vol. X, nº 3-4, ISCSP, Lisboa, 1982.

DOCUMENTOS

PORTUGAL, M.N.E., Dez Anos de Política Externa (1936-1948), A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 13 volumes , Imprensa Nacional - Casa da Moeda, E.P. Lisboa, (1973 1ª ed - 1986).

Documentos relativos aos acordos entre Portugal, Inglaterra e Estados Unidos da América. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, Lisboa, 1946.

E.U.A., Foreign Relations of the United States, Diplomatic Papers, volumes II (1941) - V (1945), Europe, United States Government Printing Office, Washington, D.C., 1959-1967.

Peace and War, United States Foreign Policy (1931-1941), Department of State, United States Government Printing Office, Washington, D.C., 1942.

INGLATERRA - The Battle of the Atlantic, The Official Account of the Fight against The U-Boats - 1939-1945, Her Majesty's Stationery Office, London, 1946.

British and Foreign State Papers - 1946, vol. 146, Her Majesty's Stationery Office, London, 1953.

Documents on German Foreign Policy (1918-1945). Series D,  
volume XI, The War Years - Sept. 1, 1940, - Jan.31, 1941,  
Her Majesty's Stationery Office, London, 1961.

ÍNDICE

	pag.
NOTA PRÉVIA .....	3
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO .....	5
1 - A ESTRATÉGIA E OS AÇORES.....	5
2 - TRIÂNGULO CONTINENTE / AÇORES/MADEIRA .....	22
3 - A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS AÇORES ANTES DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	27
CAPÍTULO II - AS RAZÕES DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS AÇORES AO LONGO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	37
1 - OS ALIADOS E OS AÇORES.....	37
2 - A OCUPAÇÃO DOS AÇORES?.....	42
CAPÍTULO III - A QUESTÃO DAS FACILIDADES.....	65
1 - BREVE PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ENTRE A GRÃ-BRETANHA E PORTUGAL.....	65
2 - A CEDÊNCIA DE FACILIDADES À INGLATERRA.....	69

CAPÍTULO IV - A CONCESSÃO DAS FACILIDADES AOS NORTE-AMERICANOS NOS AÇORES.....	98
1 - A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA E PORTUGAL.....	98
2 - O INÍCIO DAS FACILIDADES.....	108
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES.....	139
BIBLIOGRAFIA.....	161
ÍNDICE.....	173